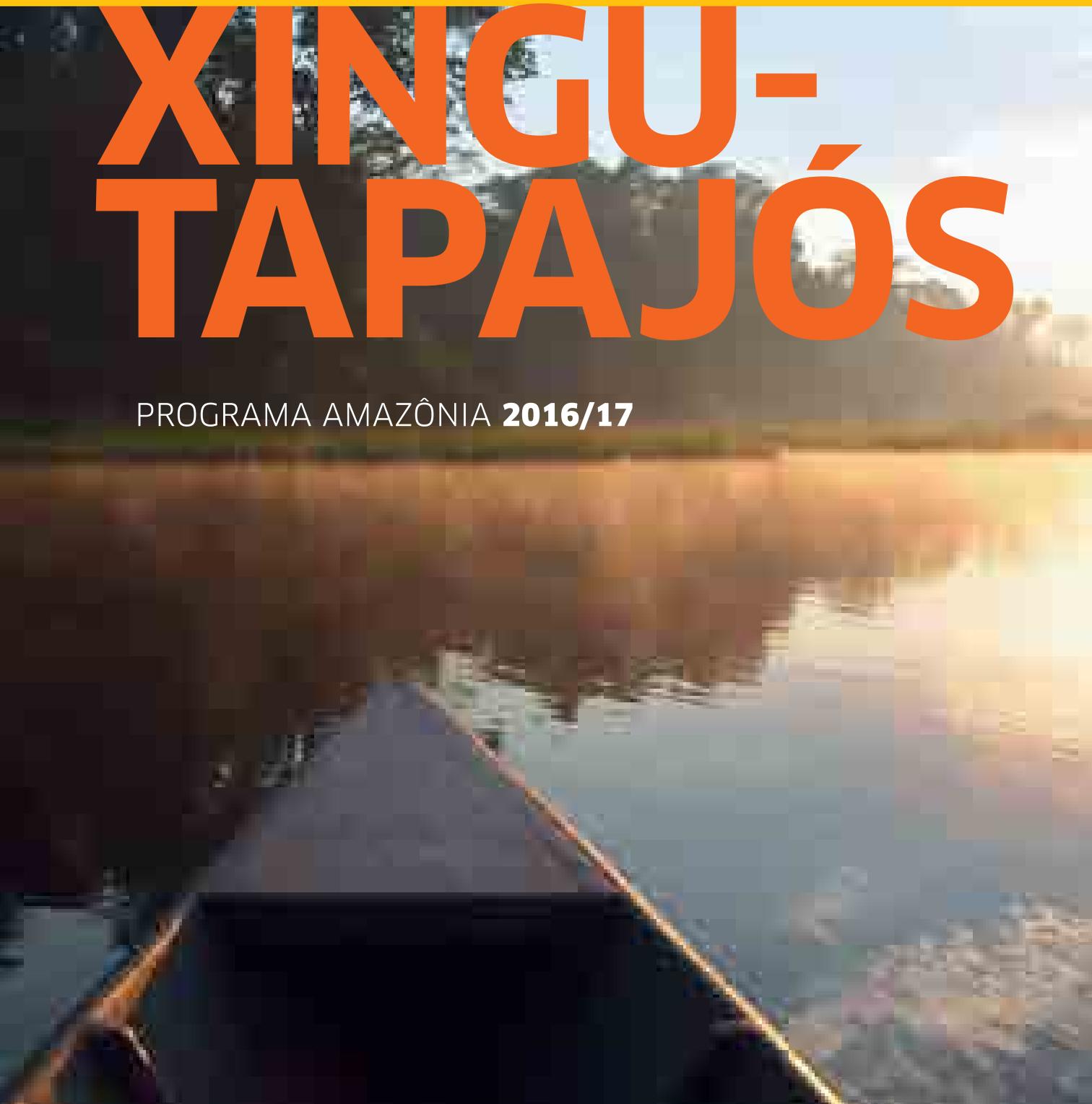


RAE/ REDE DE
APOIO À
EDUCAÇÃO

XINGU- TAPAJÓS

PROGRAMA AMAZÔNIA **2016/17**



RAE/ REDE DE
APOIO À
EDUCAÇÃO

**XINGU -
TAPAJÓS**

PROGRAMA AMAZÔNIA **2016/17**

ÍNDICE

METAS DO PNE

Abertura	4
----------	----------

ALTAMIRA

Dados gerais	20
Desafios da educação	22
Raio X	24
Metas do PNE	26

ANAPU

Dados gerais	32
Desafios da educação	34
Raio X	36
Metas do PNE	38

BRASIL NOVO

Dados gerais	44
Desafios da educação	46
Raio X	48
Metas do PNE	50

GURUPÁ

Dados gerais	56
Desafios da educação	58
Raio X	60
Metas do PNE	62

MEDICILÂNDIA

Dados gerais	68
Desafios da educação	70
Raio X	72
Metas do PNE	74

PACAJÁ

Dados gerais	80
Desafios da educação	82
Raio X	84
Metas do PNE	86

PLACAS

Dados gerais	92
Desafios da educação	94
Raio X	96
Metas do PNE	98

PORTO DE MOZ

Dados gerais	104
Desafios da educação	106
Raio X	108
Metas do PNE	110

SÃO FÉLIX DO XINGU

Dados gerais	116
Desafios da educação	118
Raio X	120
Metas do PNE	122

SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

Dados gerais	128
Desafios da educação	130
Raio X	132
Metas do PNE	134

URUARÁ

Dados gerais	140
Desafios da educação	142
Raio X	144
Metas do PNE	146

VITÓRIA DO XINGU

Dados gerais	152
Desafios da educação	154
Raio X	156
Metas do PNE	158

PREZADO(A) GESTOR,

O Programa Amazônia Natura (PAM) tem por objetivo ser um vetor na criação de negócios sustentáveis da região, a partir da convergência de estratégias de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), Cadeias Produtivas e Fortalecimento Institucional. A Rede de Apoio à Educação (RAE), coordenada pelo Instituto Natura, faz a gestão da frente de Educação do Programa Amazônia, visando fortalecer a educação pública na região.

A RAE tem como objetivo integrar municípios e atores da educação por meio de ações colaborativas. Sendo assim, incentivamos e apoiamos o desenvolvimento e a adoção de melhores práticas de gestão nos sistemas públicos de educação, contribuindo para a melhoria da gestão e o êxito da aprendizagem de todos os estudantes.

Para isso, apoia as Secretarias Municipais de Educação na implementação de melhores práticas de gestão (pedagógica, democrática, de pessoas, entre outras) e fomenta o regime de colaboração para a resolução de desafios regionais e para a implementação e execução de projetos.

Nessa perspectiva, elaboramos e disseminamos materiais e instrumentos de trabalho que permitam compreender e interpretar os desafios para a garantia do direito à educação e que possibilitem a tomada de decisões e a implementação colaborativa de soluções.

Esta publicação foi construída para sistematizar e organizar informações e indicadores atualizados sobre a situação educacional dos municípios selecionados e fomentar o debate e a produção cooperativa de soluções locais, alinhadas com as especificidades e necessidades do território em que estão inseridos os doze municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Concretizar o direito à educação, assegurando a todas e todos o acesso à escola e a permanência bem-sucedida nas diferentes etapas do sistema educacional – com a garantia da aprendizagem em padrões adequados –, deve ser um compromisso assumido por toda a sociedade brasileira. O poder público (em suas diferentes instâncias e instituições), os estudantes e suas famílias, as organizações e movimentos sociais e os demais atores que compõem o tecido social precisam organizar e articular seus esforços, corresponsabilizando-se pela construção cotidiana de uma escola pública inclusiva e de qualidade.

Esse esforço encontrará maiores chances de êxito se for guiado por uma perspectiva estratégica, democrática e colaborativa de gestão que parta de um diagnóstico seguro e compartilhado por todos para o desenho de políticas públicas, programas e projetos educativos criativos e conectados com a identidade dos territórios e alcance condições adequadas para a sua implementação.

Em 2014, o Congresso Federal sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE) com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. Ao lançar um olhar cuidadoso sobre a realidade educacional do país e convocar a participação ativa de todos nós na elaboração das metas e estratégias que devemos perseguir para alcançar patamares adequados de qualidade da educação brasileira, o PNE estrutura um mapa, uma rota de investimentos que devem estar no horizonte de todos os atores comprometidos com a educação pública de qualidade. Por ser um marco tão importante, o PNE foi o eixo que escolhemos para organizar esta publicação.

Na primeira parte do documento, você encontrará um panorama geral das 20 metas do Plano Nacional de Educação, com uma relação das estratégias definidas para concretizá-las. Além disso, ainda nessa primeira parte, apresentamos uma reflexão sobre os principais desafios dos municípios na implementação de políticas e programas que assegurem o cumprimento das metas propostas no Plano.

Na segunda parte do documento, traçamos um diagnóstico da situação de cada um dos 12 municípios e apresentamos uma breve reflexão sobre seus desafios singulares e específicos da região.

É importante ressaltar que o princípio da colaboração e cooperação federativa (vertical e horizontal) exige que se tenha uma leitura integrada dessas duas partes do documento. Embora, na legislação brasileira, os municípios tenham autonomia para organizar seus sistemas e redes de ensino, é fundamental que essa organização seja feita de forma colaborativa e cooperativa tanto com os demais municípios (colaboração horizontal) quanto com os demais níveis da federação (os sistemas estaduais de ensino e a União). Dessa forma, além de compreender e interpretar suas especificidades à luz dos dados apresentados nesta publicação, é imprescindível que cada gestor construa um olhar para os desafios regionais, estaduais e nacionais.

O princípio que orientou a elaboração desta publicação é a crença na potência de uma gestão democrática, estratégica e participativa para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Assim, esperamos que o material que sistematizamos esteja à altura dos desafios que cada um dos gestores e gestoras municipais de educação encontram em seu trabalho cotidiano e que sua leitura estimule uma postura cada vez mais criativa, comprometida e responsável, focada no exercício do diálogo e estruturada para perseguir, incansavelmente, a construção de uma escola pública cada vez mais inclusiva, democrática, justa e eficaz.

METAS DO PNE

META 1

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Ao longo do século XX, o Brasil experimentou, de forma geral, dois modelos de atendimento na Educação Infantil. Para os três primeiros anos – especialmente para as crianças de lares menos favorecidos –, um conjunto de equipamentos públicos de assistência social (as creches) foi construído e expandido a partir de uma lógica de cuidados de saúde e de proteção. Paralelamente, um outro conjunto de equipamentos públicos, na área da educação (as pré-escolas), foi delineado para atender as crianças de 4 a 6 anos, especialmente de lares urbanos e/ou de classe média. Apesar de esforços pontuais anteriores, somente a partir dos anos 1990 esses dois modelos foram efetivamente articulados, constituindo aquilo que hoje chamamos de Educação Infantil.

A integração desses dois modelos se deu num momento em que os municípios ganhavam protagonismo na oferta dos serviços de educação, assistência social básica e saúde e, por essa razão, os governos locais foram responsabilizados por garantir esse direito para as crianças pequenas.

Apesar dos avanços das duas últimas décadas, o Brasil não logrou êxito em cumprir a primeira parte da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, que previa a universalização da matrícula das crianças de 4 a 5 anos já para o ano letivo de 2017. Com alguma variação, as estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD registraram que o

país alcançava, em 2014, cerca de 89% de matrículas para essa faixa etária. No caso do atendimento às crianças de 0 a 3 anos, em que a meta é alcançar metade das crianças até 2024, os municípios brasileiros também enxergam um grande desafio: as estatísticas mais recentes apontam para uma cobertura de 29,6% na média do país.

DESAFIOS REGIONAIS

Os municípios da mesorregião do Pará indicados nesta publicação apresentam indicadores abaixo da média nacional tanto no atendimento das crianças de 0 a 3 anos quanto no atendimento das crianças de 4 e 5 anos. Para o primeiro grupo, nenhum município alcança 20% de cobertura e apenas quatro deles estão acima da média do estado do Pará (14,6%). No caso das crianças de 4 e 5 anos, o Censo de 2010 apontava que apenas Vitória do Xingu e Altamira superavam o patamar de 70% de cobertura.

É imprescindível que os municípios organizem modelos de atendimento que, em parceria com o Ministério da Educação e o governo do estado do Pará, possam permitir a criação de um maior número de vagas. Para isso, precisam empenhar esforços para identificar, localizar e investir na proteção e no acompanhamento das crianças e famílias especialmente vulneráveis que, em geral, estão distantes do sistema educacional.

META 2

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Em 1996, a Emenda Constitucional nº 14 instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, permitindo, pela primeira vez de forma consistente, uma concentração de recursos e investimentos na ampliação e melhoria da qualidade do Ensino Fundamental. Com essa medida, o Brasil avançou a passos largos na universalização desta etapa da educação básica. Vinte anos depois, entretanto, ainda temos cerca de 2,5% das crianças de 6 a 14 anos fora da escola. Num país de dimensões continentais como o nosso, trata-se de um número considerável de meninos e meninas.

Um outro desafio que desejamos enfrentar, com as estratégias previstas no Plano Nacional de Educação, é a diminuição do percentual de crianças que, por motivo de entrada tardia, abandono ou reprovações, não concluem o Ensino Fundamental na idade adequada. Embora em queda constante desde o final dos anos 1990, esse percentual de crianças em condição de defasagem idade-série ainda é elevado (quase 27%, na média nacional).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (em que os municípios são os principais operadores), o percentual é significativamente menor – o que revela um maior sucesso das políticas de ciclo e correção de fluxo –, mas os anos finais do Ensino Fundamental ainda apresentam situações críticas em praticamente todos os estados da federação.

DESAFIOS REGIONAIS

Os municípios que integram a mesorregião do Pará e estão presentes nesta publicação têm logrado êxito em ampliar a cobertura dessa faixa etária. Entretanto, ainda figuram abaixo da média nacional e da média do estado do Pará. Oito dos municípios, de acordo com o Censo IBGE 2010, atendem entre 92% e 94% das crianças. Quatro deles, entretanto, estavam com patamar de cobertura inferior a 90%.

No que tange à distorção idade-série, os dados também são preocupantes e exigem uma atenção focada de todos os municípios. Mesmo com os índices de distorção idade-série em queda, é preciso identificar quais são os fatores que ainda empurram as crianças para a evasão ou a reprovação e intensificar as ações de acompanhamento, suporte e atendimento individualizado.

Vale sublinhar que o Brasil tem programas de correção de fluxo e aceleração que o Ministério da Educação disponibiliza através do Plano de Ações Articuladas – P.A.R. A maior parte desses programas está a disposição dos municípios, no Guia de Tecnologias Educacionais do Ministério da Educação e pode ser implementado, inclusive, com assistência técnica e financeira da União e do governo do estado do Pará.

META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

É bastante recente, em termos históricos, o reconhecimento do Ensino Médio como um direito universal, para todos os jovens brasileiros. A chamada educação secundária do Império e da primeira etapa da nossa República era considerada uma etapa não obrigatória, à qual deveriam ter acesso apenas aqueles que demonstrassem atender a seus requisitos e exigências. Após a edição da Lei nº 5.692/71, que integralizou o Ensino Fundamental em 8 anos, essa realidade começou a mudar, com a expansão de vagas, sobretudo, nas capitais e grandes cidades. Mas foi apenas a LDB de 1996 que, definitivamente, incluiu o Ensino Médio como uma etapa da Educação Básica, e somente em 2006, com a Emenda 53, o Brasil comprometeu-se, de fato, com a cobertura integral do direito à educação para os jovens de 15 a 17 anos.

A meta 3 pretende atacar dois problemas complementares: localizar e matricular os jovens de 15 a 17 anos que ainda estão fora da escola e ampliar o percentual de matrículas desses mesmos jovens no Ensino Médio (etapa ideal de acordo com sua faixa etária). Essa distinção é importante por que há, ainda, um número elevado de jovens que, apesar de estarem matriculados na escola, ainda frequentam o Ensino Fundamental, em condição de defasagem idade-série.

As estatísticas mais recentes apontam que, no Brasil, cerca de 82,6% dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola, mas apenas 61,4% deles estão matriculados no Ensino Médio. É preciso que se construam ações e programas que incidam nas duas dimensões desse problema.

DESAFIOS REGIONAIS

Os dados da PNAD 2014 assinalam uma taxa de matrícula bruta entre 15 e 17 anos de 82,7% no Pará. Esse era o percentual de jovens que estão matriculados na escola, em qualquer etapa (taxa praticamente idêntica à nacional). Entretanto, quando atentamos para a taxa líquida de matrícula, apenas 47% dos jovens paraenses estavam matriculados no Ensino Médio (quase 15 pontos percentuais abaixo da média nacional). Quanto aos municípios da mesorregião do Pará, os dados disponíveis são referentes ao Censo de 2010. Naquela ocasião, apenas quatro municípios apresentavam taxa de matrícula superior a 75% e apenas um município superava os 80%.

Embora o Ensino Médio não seja operado pelos municípios, sendo uma responsabilidade direta do governo do Estado, é imprescindível que os municípios se corresponsabilizem e organizem ações de apoio para que essa realidade seja transformada. Os municípios podem (e devem) participar ativamente da identificação e localização dos jovens que estão fora da escola e precisam criar políticas de assistência social e tutela de adolescentes, de forma a incluí-los no sistema educacional. Também precisam estar atentos ao abandono escolar em suas redes de Ensino Fundamental e garantir a transição adequada para a última etapa da educação básica, já que há um percentual significativo de jovens que concluem o Ensino Fundamental e não se matriculam em nenhuma escola de Ensino Médio.

META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Em 2008, à luz do acúmulo de quase duas décadas de esforço no sentido de difundir e disseminar os princípios educacionais de igualdade e atendimento educacional sem discriminação às pessoas com deficiência, altas habilidades e superdotação, o Brasil consolidou sua Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O documento, fruto de uma discussão ampla com os diferentes setores da sociedade, estruturou um conjunto orgânico de diretrizes em prol do atendimento dos estudantes público-alvo da educação especial nas classes regulares, com direito assegurado ao atendimento educacional especializado e com a garantia de recursos indispensáveis para seu acesso, permanência e aprendizagem com sucesso na escola.

A relevância desse movimento se nota na inversão que os dados estatísticos apontam. Enquanto, no final da década de 1990, a concentração das matrículas desses estudantes era nas classes e escolas especiais, apartados da convivência e do direito à escolarização sem discriminação, a partir do ano de 2009 essa distribuição se inverteu, e passamos a contar com a maior parte desses estudantes frequentando escolas e turmas regulares.

Entretanto, se o acesso das crianças à escola e às classes regulares tem sido ampliado a passos largos, as condições de sua permanência e a qualidade da oferta educativa não são satisfatórias. As escolas em todo o país enfrentam dificuldades em oferecer espaços acessíveis e recursos de atendimento educacional especializado, bem como no campo da formação de professores.

DESAFIOS REGIONAIS

Os municípios da mesorregião do Pará que integram essa publicação compartilham dos mesmos desafios nacionais: em grande parte deles, o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais é restrito porque há poucas salas desse tipo e porque faltam professores com formação adequada para essa atividade indispensável. Também requer atenção a condição de acessibilidade das escolas instaladas em cada um dos municípios, uma vez que muitas delas apresentam espaços inadequados aos parâmetros mínimos em termos arquitetônicos e de infraestrutura.

Um caminho interessante para os municípios menores é a organização de formas de colaboração (consórcios, redes) para que possam fazer, de maneira integrada, a formação dos professores, a aquisição de recursos para o atendimento especializado e a distribuição dos profissionais especializados, de forma a atender, num mesmo serviço, crianças e adolescentes das diferentes redes de ensino.

Também é possível contar com a assistência técnica e financeira do Ministério da Educação e do governo do estado do Pará. Através do Plano de Ações Articuladas – PAR, os municípios podem demandar a instalação de Salas de Recursos Multifuncionais e inscrever seus professores em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou especialização na área de Educação Inclusiva.

META 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Em meados dos anos 1980, as estatísticas nacionais apontavam para o fracasso da escola brasileira em alfabetizar suas crianças no tempo certo. Naquele momento, mais de 60% dos meninos e meninas que ingressavam no primeiro ano do Ensino Fundamental eram reprovados. Muitos deles acumulariam outras reprovações até que abandonassem o sistema escolar sem sequer construir as bases de compreensão do sistema de escrita.

Uma série de reformas educativas, propostas, sobretudo, pelos governos estaduais, introduziram, naquele momento, uma renovação nos métodos de alfabetização e também a ideia de um ciclo de estudos, no qual os meninos e meninas deveriam ser atendidos sem reprovação e com ênfase na construção da competência leitora e escritora. O modelo mostrou ser bastante melhor do que o anterior (ainda que sem lograr êxito completo em superar a reprovação ou em garantir que, plenamente, todos alcançassem o domínio do sistema de escrita).

Essa foi a semente para o nosso atual Ciclo de Alfabetização, que marca o compromisso da meta 5 do Plano Nacional de Educação: alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Para dar conta desse desafio, políticas e programas (como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC) foram e continuam sendo propostos e os municípios são os principais operadores dessas ações.

DESAFIOS REGIONAIS

Estamos, ainda, distantes de garantir que as crianças tenham aprendizado adequado no ciclo de alfabetização. As estatísticas mais atualizadas revelam que apenas 77,8% das crianças brasileiras, em média, alcançam patamares adequados de aprendizagem no campo da leitura e apenas 65,5% delas alcançam esses patamares no campo da escrita.

O estado do Pará apresenta indicadores mais críticos: apenas 57,5% das crianças alcançam a aprendizagem satisfatória na leitura e apenas 34,3% aprendem o que precisam no campo da escrita até os 8 anos. E os municípios da mesorregião do Pará que integram esta publicação, de maneira geral, embora alcancem patamares um pouco superiores à média do estado, estão bastante distantes da média nacional. Apenas três deles alcançam patamar superior a 70% na leitura e apenas três deles alcançam patamar superior a 50% na escrita.

É imprescindível que os municípios ampliem o investimento na formação de professores e na aquisição de materiais adequados para o trabalho didático no ciclo de alfabetização e no acompanhamento individualizado e precoce das crianças que apresentam dificuldade.

META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

A ampliação da jornada escolar, com a oferta de matrículas em tempo integral nas escolas brasileiras, tem sido um campo de investimento de diferentes municípios e estados. No mesmo sentido, o governo federal tem criado e consolidado instrumentos de assistência técnica e financeira de forma a contribuir para que cada vez mais estudantes tenham acesso a essa modalidade da oferta educativa. Em 2008, foi lançado o Programa “Mais Educação”. No ano de 2016, suas ações sofreram uma reorganização, e o governo federal lançou o Programa “Novo Mais Educação”. Nos meses de outubro e novembro, os municípios e estados puderam manifestar seu interesse em aderir ao novo programa, através da plataforma do Plano de Ações Articuladas – PAR, no Sistema Integrado de Monitoramento e Controle – SIMEC, do Ministério da Educação.

Outra ação que objetiva contribuir para que a meta 6 seja alcançada é a oferta de apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação para a implementação de Escolas de Tempo Integral no modelo proposto pela Medida Provisória nº 7.46/2016, que trata da reforma do Ensino Médio.

Os dados disponíveis nas estatísticas atualizadas sinalizam que o Brasil avançou bastante no que diz respeito à expansão do ensino de tempo integral. Cerca de 42% das escolas brasileiras já oferecem algum percentual de matrículas nesse formato e 15,7% dos estudantes matriculados frequentam, pelo menos, 7 horas de aula por dia. Entretanto,

é necessário cuidar, também, do tipo de proposta educacional e de experiências de aprendizagem que precisam ser ofertadas aos estudantes para que eles tenham, de fato, direito a uma formação integral e integradora, indispensável para o pleno exercício da cidadania no século XXI.

DESAFIOS REGIONAIS

Nos municípios da mesorregião do Pará que integram esta publicação, as matrículas em tempo integral ainda são restritas. Alcançam uma porcentagem pequena das crianças e adolescentes e se concentram em poucas escolas em cada município. Além disso, elas são oferecidas quase que exclusivamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, diminuindo significativamente nos anos finais e praticamente desaparecendo no Ensino Médio.

Embora haja um grande desafio ainda de incluir todas as crianças na escola no tempo parcial, com jornada de, pelo menos, 5 horas/aula por dia, os municípios precisam também, paralelamente, criar condições para a expansão das matrículas de tempo integral. Para isso, podem contar com a assistência técnica e financeira do Ministério da Educação e também da Secretaria Estadual de educação do Pará.

Além disso, é possível articular parcerias com organizações da sociedade civil que se dedicam a pesquisar e produzir conhecimento sobre o tema e que oferecem apoio às redes de ensino interessadas em formular e implementar políticas desse tipo.

META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental; 5,5 nos anos finais do Ensino Fundamental; 5,2 no Ensino Médio.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Em meados da década de 2000, no bojo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Brasil criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Combinando a mensuração da qualidade do fluxo escolar (aprovações, retenções e evasão) com a mensuração da aprendizagem dos estudantes nas áreas de língua portuguesa e matemática, o IDEB permitiu a consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e a definição de metas objetivas para a melhoria dos resultados (e, portanto, da qualidade) da escola básica.

A meta 7 do PNE estabelece um conjunto de compromissos e estratégias que pretendem elevar o IDEB das escolas brasileiras. A evolução desse índice nos últimos dez anos demonstra que encontramos o caminho certo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que vem apresentando evolução constante e sustentável, com muitos municípios superando ou bem perto de alcançar a meta estabelecida para 2024. Nos anos finais, essa evolução é menos segura, embora avanços importantes tenham sido alcançados. O Ensino Médio, entretanto, apresenta um quadro dramático de estagnação e, em alguns aspectos do índice, regressão.

O desafio que se coloca é potencializar as aprendizagens e as soluções que encontramos para os anos iniciais e achar o caminho semelhante para as etapas posteriores da educação básica. A aprovação da Base Nacional Comum Curricular, a reorganização e reorientação da formação inicial dos professores (para que aprendam o que precisam ensinar e para que desenvolvam plenamente suas competências didático-pedagógicas) e o cuidado com os aspectos estruturais (como as condições dos prédios escolares, disponibilidade e qualidade de materiais didáticos, por exemplo), são medidas urgentes e indispensáveis.

DESAFIOS REGIONAIS

Observa-se, nos municípios da mesorregião do Pará que integram esta publicação, panorama semelhante ao nacional: em geral, os últimos dez anos significaram uma melhora sustentável e expressiva nos padrões de aprendizagem e fluxo escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, uma melhora um pouco mais tímida (e nem sempre sustentável) quando se analisa esses mesmos padrões nos anos finais do Ensino Fundamental e uma estagnação no Ensino Médio.

Como a maior parte das matrículas dos anos finais do Ensino Fundamental já está municipalizada, é imprescindível que os gestores locais concentrem seus esforços num diagnóstico detalhado dos fatores e das causas que têm impedido o avanço da qualidade da oferta nessa etapa. São urgentes, por exemplo, as políticas de formação de professores, pois em todos os municípios da região há um quadro dramático de insuficiência da formação inicial em todas as áreas do conhecimento. A maioria deles não concluiu, ainda, a licenciatura na área do conhecimento em que ministram aula.

Também é imprescindível que os municípios continuem combatendo a cultura da reprovação escolar, um dos fatores que mais contribuem para o abandono e a evasão. As pesquisas nacionais e internacionais apontam que não há ganho significativo de aprendizagem com a reprovação e que a cada ano de resultado final negativo, aumenta em 25% as chances de um estudante deixar a escola.

META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

O Brasil apresenta taxas de escolarização média da população jovem e adulta ainda abaixo dos padrões médios mundiais e também abaixo de países da América Latina com configurações socioeconômicas semelhantes. As estatísticas mais recentes apontam para uma média de 8,2 anos de escolarização dessa população. O Plano Nacional de Educação preconiza alcançar o patamar de 12 anos até 2024. Os mesmos dados apontam uma diferença significativa na média de anos de escolarização entre os 25% mais pobres e os demais grupos de renda e entre a população negra e os demais grupos raciais, assinalando a importância de ações em prol da equidade. Em termos de desigualdades regionais, também há um desafio a cumprir: As regiões Norte e Nordeste enfrentam os índices mais baixos nessa meta.

As reformas educacionais construídas desde meados dos anos 1990 tornaram os municípios protagonistas da oferta da Educação de Jovens e Adultos, estratégia fundamental para que essa meta seja cumprida. Nesse sentido as políticas, programas e ações desenvolvidos para incluir os jovens e adultos na EJA e para garantir a eles a conclusão da escolaridade que não puderam alcançar na idade própria constituem um dos eixos centrais que devem concentrar esforços das secretarias.

DESAFIOS REGIONAIS

Os municípios da mesorregião do Pará que estão presentes nesta publicação concentram uma cobertura ainda insuficiente da EJA, o que torna mais difícil o desafio de aumentar a média de anos de escolarização da população jovem e adulta. Considerando a importância estratégica desse indicador para a garantia de processos de desenvolvimento social e econômico sustentáveis, é imprescindível que haja um esforço no sentido de identificar e localizar a população entre 18 e 29 anos que ainda não alcançou o final do Ensino Médio (quando consolidaria 12 anos de escolarização) e criar programas e projetos para que essa população retorne e permaneça na escola.

Esse esforço deve priorizar os mais vulneráveis (os 25% mais pobres, a população negra, a população indígena e a população do campo), a fim de que as disparidades e desigualdades possam ser mitigadas ou superadas.

Programas e ações disponíveis no Guia de Tecnologias do Ministério da Educação podem ser um caminho interessante para os municípios, pois sinalizam a assistência técnica e financeira da União. Também é possível construir ações em parceria com o governo do estado do Pará.

META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

A Constituição Federal de 1988 já preconizava a necessidade do estabelecimento de um Plano Nacional de Educação que, entre outros objetivos, conduziria o Brasil à erradicação do analfabetismo (Artigo 2.014, Inciso I). De fato, o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), bem como nosso primeiro PNE, que vigorou entre 2001 e 2011, estabeleciam diretrizes e estratégias para atingir esse objetivo. Entretanto, apesar de avanços significativos nessa área, o Brasil ainda apresentava, em 2014, pouco mais de 8% de pessoas não alfabetizadas com 15 anos ou mais.

De outra perspectiva, ainda são frágeis as estatísticas e os dados sobre o analfabetismo funcional. As pesquisas mais seguras assinalam que cerca de 27% da população considerada alfabetizada não conseguem fazer uso da escrita e da leitura em situações funcionais cotidianas. O compromisso de garantir a correção dessa distorção e incluir, de fato, todos os brasileiros e brasileiras nas práticas sociais de leitura e escrita está em pauta como uma segunda dimensão da meta 9 do Plano Nacional de Educação.

DESAFIOS REGIONAIS

Os dados da última PNAD revelam que o Brasil tem avançado na diminuição da taxa de analfabetismo. São cerca de 8,3% os brasileiros acima de 15 anos que não sabem ler ou escrever. No estado do Pará, o avanço também foi assinala-

do: estima-se que cerca de 9,9% dos paraenses estejam nessa condição. Para os municípios da mesorregião do Pará, as estatísticas disponíveis são do Censo de 2010 (quatro anos antes da PNAD). Naquela ocasião, dez dos doze municípios apresentavam taxas de analfabetismo superiores a 15% e dois deles apresentavam taxas superiores a 20%. Esses dados são preocupantes porque, em 2010, o Pará assinalava cerca de 11,7% de jovens e adultos não alfabetizados.

São os municípios os principais operadores dessa política, e, ao longo do século XX, foram experimentados diferentes modelos (alguns com caráter mais assistencial e voluntário, outros com uma organização mais formal no sistema educacional). Desde 2003, entretanto, a União formulou e iniciou a implementação do Programa Brasil Alfabetizado, em parceria com os municípios e também com organizações da sociedade civil. Paralelamente, os governos locais têm construído experiências exitosas focadas em públicos específicos, como a população idosa, a população indígena ou os jovens e adultos em condição de privação de liberdade.

É importante que os municípios concentrem investimento nas ações de Alfabetização de Jovens e Adultos, porque elas possuem valor intrínseco, mas também porque elas se configuram como uma política que corrige desigualdades, na medida em que assegura um direito fundamental de cidadania negado, em especial, para os grupos mais vulneráveis socialmente.

META 10

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Uma outra faceta do investimento na educação de jovens e adultos é a sua integração com a formação profissional, ligada ao mundo do trabalho. As pesquisas nacionais e internacionais apontam para a relevância e o sucesso de programas que conjugam a formação escolar básica à preparação e qualificação para o trabalho, especialmente entre os jovens e adultos que abandonaram a escola ou que não tiveram acesso a ela em idade adequada.

Propostas nesse sentido sublinham a importância da dimensão qualificadora da Educação de Jovens e Adultos e a perspectiva de uma educação ao longo da vida, que respeite e considere as especificidades dos diferentes públicos que frequentam a escola. Entretanto, o panorama brasileiro é bastante insuficiente. As estatísticas mais recentes apontam para uma taxa irrisória de matrículas de jovens e adultos em programas deste tipo. No Brasil, apenas 0,4% dos estudantes da EJA – Ensino Fundamental e apenas 3,3% dos estudantes da EJA – Ensino Médio recebem alguma formação para o trabalho. A meta 10 é alcançar, pelo menos, 25% dessas matrículas no prazo de vigência do PNE.

DESAFIOS REGIONAIS

A Sinopse da Educação Básica de 2015 identificou que, em todo o estado do Pará, apenas 5.090 matrículas da EJA – Ensino Fundamental ofereciam a formação profissional integrada. Nenhuma dessas matrículas estava registrada nos doze municípios da mesorregião do Pará que integram essa publicação. Para o Ensino Médio na modalidade EJA, no estado do Pará, eram apenas 1.873 matrículas integradas à Educação Profissional. Desse total, 170 matrículas estavam distribuídas em dois municípios da região (113 em Altamira e 57 em Brasil Novo). Essas matrículas, entretanto, estavam concentradas na rede privada de ensino.

Os dados revelam que os municípios precisam se articular com o governo do estado e com a União para oferecer aos estudantes da EJA percursos formativos com caráter profissionalizante. As parcerias nesse sentido encontram assistência técnica e/ou financeira junto ao FNDE e também junto à Secretaria Estadual de Educação e são ações importantes para reverter as desigualdades e os processos de marginalização e exclusão social.

META 11

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

META 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

META 13

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

META 14

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

As metas 11, 12, 13 e 14 tratam da formação técnico-profissional de nível médio e do acesso e qualidade do Ensino Superior. Na organização federativa que o Brasil construiu, essas são áreas nas quais os estados e a União são os principais formuladores e operadores.

Apesar dessa configuração, é imprescindível que os municípios estejam inseridos nos processos de colaboração e que participem das estratégias eleitas para garantir que seus jovens e adultos possam encontrar boas oportunidades de continuar estudando e de alcançar níveis mais elevados de profissionalização e formação.

META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

META 16

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

META 17

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

META 18

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

As pesquisas internacionais e nacionais sinalizam que a valorização e o investimento na formação inicial e continuada do professor é a variável que mais incide na melhoria dos resultados educacionais. Em todos os sistemas educacionais que alcançaram evolução significativa de eficiência ao longo do século XX, a ampliação da oferta, a melhoria da qualidade dos cursos de formação inicial e nas oportunidades de aprendizagem em serviço e padrões mais justos de remuneração são sempre pontos centrais na trajetória.

As metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação estruturam uma agenda de Estado para a valorização e formação de educadores no Brasil: estabelecem metas de acesso às licenciaturas e à pós-graduação, indicam um padrão considerado adequado para a remuneração e estabelecem uma previsão objetiva para que todas as redes tenham um plano de carreira para os profissionais da educação.

No caso dos municípios, são os professores e gestores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental os atores para e com os quais essas políticas precisam ser desenhadas.

DESAFIOS REGIONAIS

Garantir o Piso Salarial Nacional, organizar planos de carreira atrativos e seguros e investir na formação inicial e continuada dos professores se colocam como ações urgentes para os municípios que integram esta publicação.

O percentual de professores sem a formação em nível superior na área em que atuam e a dificuldade das redes em contratar e reter professores sinalizam para a importância de recorrer às ações de colaboração e assistência técnica e financeira da União e do governo do Estado. A rede formada pela Universidade Aberta do Brasil, com cursos de licenciatura que priorizam professores das redes públicas, compõe uma estratégia relevante para enfrentar esse desafio.

META 19

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Embora a gestão democrática da escola pública seja um princípio consagrado em nossa legislação e mesmo que tenhamos avançado significativamente na concretização desse princípio desde a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, ainda existem dificuldades acentuadas para que se vivencie uma gestão escolar participativa, colaborativa e com práticas efetivamente democráticas.

Ao estabelecer a consulta pública à comunidade como um dos componentes da escolha do diretor de escola e ao sinalizar a integração desse componente com critérios técnicos de mérito e desempenho, o Plano Nacional de Educação contribui para a superação de uma dicotomia entre o componente técnico e o componente político/ético da gestão escolar. Aqueles municípios brasileiros que ainda sustentam práticas arraigadas de indicação política para a ocupação de cargos de direção de escola precisam construir novos paradigmas que contemplem essa exigência.

Para além disso, é preciso investir na consolidação das instâncias colegiadas da gestão, como os conselhos escolares e grêmios, nos quais a participação da comunidade e dos estudantes ganhe espaço, agenda e consequência prática no cotidiano das unidades escolares.

DESAFIOS REGIONAIS

A cultura de participação e gestão democrática da escola deve ser constantemente alimentada por ações claras de orientação, acompanhamento e formação desenvolvidos por parte das Secretarias Municipais de Educação. O Programa Pró-Conselho, estratégia construída pelo Ministério da Educação para a formação de Conselheiros Escolares, é um exemplo relevante nesse sentido.

Além disso, os municípios que compõem esta publicação podem desenvolver e implementar ações de incentivo, mobilização e organização da participação estudantil e ampliar a escuta da comunidade em conselhos de gestão, como o Conselho de Fiscalização do FUNDEB, o Conselho da Alimentação Escolar e o Conselho Municipal de Educação.

META 20

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

O processo de construção do Plano Nacional de Educação permitiu que construíssemos um consenso em torno dos padrões mínimos aceitáveis para o financiamento de uma educação pública de qualidade. A definição do Custo Aluno Qualidade e o estabelecimento da meta de investimento mínimo de 7% do PIB no primeiro quinquênio e 10% do PIB ao final do período de vigência do Plano foram conquistas importantes para a sociedade brasileira, aguardadas há tempos pelos educadores, pelos militantes da causa da educação e pelos setores efetivamente comprometidos com o desenvolvimento social sustentável do país.

Entretanto, o cenário pós-aprovação do Plano Nacional de Educação, que conjuga um quadro de restrições econômicas, fiscais e orçamentárias e a aprovação de legislações de ajuste de receitas e despesas primárias, pode colocar em risco o atingimento dessa meta, imprescindível para que todas as outras possam ganhar maior consequência.

Tal conjuntura impõe a necessidade de todos os governos locais organizarem com maior profissionalismo e cuidado a gestão dos recursos financeiros disponíveis.

DESAFIOS REGIONAIS

Os municípios da mesorregião do Pará que compõem esta publicação caracterizam-se por economias de pequeno porte e por uma arrecadação de impostos insuficiente para sustentar as demandas sociais que se colocam. Nesse sentido, o FUNDEB, ao redistribuir recursos com foco na equidade, tem sido uma importante estratégia para ampliar a capacidade de gestão e financiamento desses governos. No mesmo caminho, as ações de assistência financeira voluntária (transferências) por parte do Ministério da Educação e da Secretaria Estadual de Educação também têm permitido uma ampliação do gasto público em educação nessas localidades.

Entretanto, ainda é necessário atentar à melhoria da qualidade e da eficiência do investimento feito. Nesse sentido, é fundamental que os gestores municipais busquem aprimorar a administração, utilizando recursos tecnológicos disponíveis e gratuitos, como a Plataforma Conviva Educação (www.convivaeducacao.org.br).



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

ALTAMIRA / PA



Altamira possui uma vasta extensão territorial. É maior do que dez estados brasileiros. Banhada pelo Rio Xingu e pelos seus afluentes, é conhecida por sua hidrografia pujante.

DISTÂNCIA

816km

até Belém, por estrada

ALTAMIRA

POPULAÇÃO 2010

99.075 

PROJEÇÃO 2016

109.938 

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051 

PROJEÇÃO 2016

8.272.724 

*dados do IBGE

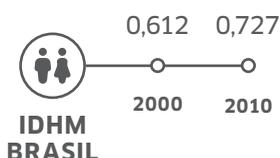
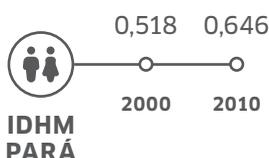
PIB

R\$ 3.067.323,00

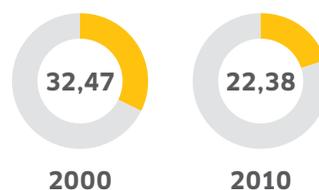
PIB

R\$ 120.949.000,00

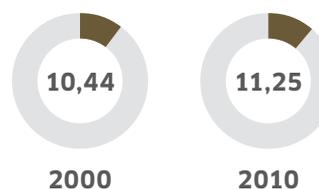
ALTAMIRA / PA /



POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

2000	2010
R\$ 401,93	R\$ 492,05

ÍNDICE DE GINI

2000	2010
0,58	0,56

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

ALTAMIRA

Em nosso país, o desafio de construir condições para o pleno exercício da cidadania de todos e de cada um ainda é significativo. Em diferentes campos, os direitos sociais ainda precisam ser afirmados e ainda é necessário incluir grupos que, historicamente, estiveram excluídos de seu exercício. A educação escolar é um desses campos. Embora possamos reconhecer importantes avanços nas três últimas décadas, ainda são significativos os desafios que precisamos enfrentar para que todos os meninos, meninas, jovens e adultos tenham a garantia do acesso, da permanência, da aprendizagem adequada e do sucesso em suas trajetórias escolares. Conhecer e interpretar as condições locais e os dados específicos de cada comunidade é imprescindível para organizarmos e oferecermos políticas, programas e ações que nos permitam alcançar esse objetivo.

ALTAMIRA

Localizada a 816km de Belém e com uma população de cerca de 110 mil habitantes (estimativa IBGE 2016), Altamira possui indicadores socioeconômicos que a colocam em posição privilegiada frente a outros municípios da região. A renda per capita do município está próxima dos R\$ 500,00 e o IDHM avançou de 0,534 (2000) para 0,665 (2010). O percentual da população classificada como extremamente pobre alcançou cerca de 11% em 2010.¹

Altamira tem quase 85% de sua população em domicílio urbano, porém o maior número de es-

colas (83) encontra-se situado na área rural. Por outro lado, o maior número de alunos (19.890) está matriculado nas escolas urbanas, em relação ao número de alunos matriculados na área rural (5.721). Além disso, é na zona urbana que as escolas contam com maior e melhor infraestrutura, equipamentos e profissionais. Importante observar ainda que, do total de escolas municipais (137), 18 delas se apresentam como escolas indígenas, sendo que uma está desativada, segundo dados do Censo Escolar de 2015, e todas elas estão situadas na área rural do município. No Censo de 2015, essas escolas, em seu conjunto,

¹ Dados retirados do site oficial do IBGE e da página da web do município.

contavam com 679 alunos matriculados no Ensino Básico e na EJA.

Uma atenção especial deve ser dada à Educação Infantil. Na faixa etária de 0 a 3 anos, embora o município alcance o dobro da média de atendimento do estado do Pará, com 17% das crianças matriculadas, ainda está muito distante da meta proposta pelo Plano Nacional de Educação, que prevê, ao menos, 50% dessa população atendida no sistema escolar. Também na faixa etária de 4 e 5 anos, esse desafio se coloca prioritário.

O investimento na Educação Infantil poderá acelerar ainda mais os avanços que o município alcançou nos últimos anos no Ensino Fundamental. Embora permaneça um desafio importante de incluir 100% dos alunos de 6 a 14 anos na escola, o município tem conseguido atingir ou superar as metas do IDEB para os anos iniciais e finais e tem se mantido acima da média do estado. Entretanto, ainda são graves os dados de distorção idade-série no Ensino Fundamental, e muitas crianças demoram tempo demais para concluir esta etapa da educação básica.

Essa distorção impede, muitas vezes, que os jovens de 15 a 17 anos alcancem o Ensino Médio e é um fator determinante para que abandonem a escola antes de terminar o 9º ano do Ensino Fundamental. Os dados de matrícula dessa população revelam que nem todos os jovens nessa faixa etária estão na escola e, aqueles que estão na Escola nem sempre estão matriculados no Ensino Médio.

Os dados estatísticos sobre o atendimento às pessoas com deficiência disponíveis para Altamira revelam que, de forma coerente com as esta-

tísticas nacionais, o município tem acolhido nas classes regulares cada vez mais crianças e adolescentes com deficiência. Todavia, resta o desafio de garantir a formação adequada de professores para o atendimento educacional especializado e também para o atendimento regular, na classe comum. O município também precisa estar atento à distribuição das salas do atendimento educacional especializado, pois elas se concentram, exclusivamente, na sua área urbana.

Ainda um outro desafio a ser enfrentado são as condições de infraestrutura física dos prédios escolares. É importante mapear as necessidades de todas as escolas e alinhar um plano com as prioridades para o atendimento. Nas áreas rurais, o município pode estabelecer uma estratégia de nucleação, o que permitiria concentrar os recursos e racionalizar os investimentos.

Por fim, políticas e programas de extensão do tempo na escola e de educação integral têm sido desenvolvidos no município com apoio técnico e financeiro do governo federal (sobretudo a partir do Programa Novo Mais Educação). Essas iniciativas revelam alto impacto na permanência e na aprendizagem das crianças, mas exigem do município um adequado planejamento do uso dos espaços das escolas e de outros espaços educativos presentes no município. Esses programas devem ser formulados na perspectiva da articulação entre a rede municipal de ensino, as outras secretarias do município e os diferentes atores organizados da sociedade local, como, por exemplo, as organizações não governamentais, lideranças locais e comunitárias.

ALTAMIRA

PARÁ

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS	
	EDUCAÇÃO INFANTIL				ENSINO FUNDAMENTAL	
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
URBANA/ RURAL	803/96	282/0	2.745/678	594/26	9.179/2.986	1.058/52
INTEGRAL/ PARCIAL	899/0	0/282	0/3.423	0/620	1.080/11.085	0/1.110
REGULAR/ ESPECIAL	891/8	282/0	3.382/41	620/0	11.831/334	1.110/0

INFRAESTRUTURA 2015

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
				
35	48	5	37	7
28 ÁREA URBANA	38 ÁREA URBANA	2 ÁREA URBANA	30 ÁREA URBANA	5 ÁREA URBANA
7 ÁREA RURAL	10 ÁREA RURAL	3 ÁREA RURAL	7 ÁREA RURAL	2 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte Sinopse da Educação Básica 2015 divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos



TOTAL DE ESCOLAS



137

53 ÁREA URBANA

84 ÁREA RURAL

TOTAL DE ESCOLAS DETALHAMENTO

URBANAS

- 22** Educação Infantil Regular
- 33** Ensino Fundamental Regular
- 8** Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 18** Escolas indígenas
- 26** Educação Infantil Regular
- 83** Ensino Fundamental Regular
- 30** Educação de Jovens e Adultos

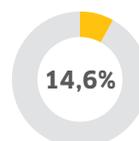
METAS DO PNE

META 1

Primeiro e principal desafio do município no campo da educação é a Educação Infantil, que abre as Metas do PNE. Criar condições de ampliação do acesso das crianças pequenas à escola tem sido um desafio de todos os profissionais envolvidos na Educação. É desafio para o município oferecer condições de estrutura e infraestrutura que contemplem as especificidades desse público com espaço, recursos pedagógicos e de acessibilidade adequados e profissionais com formação que permitam reconhecer as crianças como protagonistas de seu próprio desenvolvimento e, por consequência, como sujeitos do direito à educação.

Os dados disponíveis em relação à Altamira indicam, entretanto, que essa meta ainda não foi alcançada. É preciso que o município priorize a expansão de sua rede de ensino para atender esta demanda. Modelos de parceria entre o poder público e organizações do terceiro setor e experiências de período parcial na educação de 0 a 3 anos podem ser uma alternativa importante para os sistemas de ensino. Para conhecer um pouco mais sobre as parcerias com o terceiro setor, você pode consultar o documento publicado em 2009 pelo Ministério da Educação intitulado "Orientações Sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Concessionárias ou Filantrópicas sem Fins Lucrativos para a Oferta da Educação Infantil". Para conhecer experiências de oferta de turno parcial em municípios do Pará, consulte a Undime.

FREQUÊNCIA - CRECHES Crianças de 0 a 3 anos



PARÁ

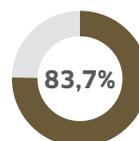
PNAD 2014



ALTAMIRA

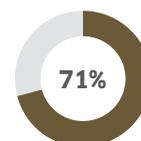
CENSO IBGE 2010

FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA Crianças de 4 a 5 anos



PARÁ

PNAD 2014



ALTAMIRA

CENSO IBGE 2010

O investimento focado na expansão das matrículas de crianças de 0 a 3 anos é prioritário no município de Altamira e em todos os outros municípios do Pará. As ações em parceria com a sociedade civil podem ser um caminho promissor.

META 2

Segundo o último Censo IBGE, em 2010 apenas 80,37% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Isso significa que quase 20% dos estudantes acumulavam mais de dois anos de atraso. É imprescindível olhar com atenção para as causas que têm provocado a distorção entre idade e série em níveis tão altos e enfrentá-las de forma corajosa e prioritária.

Trabalhar, de forma articulada com outros órgãos, tais como o Conselho Tutelar, a Secretaria Municipal da Saúde e o órgão responsável pela Assistência Social no município permite à Secretaria Municipal de Educação localizar as crianças e adolescentes que ainda estão fora do sistema educacional e também aqueles que necessitam de maior apoio e acompanhamento para que possam progredir com sucesso na sua trajetória escolar. Adotar programas de correção de fluxo e aceleração (como aqueles propostos no Guia de Tecnologias do Ministério da Educação) e investir em programas de formação de professores e no atendimento pedagógico complementar em pequenos grupos ou individual também são medidas imprescindíveis para alcançar os resultados desejados.

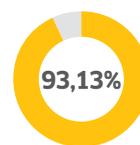
É fundamental identificar as crianças de 6 a 14 anos que estão fora da escola e construir estratégias focalizadas para garantir seu acesso e permanência. Programas de correção de fluxo são imprescindíveis para alcançar a meta 2 do PNE.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
Crianças de 6 a 14 anos



PARÁ

PNAD 2014



ALTAMIRA

CENSO IBGE 2010

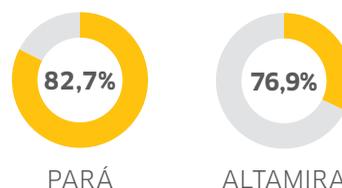
METAS DO PNE

META 3

A legislação brasileira estabelece que a responsabilidade pela oferta do Ensino Médio é dos estados. Os municípios devem concentrar sua atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. No Pará, apenas 82,7% dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola (a meta do PNE para 2017 era 100%). Mas um dado mais grave é que nem todos esses jovens estão matriculados no Ensino Médio. No Pará, a taxa líquida de matrícula no Ensino Médio era de apenas 47%. Ou seja: menos da metade dos jovens de 15 a 17 anos estava matriculada na série em que deveria estar. Cerca de 35% deles ainda estava matriculados no Ensino Fundamental.

Ainda que o Ensino Médio seja um compromisso do Sistema Estadual de Educação, o município de Altamira pode e deve desenvolver ações que promovam a melhoria desses índices tão dramáticos. O primeiro passo é identificar, de forma cuidadosa, quais são os jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola e promover, em parceria com a rede estadual, com a Secretaria de Assistência Social e com o Conselho Tutelar da cidade uma ampla campanha para matrícula desses jovens na escola. Ao mesmo tempo, é imprescindível identificar quais são os jovens de 15 a 17 anos que estão matriculados ainda no Ensino Fundamental e construir uma política de correção de fluxo, que preveja a aceleração da sua progressão na escola, com qualidade e aprendizado adequado.

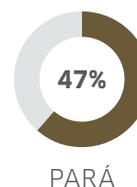
JOVENS NA ESCOLA De 15 a 17 anos



PARÁ
PNAD 2014

MUNICÍPIO
CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO Jovens de 15 a 17 anos



PARÁ
PNAD 2014

Os jovens de 15 a 17 anos que ainda estão fora da escola precisam de políticas que garantam seu acesso ao sistema escolar, e os jovens que estão matriculados na escola, mas estão fora do Ensino Médio, precisam de políticas de correção de fluxo.

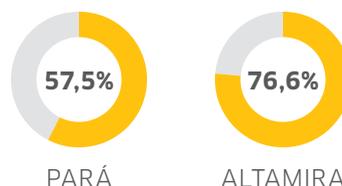
META 5

Garantir que todas as crianças estejam adequadamente alfabetizadas ao final do 3º ano do Ensino Fundamental é um compromisso de todo o país. Tanto os governos municipais e estaduais quanto o governo federal precisam criar e manter políticas que possibilitem que isso aconteça.

Os dados da edição de 2014 da Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA, revelam que o município de Altamira alcançou o índice de 76,6% de crianças com proficiência adequada em leitura e 56,6% de crianças com proficiência adequada em escrita ao final do 3º ano. Embora sejam índices bastante superiores à média do estado do Pará, ainda é necessário um esforço focado para alcançar 100% das crianças nos dois componentes.

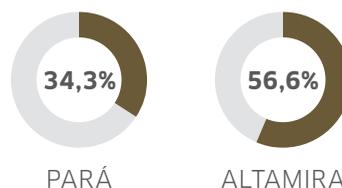
O diagnóstico de 2014 revela que, além de aprofundar o investimento no campo da leitura, é preciso um cuidado especial com a competência escritora, uma vez que quase metade das crianças do 3º ano do Ensino Fundamental apresentou níveis abaixo do esperado no exame. Para garantir um avanço sustentável nesse indicador, a formação de professores alfabetizadores deve ser uma área de investimento prioritário e contínuo do município. Além disso, é preciso criar e sustentar mecanismos que ajudem os professores e gestores a identificar, com rapidez e ainda no primeiro ano do Ensino Fundamental, as crianças que apresentam alguma dificuldade em acompanhar as atividades propostas e que sejam criados projetos e programas que acolham e atendam essas crianças com propostas que permitam a elas superar essas dificuldades e avançar, sem tropeços, no processo de aprendizagem do sistema de escrita.

PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM LEITURA Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM ESCRITA Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

Alfabetizar 100% das crianças até os 8 anos de idade (ao final do 3º ano do Ensino Fundamental) é um compromisso de todos os níveis de governo. É preciso foco para que cada criança alcance níveis adequados de proficiência em leitura e escrita ao final do ciclo de alfabetização.

METAS DO PNE

META 7

Os anos finais do Ensino Fundamental são um desafio importante para garantir a qualidade da oferta educativa na educação básica. É importante criar estratégias para aprofundar os investimentos nesta etapa e manter a tendência de melhora identificada nas edições anteriores do IDEB.

Altamira tem se posicionado, desde o início da medição do IDEB, acima da média do estado do Pará. Essa posição, entretanto, não pode ser interpretada como um sinal de que não há avanços a construir ou caminhos a trilhar: Mas, sem dúvida, expressa um compromisso do município com a melhoria sustentável da qualidade da oferta educativa, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O IDEB 2015, nos anos iniciais da rede municipal, superou a meta e cresceu muito. Foram 0,7 décimos – o maior aumento na série histórica, desde o início da avaliação com esse indicador. Isso significa que o município já encontrou boas alternativas para melhorar tanto o fluxo escolar quanto a aprendizagem dos meninos e meninas matriculados do 1º ao 5º ano.

Também nos anos finais, considerando os resultados de 2007, 2009 e 2011, o município apresentou, sempre, IDEB superior à meta que havia sido estabelecida pelo Ministério da Educação e bastante acima da média do estado do Pará. A queda no índice, no ano de 2013, foi corrigida no ano de 2015, quando o município retomou o patamar de 2011, mesmo não tendo alcançado a meta prevista (4,9). Todavia, para manter a boa série histórica, é imprescindível que o município continue atento às questões de fluxo (aprovação, reprovação, abandono) e proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS								
ALTAMIRA	4,3	4,7	4,8	4,5	5,2			
METAS	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4	4,5			
ANOS FINAIS								
ALTAMIRA	4,0	4,1	4,4	3,7	4,4			
METAS	3,6	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
ENSINO MÉDIO								
PARÁ	2,3	3	2,8	2,7	3			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4	4,2	4,4

Elaborado a partir dos dados disponíveis nas bases do MEC/INEP.

META 9

Além de atender à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental em suas duas fases, o município de Altamira divide, com o estado, o Ensino de Jovens e Adultos, com um total de 1.572 matrículas na rede municipal e 354 matrículas na rede estadual.

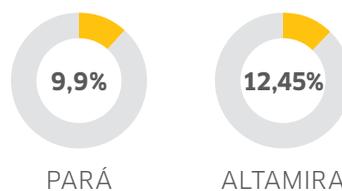
A Educação de Jovens e Adultos é uma política pública reparadora, qualificadora e equalizadora. Ela corrige a negação do direito à educação para grupos que foram excluídos do sistema escolar, qualifica a população jovem e adulta para o pleno exercício da cidadania e corrige desigualdades sociais que nascem ou são alimentadas pelas desigualdades de acesso e permanência na escola. Por essa razão, é imprescindível que haja um investimento cuidadoso nessa modalidade da escolarização.

Os programas de alfabetização de jovens e adultos concentram uma parte dessa política e são responsáveis diretos por garantir um dos objetivos da nossa República, presentes na nossa Constituição Federal de 1988: a erradicação do analfabetismo. Desde a nossa LDB, esses programas têm sido concentrados no nível municipal e, por isso, são as Secretarias Municipais de Educação que devem organizar e manter as classes de alfabetização de jovens e adultos, contando, sempre, com apoio técnico e financeiro dos estados e da União.

Altamira ainda apresentava, em 2010, uma taxa de analfabetismo superior à média do estado, alcançando cerca de 12,5% da população com 15 anos ou mais. Para avançar e superar esse desafio, o município precisa estar atento à identificação e mapeamento dessa população (sua localização geográfica, sua faixa etária, sua condição de trabalho, sua classificação étnico-racial) a fim de desenhar os melhores caminhos para atendê-la. Populações mais idosas ou que vivem em aldeamentos indígenas e em pequenas comunidades rurais necessitam, sem dúvida, de modelos específicos de oferta da alfabetização, muito diferentes daqueles que vivem em aglomerados maiores e próximos das áreas urbanizadas.

A erradicação do analfabetismo é um compromisso do Estado Brasileiro, assumido desde a nossa Constituição Federal de 1988. Todos os níveis de governo devem articular esforços para atingirmos esse objetivo, e os municípios são os principais operadores dessa importante iniciativa educacional.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais



PARÁ
PNAD 2014

MUNICÍPIO
CENSO IBGE 2010



ANAPU / PA



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA



Na língua tupi, “anapu” significa “barulho ou ruído forte”. As lavouras de banana, cacau, café, mamão, manga e urucum, entre outras, são importantes na economia local.

DISTÂNCIA

678km

até Belém, por estrada

ANAPU

POPULAÇÃO 2010

20.543 

PROJEÇÃO 2016

26.271 

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051 

PROJEÇÃO 2016

8.272.724 

*dados do IBGE

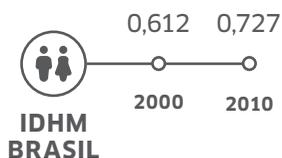
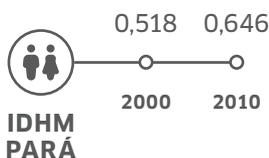
PIB

R\$142.508,00

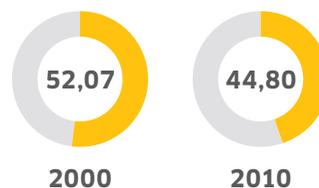
PIB

R\$120.949.000,00

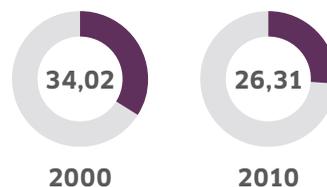
ANAPU / PA /



POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

Ano	RENDA PER CAPITA (R\$)
2000	R\$ 226,8
2010	R\$ 226,28

ÍNDICE DE GINI

Ano	ÍNDICE DE GINI
2000	0,65
2010	0,58

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

PARÁ

ANAPU

Construir políticas e programas que garantam o direito à educação para cada um dos meninos e meninas, adolescentes, jovens e adultos é um compromisso de todos os gestores públicos com a cidadania plena dos brasileiros e brasileiras. Mesmo que tenhamos avançado neste campo, ainda são grandes os desafios da sociedade brasileira no setor da educação. Analisar com a atenção devida os dados e as características de cada localidade e tomar boas decisões sobre o que precisa ser feito com os recursos disponíveis é fundamental para que as lideranças de cada sistema de ensino atuem em favor da aprendizagem de cada estudante e possibilitem que alcancemos as metas previstas no nosso Plano Nacional de Educação.

ANAPU

Com uma população de pouco mais de 26 mil habitantes, segundo projeção do IBGE, o município de Anapu tem experimentado uma melhoria contínua do padrão de renda e de vida de sua população. Em 1991, mais de 84% da população do município eram classificados como extremamente pobres. Este número caiu para cerca de 52% em 2000 e para cerca de 45% em 2010. Apesar disso, os desafios com a vulnerabilidade social e econômica da população ainda são significativos e afetam o sistema escolar e todas as outras políticas da área social.¹

Nesse panorama, são bastante preocupantes as baixas taxas de acolhimento e atendimento na Educação Infantil. Em 2010, apenas cerca de 4% das crianças de 0 a 3 anos estavam matriculadas em creches do município e apenas cerca de 40% das crianças

de 4 a 5 anos estavam matriculadas na pré-escola. Quando observada a população de 6 a 14 anos, o município alcança um percentual de 94,25% de atendimento (o que revela um compromisso grande com o Ensino Fundamental, mas ainda situa o município abaixo da média do estado do Pará).

Apesar do percentual de atendimento no Ensino Fundamental sinalizar que o município está próximo da universalização dessa etapa, são ainda graves os dados de distorção idade-série. Muitos estudantes, apesar de estarem matriculados na escola na faixa etária de 6 a 14 anos, estão atrasados em relação à série que deveriam estar frequentando. Essa defasagem, muitas vezes, impede que eles concluam o Ensino Fundamental ou que se matriculem no Ensino Médio na idade certa

¹ Dados retirados do site oficial do IBGE e da página da web do município.

(15 a 17 anos). Além dos prejuízos causados à trajetória individual de cada estudante, a distorção idade-série, quando associada à reprovação, causa também prejuízos à utilização dos recursos financeiros, de infraestrutura e também de pessoal (já escassos no município). As pesquisas nacionais e internacionais revelam que a reprovação não está associada a ganhos significativos de aprendizagem ou proficiência dos estudantes e que, a cada ano de reprovação, aumentam em cerca de 20% as chances do estudante abandonar a escola.

É preciso compreender esses dados considerando a distribuição da população. Mais da metade da população de Anapu vive em domicílios rurais (52,1%) e o maior número de escolas do município está situado em áreas rurais. Por isso, torna-se imprescindível considerar as diferenças e as necessidades específicas dessas populações, inclusive em termos de infraestrutura física e distribuição de professores. É importante identificar qual a melhor forma de atendimento das áreas rurais e se é possível e desejável uma estratégia de nucleação, aglutinando classes ou escolas rurais de porte muito pequeno em unidades maiores (o que poderia permitir um uso mais racional dos recursos e da alocação dos professores).

É importante assinalar, também, o esforço de atender os estudantes da Educação Especial em classes regulares. Os dados de Anapu revelam um compromisso com a perspectiva inclusiva da Educação Especial e devem ser elogiados. Entretanto, é preciso observar ainda que as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) concentram-se em apenas duas escolas, da zona urbana, ainda que também haja alunos público-alvo da educação especial na zona rural. Também é preciso atenção à adap-

tação dos espaços escolares para as pessoas com deficiência, já que, na rede municipal, apenas 2% das escolas possuem dependências adaptadas.

Outro desafio significativo em Anapu é a erradicação do analfabetismo. Em 2010, o percentual de anapuenses com mais de 15 anos ainda não alfabetizados era de 19%, superior à média do estado para aquele ano. Em 2014, a PNAD identificou uma queda na média do estado, que registrou um percentual de 9,9% de analfabetismo. Mesmo considerando que esse índice está em queda, é imprescindível que o município avance e aprofunde suas políticas para a alfabetização dos jovens e dos adultos, identificando quais são os públicos prioritários e criando alternativas específicas para eles. Uma parte dessas ações poderá ser feita com apoio da rede estadual de ensino e também do governo federal. Mas há um campo de responsabilidade que é do município e precisa ser assumido de forma assertiva.

Também é preciso reconhecer que a ampliação do tempo de permanência na escola e a diversificação da oferta de práticas educativas, culturais e esportivas para as crianças, adolescentes e jovens em programas de educação integral e de educação em tempo integral são iniciativas potentes de melhoria da qualidade da educação básica. Esses programas devem ser formulados na perspectiva da articulação entre a rede municipal de ensino, as outras secretarias do município e os diferentes atores organizados da sociedade local, como, por exemplo, as organizações não governamentais, lideranças locais e comunitárias. Nesse sentido, as experiências do Programa Novo Mais Educação têm sido uma estratégia potente na construção do ensino integral em vários municípios.

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS	
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
EDUCAÇÃO INFANTIL					ENSINO FUNDAMENTAL	
URBANA/ RURAL	0/0	0/0	473/284	0/0	1.964/1.875	0/0
INTEGRAL/ PARCIAL	0/0	0/0	0/756	0/0	1.290/2.549	0/0
REGULAR/ ESPECIAL	0/0	0/0	755/1	0/0	3.796/43	0/0

INFRAESTRUTURA 2015

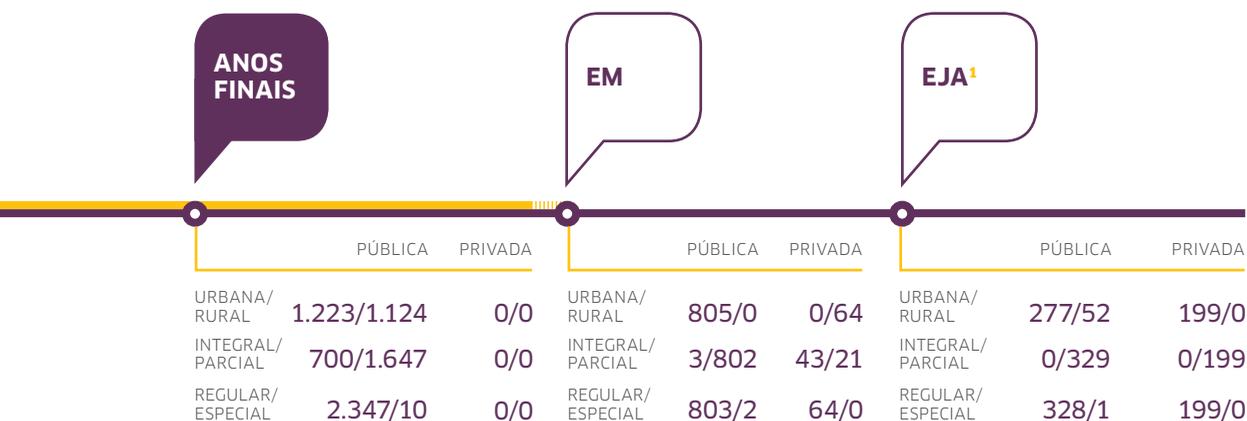
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
				
5	6	1	1	0
3 ÁREA URBANA	2 ÁREA URBANA	1 ÁREA URBANA	0 ÁREA URBANA	0 ÁREA URBANA
2 ÁREA RURAL	4 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL	1 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte
Sinopse da Educação Básica 2015
divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos



TOTAL DE ESCOLAS



49

6 ÁREA URBANA

43 ÁREA RURAL

TOTAL DE ESCOLAS DETALHAMENTO

URBANAS

- 1** Educação Infantil Regular
- 5** Ensino Fundamental Regular
- 2** Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 1** Educação Infantil Regular
- 42** Ensino Fundamental Regular
- 30** Educação de Jovens e Adultos

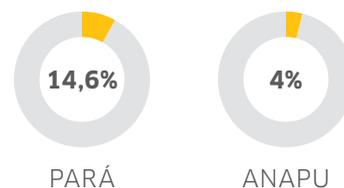
METAS DO PNE

META 1

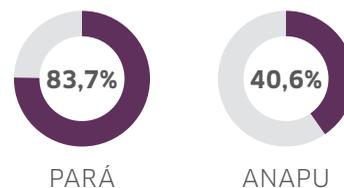
Acolher e atender, em instituições educativas de qualidade, as crianças de 0 a 3 anos é um desafio importante para as políticas educacionais brasileiras. As pesquisas nacionais e internacionais apontam para a importância desse investimento, quer seja pela garantia de bem-estar, proteção e adequada formação das crianças pequenas, quer seja pelos impactos dessa oferta no desenvolvimento contínuo dos sujeitos ao longo da vida. É importante reconhecer que o Brasil priorizou, durante bastante tempo, o investimento concentrado dos recursos financeiros no Ensino Fundamental e que, apenas a partir da edição do FUNDEB, houve possibilidade de distribuir melhor os recursos e alcançar as enormes necessidades de suporte às políticas de Educação Infantil.

Em Anapu, os dados relacionados à Meta 1 do Plano Nacional de Educação exigem que os gestores públicos concentrem e priorizem investimentos da educação municipal na ampliação da oferta de vagas em creches e em pré-escolas. Nesse sentido, pode-se buscar modos alternativos para essa oferta, como as experiências de tempo parcial que oferecem o atendimento de 0 a 3 anos em períodos de 5 horas diárias. Além disso, caso não seja possível a ampliação de vagas na rede direta do município, em prédios próprios, o município pode organizar estratégias de expansão que, temporariamente, incluam modelos de atendimento em parceria com a sociedade civil (organizações não governamentais, entidades assistenciais) nas quais se estabeleçam termos de convênio com finalidade específica. Para tanto, é possível consultar o documento "Orientações Sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Profissionais ou Filantrópicas sem Fins Lucrativos para a Oferta da Educação Infantil" (MEC, 2009)

FREQUÊNCIA - CRECHES Crianças de 0 a 3 anos



FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA Crianças de 4 a 5 anos



É preciso priorizar o investimento na expansão de vagas para o segmento de 0 a 3 anos. Modelos alternativos, como o atendimento em tempo parcial e as parcerias com entidades assistenciais e organizações não governamentais podem ser um caminho.

META 2

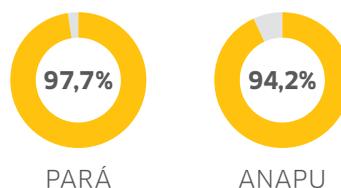
O desafio de incluir toda a população de 6 a 14 anos no Ensino Fundamental ainda está na pauta do município de Anapu. Os atuais 94,25% revelam uma história de esforço que deve ser reconhecida, mas é preciso encontrar meios para incluir os quase 6% de crianças e adolescentes até 14 anos que estão fora da escola. Mas o desafio maior está em garantir um fluxo de escolarização adequado. Dados coletados em 2013 revelam que cerca de 36% das crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental estavam em distorção idade-série (ou seja, com um descompasso entre a sua idade e a série ideal em que deveriam estar matriculadas). Nos anos finais, esse dado é ainda mais dramático: quase 52% dos adolescentes de Anapu estavam em distorção-idade série.

Articular ações e programas para incluir os que estão fora do sistema escolar e para corrigir trajetórias de atraso e distorção no Ensino Fundamental é um compromisso fundamental da gestão municipal em Anapu. Tais iniciativas devem contemplar, necessariamente:

- a) um trabalho intersetorial, com participação ativa do Conselho Tutelar, da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Saúde, a fim de identificar e apoiar as famílias que têm encontrado dificuldade em matricular as crianças de 6 a 14 anos na escola;
- b) a adoção de programas de correção de fluxo (aceleração) que o Ministério da Educação disponibiliza através do Plano de Ações Articuladas – PAR ou que o governo do estado do Pará viabiliza através da Secretaria Estadual de Educação;
- c) o investimento na formação continuada dos professores e gestores para que possam identificar, com rapidez, as crianças que apresentem dificuldades em acompanhar as atividades propostas e para que construam e implementem, nas escolas, projetos de atendimento complementar em pequenos grupos e apoio pedagógico individualizado.

É urgente desenvolver políticas de correção de fluxo que garantam que os estudantes concluem o Ensino Fundamental na idade certa. Tais programas permitem que os recursos (financeiros, de infraestrutura e de pessoal) possam atender ao desafio de incluir, com qualidade, todas as crianças e adolescentes na escola.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
Crianças de 6 a 14 anos



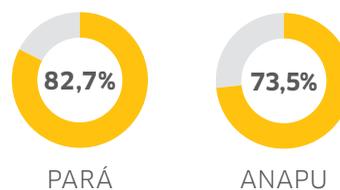
METAS DO PNE

META 3

Apenas 82,7% dos jovens e adolescentes de 15 a 17 anos do estado do Pará estão matriculados em alguma escola. Isso significa que praticamente um em cada cinco jovens dessa faixa etária está fora da escola. Entretanto, aqueles que estão matriculados nem sempre frequentam a série em que deveriam estar: As matrículas dos jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio (etapa correspondente à sua faixa etária) somam apenas 47% da população total. Ou seja: há um enorme contingente de jovens de 15 a 17 anos paraenses matriculados, ainda, no Ensino Fundamental.

Por essa razão, os desafios relativos à meta 3 do Plano Nacional de Educação não se restringem à rede e ao sistema estadual de educação do Pará. O município pode e deve desenvolver ações que promovam a melhoria desses índices tão dramáticos. O primeiro passo é identificar, de forma cuidadosa, quais são os jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola e promover, em parceria com a rede estadual, com a Secretaria de Assistência Social e com o Conselho Tutelar da cidade uma ampla campanha para matrícula desses jovens na escola. Ao mesmo tempo, é imprescindível identificar quais são os jovens de 15 a 17 anos que estão matriculados ainda no Ensino Fundamental e construir uma política de correção de fluxo, que preveja a aceleração da sua progressão na escola, com qualidade e aprendizado adequado.

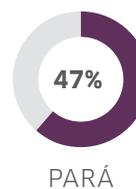
JOVENS NA ESCOLA De 15 a 17 anos



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO Jovens de 15 a 17 anos



PNAD 2014

Enfrentar o desafio de atender, com qualidade, os jovens de 15 a 17 anos na escola exigirá o esforço conjunto da rede estadual e da rede municipal de ensino.

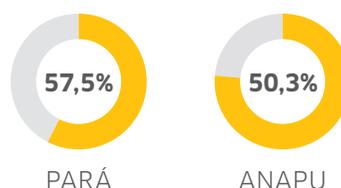
META 5

Os três primeiros anos do Ensino Fundamental são particularmente importantes e significativos porque concentram-se no desenvolvimento das competências de leitura, escrita e raciocínio lógico matemático fundamentais para a continuidade da trajetória escolar dos estudantes. Nesse sentido, o Brasil construiu um importante consenso em torno dos objetivos essenciais do ciclo de alfabetização e assumiu, como meta do Plano Nacional de Educação, o compromisso de garantir para 100% das crianças brasileiras a conquista de níveis adequados de proficiência ao final do 3º ano.

Os dados da edição de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA revelam que Anapu alcançou índice de 50,3% de crianças com desempenho e proficiência adequados em leitura e apenas 30,6% de crianças com desempenho e proficiência adequados na escrita. Em ambos os casos, o desempenho é inferior à média do estado do Pará. É preciso que o município construa e aprofunde suas políticas de formação de professores alfabetizadores e que ofereça condições adequadas para o trabalho de alfabetização e letramento em todas as escolas do município.

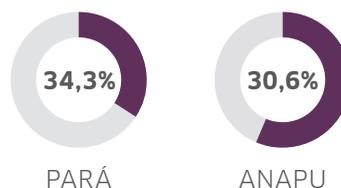
Por outro lado, os estudos nacionais e internacionais na área da alfabetização assinalam que o investimento em estratégias de aproximação da criança pequena com a leitura e a escrita, ainda na Educação Infantil, possuem alto impacto no processo de alfabetização realizado no Ensino Fundamental. Desta maneira, identificar e promover boas experiências nesse sentido é um caminho importante para o município.

PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM LEITURA Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM ESCRITA Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

Alfabetizar plenamente as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental é um passo importante para garantir que elas alcancem uma trajetória escolar de sucesso. Também é um compromisso central assumido pelo Estado Brasileiro na meta 5 do Plano Nacional de Educação.

METAS DO PNE

META 7

Perseguir a melhora contínua do IDEB significa estar comprometido com um projeto de desenvolvimento e cidadania para todo o país. Construir ações e programas focados na melhoria do fluxo e da aprendizagem de todos os estudantes é uma responsabilidade fundamental de todos os sistemas de ensino.

Os dados relativos à evolução do IDEB em Anapu revelam que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o município de Anapu alcançou uma evolução sustentável e contínua, saindo do patamar de 2,3 em 2007 e alcançando índice de 4,1 em 2015. Com exceção do ano de 2013, em todas as outras edições, o município superou a meta estabelecida pelo MEC para essa etapa. Entretanto, nos anos finais do Ensino Fundamental, a evolução alcançada entre 2007 e 2011 não se sustentou e o município ficou abaixo da meta nos anos de 2013 e 2015, retomando a níveis inferiores a 2009. É preciso focalizar e aprofundar investimentos nessa etapa, especialmente porque esse é um momento crítico da escolarização, em que muitas crianças e adolescentes, por não se sentirem capazes de continuar estudando, abandonam o sistema escolar.

Como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é calculado a partir dos dados de desempenho dos alunos da Prova Brasil e da evolução do fluxo escolar, é importante que o município esteja atento a esses dois aspectos de seus resultados. Prevenir a reprovação e o abandono escolar impacta diretamente a nota de evolução do fluxo escolar; enquanto investir na garantia dos duzentos dias letivos de aula, em formação de professores e no acompanhamento individualizado da aprendizagem dos alunos impacta diretamente o desempenho dos estudantes nos exames. Articular as ações nos dois campos é tarefa essencial da Secretaria Municipal de Educação.

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS								
ANAPU	2,3	3,0	3,9	3,4	4,1			
METAS	2,2	2,7	3,3	3,5	3,8	4,1	4,5	4,8
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4	4,5			
ANOS FINAIS								
ANAPU	2,8	3,4	3,6	2,9	3,3			
METAS	2,7	2,8	3,1	3,5	3,9	4,1	4,4	4,7
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
ENSINO MÉDIO								
PARÁ	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

Elaborado a partir dos dados disponíveis nas bases do MEC/INEP.

META 9

O compromisso com a erradicação do analfabetismo é parte dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Nesse sentido, já havia, na promulgação da nossa LDB de 1996, o compromisso com uma população plenamente alfabetizada num prazo de 10 anos. Esse prazo foi prorrogado para a vigência do primeiro Plano Nacional de Educação (2001 – 2010). Embora tenhamos avançado bastante nessa área, nosso país ainda não garantiu esse direito básico à sua população.

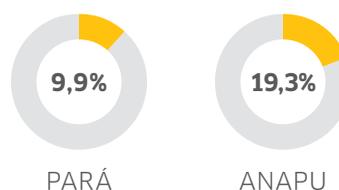
Anapu precisa acelerar seu investimento e aprofundar suas ações nessa área para dar conta de quase 20% da população com 15 anos ou mais que ainda não estão alfabetizados. Por isso, a Educação de Jovens e Adultos precisa ser uma pauta central da Secretaria Municipal de Educação. A EJA articula uma função reparadora, equalizadora e qualificadora e permite, ao mesmo tempo, assegurar um direito que foi negado no passado, promover oportunidades mais igualitárias a toda a população e qualificar as pessoas jovens e adultas para o pleno exercício da cidadania. No eixo central das políticas de EJA está a alfabetização inicial de jovens e adultos.

Para avançar nessa área, é importante que o município de Anapu esteja atento à identificação e ao mapeamento dessa população (sua localização geográfica, sua faixa etária, sua condição de trabalho, sua classificação étnico-racial), a fim de desenhar os melhores caminhos para atendê-la. Populações mais idosas ou que vivem em aldeamentos indígenas e em pequenas comunidades rurais necessitam, sem dúvida, de modelos específicos de oferta da alfabetização, muito diferentes daqueles que vivem em aglomerados maiores e próximos das áreas urbanizadas.

Por outro lado, jovens, entre 15 e 24 anos que tenham abandonado ou nunca tenham frequentado a escola precisam de modelos ajustados às suas características e vinculados fortemente ao mundo do trabalho, dimensão incontornável dos seus projetos de vida e autonomia. O Projovem é um exemplo de programa com alta capacidade de acolhimento dessa população.

Para erradicar o analfabetismo, é imprescindível que os programas e ações de Educação de Jovens e Adultos contem com um bom planejamento e disponham de recursos financeiros e materiais adequados, bem como com professores dedicados a essa tarefa.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais



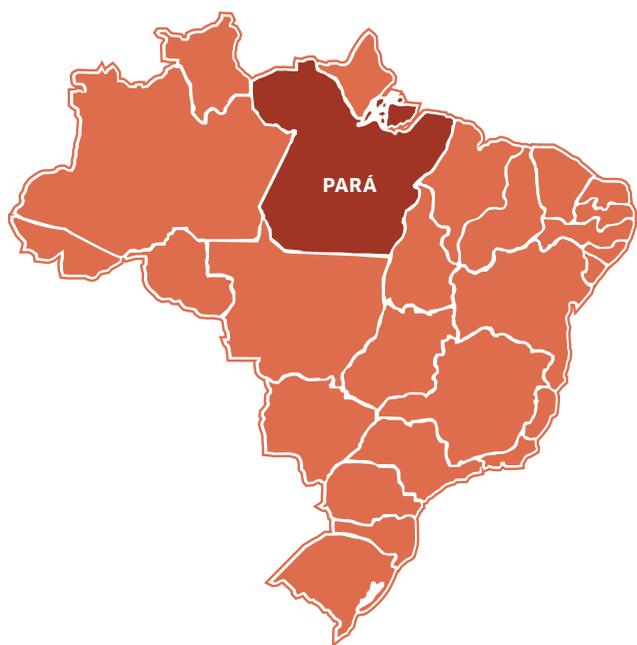
PNAD 2014

CENSO IBGE 2010



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

BRASIL NOVO / PA



Criado em 1991, o município de Brasil Novo é reconhecido pelos seus igarapés de alto potencial energético. São eles: Belo, Arrependido, Anta, Jurucu e Penetecal.

DISTÂNCIA

857km

até Belém, por estrada

BRASIL NOVO

POPULAÇÃO 2010

15.690

PROJEÇÃO 2016

14.834

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051

PROJEÇÃO 2016

8.272.724

*dados do IBGE

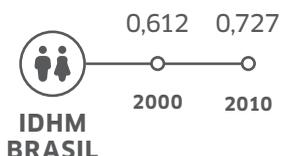
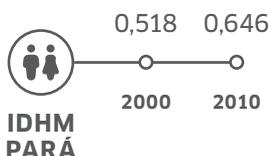
PIB

R\$156.013,00

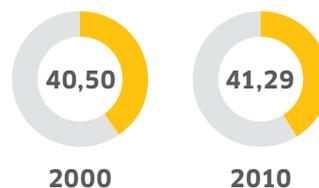
PIB

R\$120.949.000,00

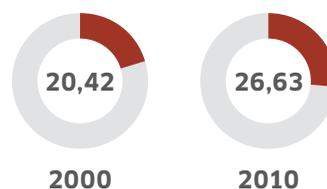
BRASIL NOVO / PA /



POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

2000	2010
R\$ 289,98	R\$ 408,55

ÍNDICE DE GINI

2000	2010
0,55	0,67

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

PARÁ

BRASIL NOVO

O Brasil ainda precisa avançar bastante para tornar realidade o direito pleno à educação de qualidade para todos. Apesar dos avanços que produzimos nos últimos anos, garantir um sistema educacional de atendimento universal e com qualidade, no qual o compromisso com a aprendizagem e com o desenvolvimento integral dos estudantes seja o eixo fundamental de todas as decisões e ações empreendidas, ainda exige, por parte dos gestores públicos, um olhar prioritário, urgente e atento para as necessidades, características e desafios locais e uma capacidade de buscar e articular parcerias e recursos com outros atores e outros níveis da administração pública. Esse senso de urgência e corresponsabilização precisa estar, sempre, em nosso horizonte.

BRASIL NOVO

Brasil Novo teve sua emancipação muito recentemente, em 1991, a partir do desmembramento de terras dos municípios de Altamira, Porto Moz e Medicilândia. O município tem apenas 25 anos de vida autônoma. Com população em tendência de declínio, a projeção do IBGE para 2016 indica que o município possui 14.834 habitantes contra os 15.690 moradores que ali residiam em 2010. Apesar de um salto significativo em sua renda per capita, que avançou de R\$ 289,98 em 2000 para R\$ 408,55 em 2010. No mesmo período, o município aumentou o percentual de pessoas em condição de extrema pobreza (20,42% em 2000 e 26,63%, em 2010) e em condição de pobreza (40,5% em 2000 e 41,29% em 2010).¹

Mesmo considerando essas condições, o município apresenta uma taxa de atendimento na Educação

Infantil de 0 a 3 anos superior à média do estado do Pará, chegando perto dos 20% de cobertura. Na faixa etária de 4 e 5 anos, o índice chega a 68,2%. Ainda assim, são baixos os índices quando confrontados com as necessidades urgentes de atenção à primeira infância no território.

Na faixa etária relativa ao Ensino Fundamental (6 a 14 anos de idade), o município atende cerca de 93,5% de crianças e adolescentes. O índice é inferior à média do estado do Pará (97,7%), embora esteja em evolução na última década. Além disso, o percentual de crianças que se encontram em condição de distorção idade-série, apesar de apresentar queda ao longo dos últimos dez anos, é alto: nos anos iniciais do Ensino Fundamental, alcança 20% das matrículas na rede pública, e nos anos finais, alcança cerca de 33%. Em comparação com municí-

¹ Dados retirados do site oficial do IBGE e da página da web do município.

pios vizinhos, esse número é mais baixo, mas, ainda assim, significa que uma em cada cinco crianças dos anos iniciais e uma em cada três crianças dos anos finais estão atrasadas em sua escolarização.

Brasil Novo conta com mais da metade da sua população em domicílio rural (56%), e o maior número de escolas encontra-se situado nessa área. No entanto, o maior número de matrículas está nas escolas urbanas. Além disso, é na zona urbana que as escolas contam com uma maior e melhor infraestrutura, equipamentos e profissionais. As escolas da zona rural acolhiam, em 2015, 1.385 alunos, ou seja, 33,51% dos alunos matriculados. Por essa razão, é preciso que se esteja atento às condições específicas de cada modalidade de atendimento e que sejam pensadas formas eficientes de distribuição dos recursos e dos profissionais. É importante identificar qual a melhor forma de atendimento das áreas rurais. Em muitas regiões rurais do país, tem se estimulado a nucleação, organizando um número de escolas pequenas das zonas rurais em um único equipamento, permitindo melhor alocação de recursos e de profissionais para o atendimento e garantindo melhores condições de infraestrutura. Entretanto, dependendo das distâncias e características de cada comunidade, essa solução nem sempre é viável.

De acordo com os dados disponíveis nas bases do INEP e do Ministério da Educação, o município apresentava, em 2014, 78 estudantes matriculados como público-alvo da Educação Especial (crianças com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação). Entretanto, de acordo com os mesmos dados do Censo, apenas 33 desses estudantes frequentavam

as duas salas de Atendimento Educacional Especializado disponíveis na zona urbana do município. Não há registro de sala para esse atendimento na zona rural. É preciso organizar as ações da Secretaria Municipal de Educação, a fim de atender todos os estudantes com esse serviço, articulando, se necessário, esforços com a rede estadual de ensino.

No campo da Educação de Jovens e Adultos, é importante reconhecer que há, ainda, em Brasil Novo, um histórico recente de queda de matrículas. Desde 2009, o número de alunos matriculados na EJA está em decréscimo: em 2009, eram 463 estudantes. Em 2013, estavam matriculados apenas 252. Esse dado precisa ser analisado em comparação com a taxa de 18,72% de jovens e adultos com 15 anos ou mais que ainda não foram alfabetizados no município. A situação alerta a Secretaria Municipal de Educação quanto à urgência de construir caminhos para fortalecer a EJA e garantir a matrícula e permanência desses estudantes.

Por fim, vale ressaltar as iniciativas de educação integral e de educação de tempo integral. Em 2014, cerca de 30% das matrículas da rede contavam com alguma forma de oferta de educação integral (considerando, nesse percentual, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental). As pesquisas nacionais e internacionais assinalam que os programas de educação integral e de ampliação do tempo escolar diminuem muito os índices de abandono escolar e aumentam significativamente o rendimento e o sucesso escolar. Além disso, essas estratégias também diminuem muito a vulnerabilidade e o risco social, especialmente quando são oferecidas às crianças oriundas das famílias mais pobres e desassistidas.

BRASIL NOVO

PARÁ

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS	
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
URBANA/ RURAL	269/37	0/0	356/100	0/0	1.173/821	0/0
INTEGRAL/ PARCIAL	60/246	0/0	0/456	0/0	649/1.345	0/0
REGULAR/ ESPECIAL	249/3	0/0	452/4	0/0	1.994/40	0/0

INFRAESTRUTURA 2015

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
6	3	6	3	0
4 ÁREA URBANA	3 ÁREA URBANA	4 ÁREA URBANA	3 ÁREA URBANA	0 ÁREA URBANA
2 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL	2 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte Sinopse da Educação Básica 2015 divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos



TOTAL DE ESCOLAS



34

5 ÁREA URBANA

29 ÁREA RURAL

TOTAL DE ESCOLAS DETALHAMENTO

URBANAS

- 1 Educação Infantil Regular
- 4 Ensino Fundamental Regular
- 1 Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 5 Educação Infantil Regular
- 24 Ensino Fundamental Regular
- 4 Educação de Jovens e Adultos

METAS DO PNE

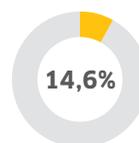
META 1

Desde o primeiro Plano Nacional de Educação, o Brasil persegue a expansão do atendimento educacional das crianças de 0 a 3 anos. Nos últimos anos, aceleramos o aumento de vagas para este segmento, mas os dados nacionais ainda revelam uma cobertura insuficiente em relação à demanda. Não é diferente a situação quando analisamos, em particular, o município de Brasil Novo: há, ainda, um longo caminho para alcançar a meta de 50% de atendimento na primeira etapa e de 100% de atendimento na segunda etapa da Educação Infantil. Hoje, estão atendidas nessas duas etapas, respectivamente, 19,5% e 68,2% do total de crianças.

Mesmo considerando que o atendimento educacional em unidades diretamente vinculadas ao sistema de ensino com quadro de pessoal docente próprio e em prédios do município seja o caminho mais adequado para garantir uma melhor qualidade do serviço, para expandir as vagas, o município de Brasil Novo pode investir, temporariamente, em modelos de parceria entre o poder público e organizações do terceiro setor e experiências de período parcial na educação de 0 a 3 anos. Para conhecer um pouco mais sobre as parcerias com o terceiro setor, consulte o documento "Orientações Sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas sem Fins Lucrativos para a Oferta da Educação Infantil" (MEC, 2009). Para conhecer experiências de oferta de turno parcial em municípios do Pará, é possível recorrer à Undime.

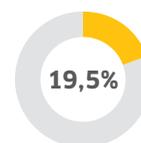
Além da ampliação das vagas, o município deve estar atento às questões relativas à qualidade das práticas educativas e dos espaços de oferta.

FREQUÊNCIA - CRECHES Crianças de 0 a 3 anos



PARÁ

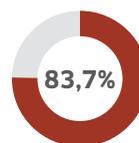
PNAD 2014



BRASIL NOVO

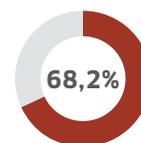
CENSO IBGE 2010

FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA Crianças de 4 a 5 anos



PARÁ

PNAD 2014



BRASIL NOVO

CENSO IBGE 2010

Além da necessária expansão das vagas para matrícula na Educação Infantil, é imprescindível investir na contratação e formação de professores, na construção e implementação de propostas curriculares adequadas às características desse público e de espaços ajustados ao seu desenvolvimento.

META 2

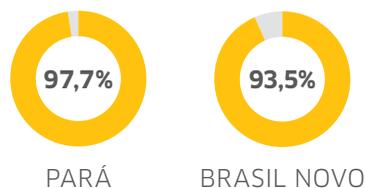
As políticas voltadas à expansão das matrículas e financiamento do Ensino Fundamental, dentre as quais se destacou o FUNDEF, permitiram que, a partir de 1996, o Brasil avançasse muito na universalização desta etapa da educação básica. Nos diferentes contextos e territórios, os números superam os 90% de cobertura. No estado do Pará, 97,7% das crianças de 6 a 14 anos estão matriculadas na escola. Brasil Novo está abaixo da média do estado (93,5%). Esse dado indica a necessidade de localizar, identificar e oferecer apoio às famílias de cerca de 6,5% das crianças do município que ainda estão fora da escola, a fim de garantir a elas o direito legal de ter acesso às salas de aula.

Além disso, é preciso cuidar das situações de distorção idade-série que atingem cerca de 20% das crianças matriculadas nos anos iniciais e 33% das crianças matriculadas nos anos finais da rede municipal, com programas de correção de fluxo (aceleração), disponíveis tanto no Guia de Tecnologias do Ministério da Educação quanto em ações ofertadas pela rede estadual de ensino do Pará. Essa decisão de gestão tem um impacto profundo na vida das crianças: estudos internacionais demonstram que a distorção idade-série é um dos fatores que mais contribuem para o abandono e a evasão escolar.

Atenção especial deve ser dada à colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Tutelar e as Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde. Agindo de forma integrada e construindo uma rede de proteção social, é mais fácil, para o município, encontrar os grupos sociais e as famílias mais vulneráveis e promover políticas de prevenção à evasão escolar e políticas de suporte e apoio que permitam às famílias matricular suas crianças e adolescentes na escola e mantê-los incluídos no sistema escolar até que concluem a educação básica.

Articular as ações da Secretaria Municipal de Educação com as ações de outros órgãos e secretarias (tais como o Conselho Tutelar, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Saúde) é um caminho importante para incluir todas as crianças na escola e combater o abandono e a evasão.

MATRÍCULAS NO ENSINO
FUNDAMENTAL
Crianças de 6 a 14 anos



CENSO IBGE 2010

METAS DO PNE

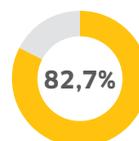
META 3

Expandir as matrículas e manter os jovens estudando no Ensino Médio constituem um desafio para todos os estados brasileiros. Por isso, a meta 3 do Plano Nacional de Educação estabeleceu como um compromisso de todos garantir que, até 2017, 100% dos brasileiros de 15 a 17 anos estejam matriculados na escola e que, até o final do prazo de vigência do PNE, 85% deles estejam matriculados no Ensino Médio.

No estado do Pará, por exemplo, cerca de 18% dos jovens de 15 a 17 anos não estão matriculados em nenhuma escola (nem no Ensino Fundamental nem no Ensino Médio). Isso significa que esses jovens abandonaram a educação básica antes de concluí-la ou, na pior das hipóteses, uma parte deles nem chegou a frequentá-la. Nesse sentido, é preciso um esforço articulado entre município e estado, para alcançar esses jovens e trazê-los de volta ao sistema de ensino.

Todavia, há um outro contingente de jovens de 15 a 17 anos que estão matriculados no sistema de ensino, mas que estão atrasados em sua trajetória escolar. Em vez de estarem matriculados no Ensino Médio, eles ainda estão frequentando o Ensino Fundamental (regular ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Como a distorção idade-série é um fator que contribui muito para o abandono e evasão, há uma grande chance de esses jovens abandonarem a escola. Por isso mesmo, os municípios devem ser capazes de identificar esses estudantes, matriculados nas suas redes de ensino e construir uma política de correção de fluxo, que preveja a aceleração da sua progressão na escola, com qualidade e aprendizado adequado.

JOVENS NA ESCOLA De 15 a 17 anos



PARÁ

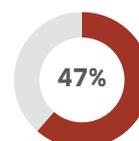
PNAD 2014



BRASIL NOVO

CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO Jovens de 15 a 17 anos



PARÁ

PNAD 2014

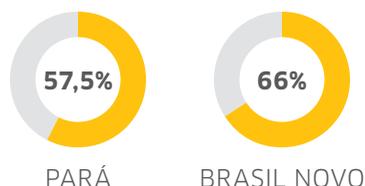
Os jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Fundamental precisam de atenção especial para que possam corrigir o fluxo de sua trajetória escolar e alcançar sucesso no Ensino Médio.

META 5

Garantir a adequada alfabetização das crianças até os 8 anos é um compromisso assumido pelo Estado brasileiro com o futuro. O investimento em ações e programas capazes de ampliar a qualidade da oferta do ciclo de alfabetização (composto pelos três primeiros anos do Ensino Fundamental) é um eixo prioritário que deve estar no horizonte das políticas educacionais dos municípios, do estado e do governo federal.

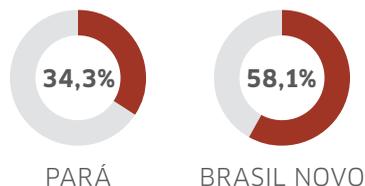
Em Brasil Novo, de acordo com os dados da última edição da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, cerca de 66% das crianças do 3º ano do Ensino Fundamental alcançam o nível adequado de proficiência em leitura e 58,1% alcançam o nível adequado de proficiência em escrita. São dados melhores que a média das escolas públicas de todo o estado, mas ainda revelam que 1/3 das crianças não alcança a proficiência adequada em leitura e mais de 40% não alcançam esse padrão na competência escritora. É essencial aprofundar as boas ações que já estão em andamento no campo da alfabetização e investir ainda mais na formação dos professores alfabetizadores, na oferta de materiais didáticos e condições de trabalho para a alfabetização, bem como criar e fortalecer mecanismos para identificar e oferecer apoio rápido às crianças que demonstrem dificuldades em acompanhar as atividades propostas, com projetos de atendimento e apoio pedagógico complementar, em pequenos grupos ou mesmo individualizado.

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM LEITURA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM ESCRITA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

É fundamental aprofundar e ampliar ações eficazes de alfabetização já em andamento, criando mais oportunidades para a formação de professores e fortalecendo os projetos de atendimento complementar e apoio individualizado aos alunos que apresentem dificuldade desde o início do ano.

METAS DO PNE

META 7

Uma proposta curricular construída com foco nas características, necessidades e condições das escolas da rede municipal de ensino e que seja de conhecimento de todos os educadores é um passo importante para garantir a melhoria da qualidade do trabalho pedagógico nos anos finais do Ensino Fundamental.

Alcançando o índice de 5,5 nos anos iniciais na última mensuração do IDEB (2015), a rede municipal de Brasil Novo praticamente alcançou a meta proposta para o ano de 2021. Já nos anos finais, o município não alcançou a meta em nenhuma das edições do IDEB desde 2011 e, quando comparado a 2009, apresenta índice inferior. É fundamental que a Secretaria Municipal desenvolva um diagnóstico cuidadoso sobre quais fatores explicam essa grande diferença de desempenho.

Um fator importante nesse diagnóstico devem ser as taxas de abandono da rede municipal. Nos anos iniciais, a taxa de abandono é, em média de 1,5%, enquanto, nos anos finais, essa taxa é de, em média, 6,6%. Outro fator relevante é a formação dos professores: na área de Língua Portuguesa, apenas 11,5% dos professores da rede municipal possuíam licenciatura em Letras e apenas 26% dos professores responsáveis pela disciplina de Matemática eram licenciados nessa área.

É preciso identificar, também, se o município possui um documento orientador de proposta curricular para a rede municipal de ensino nos anos finais do Ensino Fundamental. Esse documento é importante para nortear as decisões sobre o que ensinar, como ensinar e como avaliar as aprendizagens dos estudantes, fornecendo às escolas um guia seguro para o trabalho pedagógico cotidiano.

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS								
B. NOVO	3,1	3,8	4,3	4,7	5,5			
METAS	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4,0	4,5			
ANOS FINAIS								
B. NOVO		3,9	3,8	3,7	3,7			
METAS	3,5	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	5,5
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
ENSINO MÉDIO								
PARÁ	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

Elaborado a partir dos dados disponíveis nas bases do MEC/INEP.

META 9

No ano 2000, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais em Brasil Novo era de 23,91%. Dez anos depois, em 2010, o IBGE estimou em 18,72% esse índice. A melhoria alcançada, entretanto, não foi suficiente para aproximar Brasil Novo da média do estado do Pará. Esse percentual significava, naquele momento, em números absolutos, cerca de 2.050 pessoas. São elas o foco central do esforço do município em garantir programas e ações de Educação de Jovens e Adultos.

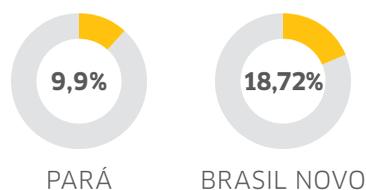
A EJA articula uma função reparadora, equalizadora e qualificadora e permite, ao mesmo tempo, assegurar um direito que foi negado no passado, promover oportunidades mais igualitárias a toda a população e qualificar as pessoas jovens e adultas para o pleno exercício da cidadania. No eixo central das políticas de EJA está a alfabetização inicial de jovens e adultos.

O primeiro passo é identificar e mapear essa população (sua localização geográfica, sua faixa etária, sua condição de trabalho, sua classificação étnico-racial) a fim de desenhar os melhores caminhos para atendê-la. Ao desenhar esses caminhos, o município deve articular seus esforços com as iniciativas do governo do estado do Pará e do governo federal e ter um olhar para as especificidades.

Populações mais idosas, por exemplo, ou que vivem em aldeamentos indígenas e em pequenas comunidades rurais necessitam, sem dúvida, de modelos específicos de oferta da alfabetização, muito diferentes daqueles que vivem em aglomerados maiores e próximos das áreas urbanizadas. Por outro lado, jovens entre 15 e 24 anos que tenham abandonado ou nunca tenham frequentado a escola precisam de modelos ajustados às suas características e vinculados fortemente ao mundo do trabalho, dimensão incontornável dos seus projetos de vida e autonomia. O Projovem é um exemplo de programa com alta capacidade de acolhimento dessa população.

Acolher e atender a população com 15 anos ou mais que não está ainda alfabetizada é uma prioridade fundamental para as políticas educacionais. O município de Brasil Novo deve articular suas iniciativas de forma a oferecer vagas e programas de qualidade com esse foco, em parceria com o governo estadual e com o governo federal.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

GURUPÁ / PA



Localizado à margem direita do Rio Amazonas, Gurupá abrange a Ilha Grande de Gurupá, segunda maior ilha do Delta do Amazonas, localizada perto da confluência dos rios Amazonas e Xingu.

DISTÂNCIA

1.848km
até Belém, por estrada

GURUPÁ

POPULAÇÃO 2010

29.062

PROJEÇÃO 2016

32.049

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051

PROJEÇÃO 2016

8.272.724

*dados do IBGE

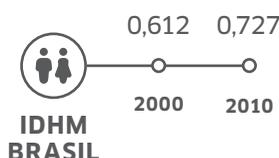
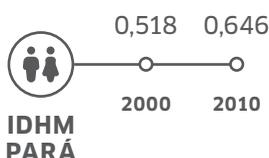
PIB

R\$163.575,00

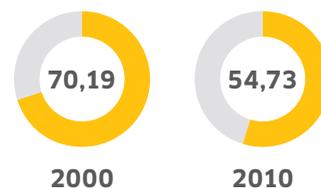
PIB

R\$120.949.000,00

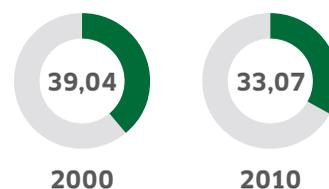
GURUPÁ / PA /



POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

2000	2010
R\$ 147,93	R\$ 191,06

ÍNDICE DE GINI

2000	2010
0,54	0,56

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

PARÁ

GURUPÁ

Apesar dos importantes avanços que construímos nos últimos anos, a sociedade brasileira ainda é profundamente desigual, e o exercício pleno dos direitos sociais, econômicos e culturais ainda não é uma realidade para uma parcela da população brasileira. Nessa conjuntura, o acesso ao sistema educacional, as condições para nele permanecer e a garantia de sucesso na trajetória escolar para cada um dos brasileiros e brasileiras configuram-se como um campo fundamental de comprometimento de toda a sociedade e de compromisso do poder público. Os municípios, responsáveis por ofertar parte significativa da educação básica cumprem um papel importante para que esse compromisso se torne realidade.

GURUPÁ

O IBGE estimou em 32.049 habitantes a população de Gurupá para o ano de 2016. As estatísticas oficiais consolidadas no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil assinalam que, nos últimos dez anos, o município alcançou algum avanço em seus indicadores sociais: em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Gurupá era de 0,349. Em 2010, alcançou o índice de 0,509. O percentual da população classificada como extremamente pobre em 2000 era de 39,04%, frente a 33,07% em 2010. A renda per capita do município também avançou de R\$ 147,93 (2000) para R\$ 191,06 (2010).

Em Gurupá, a população se concentra nas áreas rurais do território, onde moram 67% dos habitantes, enquanto apenas 33% vivem em área urbana. Com forte presença de comunidades

quilombolas, o município possui duas áreas reconhecidas oficialmente pelo Instituto de Terras do Pará como de titularidade de remanescentes de quilombos: Gurupá (que abriga cerca de 300 famílias) e Maria Ribeira (que abriga cerca de 35 famílias). Há outros territórios em processo de reconhecimento e essa é uma questão que tem implicações diretas na oferta educativa do município. Os dados da Sinopse Estatística da Educação Básica de 2015 revelam que, no município, um total de 4.847 estudantes estavam matriculados em escolas urbanas (dos quais 3.588 em escolas municipais) e 7.725 estudantes estavam matriculados em escolas rurais (todas municipais). Em 2014, levantamento consolidado do Censo Escolar assinalou 799 estudantes matriculados em escolas quilombolas. Com essa distribuição, é bastante relevante que a Secretaria Municipal de

Educação esteja atenta às características, especificidades e condições de funcionamento singulares das escolas rurais e daquelas localizadas nos territórios quilombolas.

Em 2010, o Censo do IBGE identificou que 15,75% das crianças de 0 a 3 anos estavam matriculadas em creches do município de Gurupá e 61,46% das crianças de 4 e 5 anos estavam matriculadas em pré-escolas. Embora a cobertura em creches seja superior à média do estado do Pará, o percentual ainda está distante da meta do Plano Nacional de Educação. No caso das escolas de 4 e 5 anos, o desafio é mais urgente: o PNE estabelece que, para o ano de 2017, todas as crianças dessa faixa etária já devem estar matriculadas no sistema escolar do município.

A meta 2 do Plano Nacional de Educação prevê a universalização do atendimento das crianças de 6 a 14 anos e o compromisso de garantir que, no mínimo, 95% delas concluam o Ensino Fundamental, na idade certa. O mesmo Censo de 2010 indicou que Gurupá havia incluído no Ensino Fundamental àquela altura, apenas cerca de 88% das crianças de 6 a 14 anos. Ao mesmo tempo, os dados disponíveis no Censo 2014 do INEP assinalavam que, em Gurupá, 46,1% das crianças matriculadas nos anos iniciais e 66,5% das crianças matriculadas nos anos finais do Ensino Fundamental encontravam-se em condição de distorção idade-série, ou seja, apresentavam algum atraso em sua trajetória escolar e corriam alto risco de não concluir essa etapa da educação básica aos 14 anos.

Considerando o histórico de priorização dos investimentos que o Brasil empreendeu nos últimos 20 anos, o dado é preocupante. No mesmo ano

de 2010, a média de cobertura de todo o estado do Pará estava próximo de 98% e o percentual de crianças em distorção idade-série no Ensino Fundamental era de 26,2% para os anos iniciais e 43,4% para os anos finais.

A Sinopse Estatística da Educação Básica do ano de 2015 assinala que 154 estudantes com alguma deficiência frequentavam as classes regulares do município de Gurupá. Deste total, 23 estavam matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), 16 na Educação Infantil e 115 no Ensino Fundamental (89 nos anos iniciais do EFI e 26 nos anos finais EFII). No Censo de 2014, o município não informou a existência de salas de recursos multifuncionais nem de professores de Atendimento Educacional Especializado. Tal indicador parece revelar uma lacuna grave na organização da educação inclusiva do município, que deixa de atender princípios importantes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e se distancia das estratégias previstas na meta 4 do Plano Nacional de Educação.

Considerando o período de 2005 a 2015, o município apresentou desempenho insuficiente na mensuração do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Desde 2005, quando o índice passou a ser adotado, o município não conseguiu sustentar uma trajetória de melhoria. É bastante preocupante que o município tenha apresentado índice abaixo de 3,0 ainda nos anos iniciais do Ensino Fundamental (como aconteceu em 2013) e que tenha aumentado bastante sua distância em relação às metas estabelecidas pelo Ministério da Educação e em relação à média alcançada pelos demais municípios do estado do Pará ao longo dessa última década.

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS	
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
EDUCAÇÃO INFANTIL					ENSINO FUNDAMENTAL	
URBANA/RURAL	208/114	0/0	431/904	0/0	1.720/4.148	0/0
INTEGRAL/PARCIAL	11/311	0/0	18/1.317	0/0	55/5.813	0/0
REGULAR/ESPECIAL	322/0	0/0	1.319/16	0/0	5.779/89	0/0

INFRAESTRUTURA 2015

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
9	24	6	3	1
3 ÁREA URBANA	5 ÁREA URBANA	3 ÁREA URBANA	0 ÁREA URBANA	1 ÁREA URBANA
6 ÁREA RURAL	19 ÁREA RURAL	3 ÁREA RURAL	3 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte
Sinopse da Educação Básica 2015
divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos



TOTAL DE ESCOLAS



96

8 ÁREA URBANA

88 ÁREA RURAL

**TOTAL DE ESCOLAS
DETALHAMENTO**

URBANAS

- 4 Educação Infantil Regular
- 7 Ensino Fundamental Regular
- 4 Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 85 Educação Infantil Regular
- 87 Ensino Fundamental Regular
- 15 Educação de Jovens e Adultos

METAS DO PNE

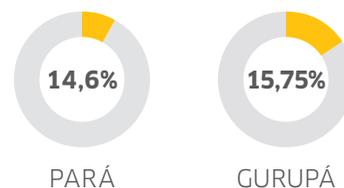
META 1

Diversas pesquisas apontam para a importância do investimento na primeira infância. As crianças que são acolhidas e estimuladas adequadamente nessa faixa etária, além de terem garantidos seus direitos de bem-estar, proteção e cuidado, acumulam maiores chances de progredir com sucesso na escolarização, possuem maior expectativa de vida e também alcançam melhores posições sociais em relação àquelas que não possuem esses direitos garantidos. Portanto, é imprescindível que o município de Gurupá aprofunde seus esforços na garantia da qualidade do atendimento nas creches e pré-escolas.

Nesse sentido, é fundamental criar e fortalecer a articulação com o governo do estado e com a União para que possa contar com a assistência técnica e financeira dessas instâncias. O programa pró-infância, criado pelo MEC e que destina recursos do FNDE para que os municípios ampliem sua rede física de creches é um exemplo importante da potência dessa parceria.

Alguns municípios têm criado modelos alternativos de atendimento, oferecendo períodos parciais para uma parcela da população. Outra forma de ampliar essa cobertura tem sido a celebração de convênios com entidades assistenciais e filantrópicas. Vale ressaltar que esse modelo de atendimento nem sempre consegue garantir as melhores condições para o desenvolvimento das crianças, portanto, sua adoção deve ser uma alternativa temporária para a expansão das vagas. Para saber mais, consulte o documento "Orientações sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas sem Fins Lucrativos para a Oferta de Educação Infantil", (MEC, 2009).

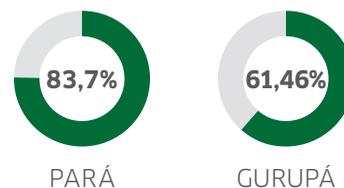
FREQUÊNCIA - CRECHES Crianças de 0 a 3 anos



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA Crianças de 4 e 5 anos



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

A importância do atendimento educacional adequado na primeira infância coloca o compromisso de expansão das matrículas das crianças de 0 a 5 anos como prioridade na agenda dos municípios. Criar os caminhos para essa expansão exige planejamento, criatividade e articulação com outras instâncias e instituições.

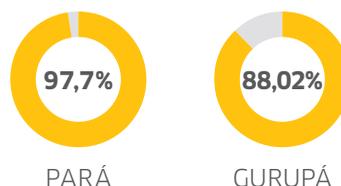
META 2

Considerando o universo de matrículas de estudantes brasileiros na Educação Básica, é o Ensino Fundamental que concentra a maior parcela da oferta de vagas e, conseqüentemente, do número de estabelecimentos de ensino, de funções docentes e de concentração do investimento. Isso se explica, em parte, pela duração do Ensino Fundamental (9 anos) e, em parte, pelo alto índice de cobertura (superior a 95% da população brasileira nessa faixa etária). Entretanto, apesar de termos conseguido consolidar passos definitivos rumo à garantia de que toda criança de 6 a 14 anos esteja na escola, há realidades em que esse desafio parece mais distante de ser superado, como é o caso de Gurupá. Com apenas 88% de atendimento (segundo dados do Censo de 2010), o município ainda precisa localizar e identificar quais são as crianças e adolescentes que estão excluídos do Ensino Fundamental. Com a articulação da Secretaria Municipal de Educação e de outros órgãos da administração pública, tais como o Conselho Tutelar, a Secretaria de Saúde e o órgão responsável pela política de Assistência Social, é urgente que o município construa uma estratégia de apoio e acompanhamento a esses meninos e meninas e às suas famílias para que esse direito fundamental lhes seja garantido.

Além disso, considerando os altos índices de crianças no Ensino Fundamental em atraso escolar, acumulando episódios de reprovação ou de abandono temporário da escola, o município precisa desenvolver estratégias de correção de fluxo e programas de apoio à aprendizagem e ao atendimento pedagógico complementar em grupo ou individual. No Guia de Tecnologias do Ministério da Educação, existem boas alternativas nesse sentido, já consolidadas em experiências de diferentes redes de ensino, que podem ser adotadas no município em parceria com a União ou com o governo do estado do Pará.

Garantir o acesso, a permanência e uma aprendizagem adequada no Ensino Fundamental deve ser uma das preocupações centrais da Secretaria Municipal de Educação. Identificar e apoiar as famílias e as crianças que estão em condição de maior risco social e vulnerabilidade e criar mecanismos para melhorar a qualidade do trabalho pedagógico são eixos fundamentais da ação do poder público.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
Crianças de 6 a 14 anos



CENSO IBGE 2010

METAS DO PNE

META 3

Os dados da última PNAD revelam que no estado do Pará, no ano de 2014, cerca de 82% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados no sistema escolar. Na mesma estatística, verificou-se que apenas 47% desta população estava matriculada no Ensino Médio. Esses dois dados revelam o tamanho do desafio a enfrentar:

Mesmo considerando que são as redes estaduais as principais responsáveis por garantir o cumprimento da meta 3, é importante reconhecer a participação fundamental dos municípios para que ela seja alcançada. Primeiro, porque os jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola precisam ser identificados nos territórios em que vivem, e é o município quem pode, com maior proximidade, compreender e interpretar os fatores que estão na raiz dessa exclusão. Segundo, porque muitos desses jovens estiveram matriculados em escolas de Ensino Fundamental do município e abandonaram o sistema escolar ao concluírem essa etapa ou mesmo antes de chegar ao seu final; o que significa que os municípios são corresponsáveis por essa ruptura na trajetória escolar desses estudantes.

Noutra perspectiva, os jovens que, apesar de estarem matriculados na escola, não chegaram ao Ensino Médio na idade certa (aos 15 anos), são estudantes das escolas públicas de Ensino Fundamental do município e, portanto, devem ser atendidos e apoiados com programas específicos que permitam a eles aprender e corrigir a condição de distorção e defasagem. Sem que o município implemente programas nesse sentido, a situação tende a se agravar: cada ano de atraso na escolarização aumenta em 20% as chances de abandono definitivo da escola.

JOVENS NA ESCOLA De 15 a 17 anos



PARÁ

GURUPÁ

PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO Jovens de 15 a 17 anos



PARÁ

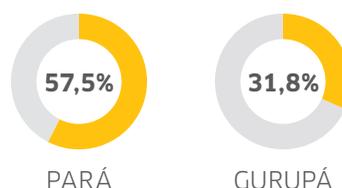
PNAD 2014

Os municípios devem articular esforços e ações com o governo do estado para identificar os jovens de 15 e 17 anos que estão fora da escola, bem como corrigir a trajetória e o fluxo escolar daqueles que nela estão, mas experimentaram episódios de reprovação ou abandono.

META 5

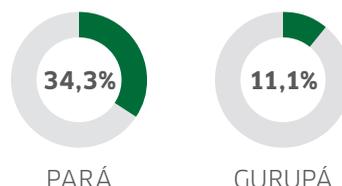
Na edição de 2014 da ANA, o município de Gurupá apresentou resultados extremamente preocupantes: apenas 11,1% apresentaram desempenho adequado na competência escritora e 31,8% em leitura. Isso significa que mais de 70% das crianças do município terminam o ciclo de alfabetização sem os comportamentos leitores esperados e quase 90% das crianças não alcançam a compreensão adequada do sistema de escrita. Enfrentar esse quadro é absolutamente prioritário para o poder público municipal. É preciso investir fortemente na formação dos professores alfabetizadores, para que desenvolvam os conhecimentos necessários para o trabalho pedagógico. Os materiais e a metodologia utilizada na formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, bem como programas anteriores do Ministério da Educação como o Pró-Letramento e o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA são exemplos de práticas que o município pode mobilizar nesse sentido, assim como a oferta de materiais didáticos e pedagógicos adequados e em quantidade suficiente para dar suporte ao processo de alfabetização das crianças, e a construção de uma sistemática para acompanhar e monitorar a aprendizagem das crianças de perto, identificando, com muita rapidez, e nos primeiros meses de cada ano do ciclo de alfabetização, quais são aquelas que apresentam dificuldade e necessitam de apoio individual ou de atividades pedagógicas complementares feitas em grupo ou mesmo individualmente. Exemplos de programas nesse sentido podem ser encontrados no Guia de Tecnologias do Ministério da Educação.

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM LEITURA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM ESCRITA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

A gravidade dos indicadores relativos ao sucesso no ciclo de alfabetização exige que Gurupá coloque a meta 5 como prioridade de sua agenda. É preciso investir fortemente na formação dos professores, na distribuição de materiais didáticos adequados e em mecanismos de acompanhamento e monitoramento da aprendizagem dos estudantes.

METAS DO PNE

META 7

Cuidar, com prioridade, das condições em que o trabalho pedagógico acontece – a infraestrutura física e pedagógica das escolas – e investir maciçamente na formação dos professores, bem como combater a cultura da reprovação escolar são ações prioritárias para o município corrigir sua rota de melhoria nos indicadores de aprendizagem e fluxo escolar que compõem o IDEB.

Analisando a trajetória do IDEB em Gurupá, nota-se que apenas em dois anos (2009 e 2011) o município alcançou as metas propostas pelo MEC e que os últimos índices (2013 e 2014) estão muito abaixo da média do estado e também da projeção realizada com base nos indicadores do INEP.

É preciso, assim, um diagnóstico dos fatores que estão dificultando a melhoria da qualidade da oferta educativa no território. Um aspecto relevante é a seleção e formação dos professores. Em Gurupá, na última coleta de dados do INEP, apenas 6% dos professores de Língua Portuguesa e 12,2% dos professores de Matemática declararam possuir licenciatura na área em que ministravam o ensino, enquanto mais de 20% não haviam concluído nenhuma formação em nível superior. Também é necessário dar atenção às condições de infraestrutura física e pedagógica do espaço escolar. Em muitas situações, essas condições impedem que sejam cumpridos o mínimo de dias letivos para todos os alunos e que as aulas, de fato, aconteçam. O tempo pedagógico é reduzido e o investimento que se pode fazer para que os alunos aprendam diminui muito.

Além disso, é preciso investir no combate à cultura da reprovação, ainda fortemente presente no imaginário e na prática dos educadores. Vale ressaltar que um episódio de reprovação aumenta em cerca de 20% a possibilidade de um estudante abandonar a escola.

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS								
GURUPÁ	2,1	3,0	4,1	2,8	3,4			
METAS	2,4	2,7	3,1	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4,0	4,5			
ANOS FINAIS								
GURUPÁ	3,1	3,5	3,5	3,0	3,1			
METAS	-	3,2	3,4	3,7	4,1	4,3	4,6	4,8
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
ENSINO MÉDIO								
PARÁ	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

Elaborado a partir dos dados disponíveis nas bases do MEC/INEP.

META 9

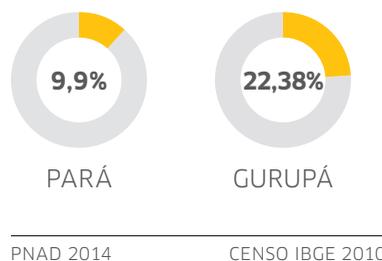
O Brasil acumulou, ao longo de sua história, uma dívida educacional com sua população mais vulnerável naquilo que diz respeito ao cerne da vida cidadã: a participação nas práticas letradas. Apesar de termos criado, em diferentes momentos, movimentos e campanhas, políticas e programas para combater o analfabetismo, os indicadores que temos hoje revelam que o compromisso com esse objetivo fundamental da nossa República, nem sempre teve a prioridade nas preocupações dos nossos gestores públicos.

Se essa realidade é nacional, em alguns territórios ela apresenta contornos mais dramáticos. Gurupá iniciou os anos 2000 com uma taxa de analfabetismo de 34,8% (Censo IBGE 2000). Dez anos depois, esse percentual diminuiu e alcançou o patamar de 22,38. Entretanto, mesmo com essa queda, o índice de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever na cidade é mais do que o dobro da média nacional e quase o dobro da média do estado do Pará. Trata-se de uma situação que exige, da Secretaria Municipal de Educação, ações urgentes e focadas.

É preciso ampliar as classes e os programas de alfabetização de jovens e adultos. Para isso, o município deve investir recursos próprios, mas pode contar com o apoio dos programas federais que distribuem recursos e assistência técnica através do FNDE. Também pode estabelecer parcerias com o governo do estado e com as entidades comunitárias, filantrópicas e assistenciais que existem no território. É preciso estar atento, também, às características e especificidades das populações que se encontram em condição de analfabetismo. A depender dessas características, os programas e ações deverão ser diferentes entre si.

Ampliar a quantidade de classes e programas de alfabetização de jovens e adultos, investindo recursos próprios e buscando parcerias com o estado e a União deve ser uma preocupação prioritária do município de Gurupá. Além disso, é preciso encontrar e implementar modelos pedagógicos que atendam às especificidades do processo de alfabetização de jovens e adultos em cada população.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais

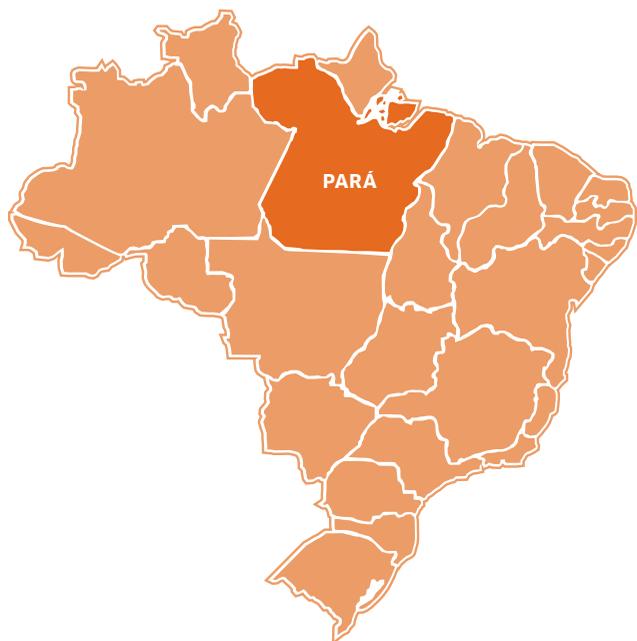




MEDICILÂNDIA / PA



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA



Criado a partir do desmembramento do município de Prainha, Medicilândia tem se destacado nos últimos anos pela alta produtividade na agricultura do cacau.

DISTÂNCIA

901km

até Belém, por estrada

MEDICILÂNDIA

POPULAÇÃO 2010

27.328

PROJEÇÃO 2016

30.315

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051

PROJEÇÃO 2016

8.272.724

*dados do IBGE

PIB

R\$256.512,00

PIB

R\$120.949.000,00

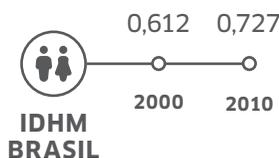
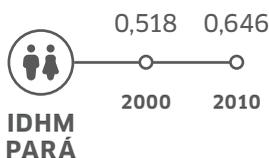
MEDICILÂNDIA/PA/



IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

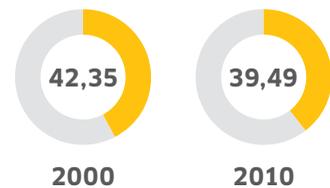


IDHM/E Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Dimensão Educação

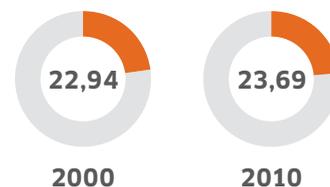


FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

2000	2010
R\$ 396,44	R\$ 345,44

ÍNDICE DE GINI

2000	2010
0,66	0,61

MEDICILÂNDIA

O Plano Nacional de Educação aprovado em 2014 estabeleceu um conjunto de compromissos e metas para o país a partir de um diagnóstico sobre as condições da nossa oferta educativa. Também sinalizou a importância de construirmos um sistema nacional de educação, com a participação e a corresponsabilização de municípios, estados e governo federal pela garantia do direito à educação de cada brasileiro e brasileira. As Secretarias Municipais de Educação são instâncias importantes da coordenação e articulação das políticas educacionais. É imprescindível que elas conheçam e compreendam os desafios colocados em seu território e assumam a liderança na proposição e na implementação das ações e dos programas capazes de garantir que as metas propostas no PNE sejam alcançadas.

MEDICILÂNDIA

Medicilândia faz parte do conjunto de municípios que alcançaram a emancipação em 1989, logo após a promulgação da nossa Constituição Federal. Recentemente, o município tem disputado com a tradicional Ilhéus o título de capital nacional do cacau, por ter atingido níveis mais altos de produtividade por hectare quando comparado à cidade baiana. A população de Medicilândia em 2016 foi estimada pelo IBGE em cerca de 30 mil habitantes. Em 2010, cerca de 23% deles estavam classificados como extremamente pobres, enquanto cerca de 40% estavam classificados como pobres, segundo os critérios do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. A renda per capita apresentou queda na última década: em 2000, o valor era próximo aos R\$ 400,00, enquanto em 2010 alcançou apenas R\$ 345,44.¹

A vulnerabilidade social expressa nesses indicadores serve como um ponto de atenção importante quando analisamos os percentuais de cobertura da Educação Infantil, ainda abaixo da média do estado do Pará e muito distantes das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. Na faixa de 0 a 3 anos de idade, estão matriculadas apenas 6% das crianças, enquanto na faixa de 4 e 5 anos, o índice não atinge 50%.

As crianças de 6 a 14 anos vivem uma situação menos dramática: cerca de 93% delas estão matriculadas na escola. Entretanto, esse índice também é inferior à média do estado do Pará (97,7%). Além disso, apesar de estar em queda ao longo dos últimos dez anos, o percentual de crianças que apresentam atraso na trajetória escolar e que se encontram em

¹ Dados retirados do site oficial do IBGE e da página da web do município.

condição de distorção idade-série é alto: nos anos iniciais do Ensino Fundamental, alcança quase 31% e, nos anos finais, atinge quase 49% dos adolescentes.

Cerca de 65% da população do município vivem na zona rural e é nela que está a maior parte das escolas do município. Entretanto, elas concentram menos alunos do que as escolas localizadas em áreas urbanas. Por essa razão, é preciso que se esteja atento às condições específicas de cada modalidade de atendimento e que sejam pensadas formas eficientes de distribuição dos recursos e dos profissionais. É importante identificar qual a melhor forma de atendimento das áreas rurais e se é possível e desejável uma estratégia de nucleação, aglutinando classes ou escolas rurais de porte muito pequeno em unidades maiores (o que poderia permitir um uso mais racional dos recursos e da alocação dos professores).

Uma área sensível das políticas educacionais no Brasil é o atendimento escolar das pessoas com deficiência em classes regulares. Embora tenhamos avançado muito nessa área, ainda são significativas as dificuldades de todos os sistemas de ensino para ofertar uma educação de qualidade para essa população. É bastante significativo o fato de o município contar com apenas uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e que ela esteja localizada na zona urbana. Esse dado indica a necessidade de construir, em parceria com a rede estadual de ensino ou mesmo com municípios próximos, estratégias para ampliar essa oferta e para acolher também as crianças com deficiência que vivem na área rural.

No campo da Educação de Jovens e Adultos, é importante reconhecer que há, ainda, em Me-

dilândia, um percentual alto de pessoas com quinze anos ou mais que não estão alfabetizadas. Embora os avanços dos últimos anos indiquem um esforço do município em parceria com os outros níveis de governo, é preciso acelerar e aprofundar esse trabalho para que possamos superar essa realidade dramática. Em primeiro lugar, porque aprender a ler e escrever e ter acesso à escola que a excluiu na idade certa é um direito fundamental da pessoa. E, em segundo lugar, porque as pesquisas internacionais e nacionais demonstram que a alfabetização (e o grau de escolaridade) dos adultos tem impacto direto nas condições de sucesso escolar das crianças matriculadas na escola.

Uma outra área que merece destaque e atenção é a educação integral e a educação em tempo integral. Os programas de educação integral (como o Novo Mais Educação) podem e devem ser organizados a partir da articulação do município com outras esferas e atores e precisam contar com o trabalho integrado da Secretaria de Educação com as demais secretarias e órgãos do governo municipal. Por isso, exigem um trabalho focado e cuidadoso. Entretanto, ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e diversificar as oportunidades, os espaços e as experiências educativas e culturais das crianças são fatores que aumentam em muito a chance da permanência e do sucesso na escola, além de impactar profundamente a diminuição das condições de vulnerabilidade social. Organizar a rede para manter e ampliar esse número e fortalecer os vínculos da escola com as comunidades através das ações de educação integral é imprescindível.

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS	
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
	EDUCAÇÃO INFANTIL				ENSINO FUNDAMENTAL	
URBANA/RURAL	30/0	282/0	355/270	0/0	1.269/1.636	0/0
INTEGRAL/PARCIAL	0/30	0/282	3/622	0/0	407/2.498	0/0
REGULAR/ESPECIAL	30/0	282/0	622/3	0/0	2.842/63	0/0

INFRAESTRUTURA 2015

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
				
17	18	8	3	1
3 ÁREA URBANA	5 ÁREA URBANA	2 ÁREA URBANA	3 ÁREA URBANA	1 ÁREA URBANA
14 ÁREA RURAL	13 ÁREA RURAL	6 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte Sinopse da Educação Básica 2015 divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos

	ANOS FINAIS			EM			EJA ¹	
	PÚBLICA	PRIVADA		PÚBLICA	PRIVADA		PÚBLICA	PRIVADA
URBANA/ RURAL	1.146/642	0/0	URBANA/ RURAL	934/0	0/0	URBANA/ RURAL	178/160	0/0
INTEGRAL/ PARCIAL	64/1.724	0/0	INTEGRAL/ PARCIAL	0/934	0/0	INTEGRAL/ PARCIAL	0/284	0/0
REGULAR/ ESPECIAL	1.772/16	0/0	REGULAR/ ESPECIAL	934/0	0/0	REGULAR/ ESPECIAL	281/3	0/0

TOTAL DE ESCOLAS



44

6 ÁREA URBANA

38 ÁREA RURAL



TOTAL DE ESCOLAS DETALHAMENTO

URBANAS

- 3 Educação Infantil Regular
- 5 Ensino Fundamental Regular
- 1 Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 13 Educação Infantil Regular
- 38 Ensino Fundamental Regular
- 2 Educação de Jovens e Adultos

METAS DO PNE

META 1

Quando discutimos o atendimento educacional às crianças pequenas de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos na Educação Infantil, precisamos estar atentos a duas dimensões que são complementares: por um lado, essa política é fundamental para garantir o bem-estar e a atenção profissional às condições específicas e às características singulares da criança na primeira infância, oferecendo a ela ambientes e situações planejadas e intencionais que lhe permitam aprender com a experiência vivida e conviver com o mundo social, desenvolvendo-se integralmente, como pessoa. Por outro lado, as pesquisas nacionais e internacionais sinalizam, para a relação entre bons programas de Educação Infantil, o desenvolvimento posterior da criança, revelando impactos positivos significativos nas diferentes dimensões de sua personalidade (cognitiva, afetiva, física e social).

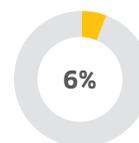
Nesse sentido, Medicilândia precisa priorizar a ampliação da rede de Educação Infantil. Modelos de parceria entre o poder público e a sociedade civil e experiências de turno parcial nas creches podem ser caminhos interessantes para o município, já que a cobertura disponível está muito distante das meta I do PNE. É importante assinalar, entretanto, que o modelo de atendimento conveniado deve ser encarado como uma estratégia temporária para a expansão das vagas, pois, em geral, são as unidades diretamente vinculadas à rede municipal de educação que oferecem as melhores condições para o desenvolvimento das crianças. Para conhecer mais sobre as parcerias, é possível consultar o documento "Orientações sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Concessionais ou Filantrópicas sem Fins Lucrativos" (MEC,2009).

FREQUÊNCIA - CRECHES Crianças de 0 a 3 anos



PARÁ

PNAD 2014



MEDICILÂNDIA

CENSO IBGE 2010

FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA Crianças de 4 e 5 anos



PARÁ

PNAD 2014



MEDICILÂNDIA

CENSO IBGE 2010

A Educação Infantil em creches e pré-escolas, além de garantir ambientes e experiências importantes para que a criança viva, com qualidade, bem-estar e atenção integral às suas necessidades, impacta profundamente o desenvolvimento posterior em todas as dimensões da personalidade dessa criança.

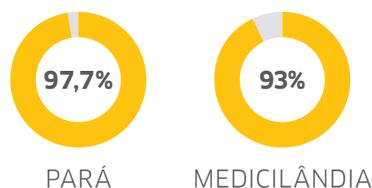
META 2

Com cerca de 93% das crianças de 6 a 14 anos matriculadas na escola, Medicilândia ainda está abaixo da média do estado do Pará. Esse dado revela a necessidade de identificar quais são os grupos e as famílias que ainda enfrentam dificuldades em matricular as crianças e adolescentes na escola e também de criar e manter programas de apoio focados nessa população. Para o sucesso dessas ações, será imprescindível uma ação articulada entre a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Tutelar e as Secretarias da Assistência Social e da Saúde.

Todavia, também é preciso considerar que nem todas as crianças de 6 a 14 anos matriculadas na escola estão frequentando a série que deveriam, de acordo com sua idade. Há um contingente significativo de crianças que estão atrasadas e em condição de distorção idade-série. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o percentual das crianças nessa condição, embora em queda, alcança 30,8% do total de matrículas na rede pública. Nos anos finais, o número é ainda maior: 46,8% das matrículas nas escolas da rede municipal. Assim, ao lado de políticas para incluir os que estão fora da escola no sistema escolar, é imprescindível criar e sustentar políticas de correção de fluxo, tais como os diferentes programas de aceleração disponíveis no Guia de Tecnologias do Ministério da Educação.

Aliar programas de busca ativa das crianças que estão fora da escola aos programas de correção de fluxo (aceleração) é o caminho que permitirá que o município supere o desafio de atender toda a população de 6 a 14 anos, no Ensino Fundamental e na idade adequada, conforme preveem a meta e as estratégias do PNE.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL Crianças de 6 a 14 anos



CENSO IBGE 2010

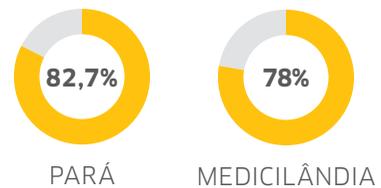
METAS DO PNE

META 3

Os jovens de 15 a 17 anos deveriam ser o público-alvo do Ensino Médio. Numa realidade em que todas as crianças brasileiras pudessem ter sucesso no Ensino Fundamental, sem que sua trajetória fosse interrompida por reprovações ou abandono, todas as matrículas de estudantes nessa etapa estariam nas três séries do Ensino Médio. Entretanto, no estado do Pará, temos dois desafios: em 2014, cerca de 18% dos jovens de 15 a 17 anos não estavam matriculados em nenhuma escola (nem no Ensino Fundamental nem no Ensino Médio). Dentre aqueles que estão na escola - cerca de 82% - apenas 47% estão matriculados no Ensino Médio, o que significa que há um grande contingente de jovens em distorção idade-série.

Por essa razão, os desafios relativos à meta 3 do Plano Nacional de Educação não se restringem à rede e ao sistema estadual de educação do Pará. O município pode e deve desenvolver ações que promovam a melhoria desses índices tão dramáticos. O primeiro passo é identificar, de forma cuidadosa, quais são os jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola e promover, em parceria com a rede estadual, com a Secretaria de Assistência Social e com o Conselho Tutelar da cidade uma ampla campanha para a matrícula desses jovens na escola. Ao mesmo tempo, é imprescindível identificar quais são os jovens de 15 a 17 anos que estão matriculados ainda no Ensino Fundamental e construir uma política de correção de fluxo que preveja a aceleração da sua progressão na escola, com qualidade e aprendizado adequado.

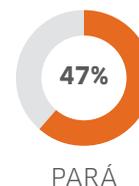
JOVENS NA ESCOLA De 15 a 17 anos



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO Jovens de 15 a 17 anos



PNAD 2014

É preciso identificar e apoiar os jovens de 15 a 17 anos excluídos das escolas para que retornem a ela. Também é preciso criar rotas de sucesso escolar para os jovens dessa faixa etária que ainda estão no Ensino Fundamental, para que cheguem ao Ensino Médio e nele permaneçam.

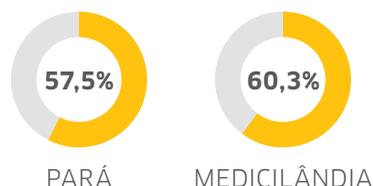
META 5

O Ciclo de Alfabetização (composto pelos três primeiros anos do Ensino Fundamental) é uma etapa na qual os investimentos pedagógicos para que as crianças se apropriem do sistema de escrita e das ferramentas fundamentais do raciocínio lógico matemático devem ser priorizados. Alfabetizar todas as crianças e fazê-las alcançar níveis adequados de proficiência na leitura, na escrita e no conhecimento matemático até os 8 anos afiguram-se como compromissos assumidos no nosso Plano Nacional de Educação.

Esse compromisso precisa ser interpretado à luz do conceito de educação básica e, portanto, em sintonia com investimentos adequados também na Educação Infantil. A frequência a bons programas de Educação Infantil é um fator de alta relevância para o sucesso na alfabetização. Assim, identificar e promover boas experiências nesse sentido é um caminho importante para o município. O programa Trilhas, oferecido no Guia de Tecnologias do Ministério da Educação é um exemplo interessante de ação sustentável e sistemática para essa área.

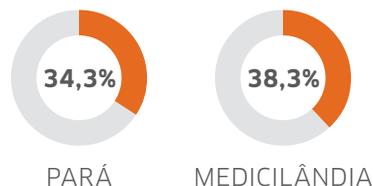
Medicilândia precisa de ações integradas com esse foco. Os dados da edição de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA revelam que o município alcançou o índice de 60,3% de crianças com desempenho e proficiência adequados em leitura e apenas 38,3% de crianças com desempenho e proficiência adequados na escrita. Esse panorama indica a necessidade de o município construir e aprofundar suas políticas de formação de professores alfabetizadores e oferecer condições adequadas para o trabalho de alfabetização e letramento em todas as escolas do município.

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM LEITURA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM ESCRITA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

Investir na formação de professores alfabetizadores e nas condições adequadas para o trabalho de alfabetização e letramento em todas as escolas do município é uma estratégia fundamental para melhorar o índice de crianças com proficiência adequada em leitura e escrita, ao final do ciclo de alfabetização.

METAS DO PNE

META 7

Ajustar a formação dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental e desenvolver uma proposta curricular que oriente as escolas sobre como organizar as disciplinas e áreas do conhecimento e sobre como ofertar os conteúdos de ensino desta etapa é fundamental para avançar na aprendizagem dos estudantes.

Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, entre 2007 e 2015, em todas as edições do IDEB, Medicilândia alcançou ou superou as metas projetadas pelo Ministério da Educação. Entretanto, analisando a evolução dos índices, é possível identificar que nos anos de 2009, 2011 e 2013 não houve melhora. É importante que o município reúna esforços para que a melhoria de cinco décimos alcançada em 2015 se mantenha.

Para os anos finais, o panorama é um pouco mais delicado. Apenas em 2009 o município alcançou a meta proposta. Nas edições de 2011, 2013 e 2015, além de não alcançar a meta proposta pelo Ministério da Educação, o município assistiu a uma queda significativa do indicador.

Um fator relevante nesse diagnóstico é o percentual de professores atuando nos anos finais do Ensino Fundamental sem a formação adequada. Os dados disponíveis referentes ao município assinalam que, dos pouco mais de 1.000 professores que atuam no município nessa etapa, apenas 62,2% possuem formação em nível superior; apenas 40,7% possuem licenciatura e apenas 20,7% possuem licenciatura na área em que lecionam.

Além disso, é preciso que o município construa ações objetivas de combate à reprovação e ao abandono escolar, melhorando a qualidade do fluxo escolar da rede, fator determinante para o avanço no IDEB.

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS								
MEDICILÂNDIA	3,1	3,8	3,7	3,7	4,2			
METAS	2,5	2,9	3,3	3,5	3,8	4,1	4,4	4,8
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4,0	4,5			
ANOS FINAIS								
MEDICILÂNDIA	4,0	4,2	4,0	3,6	3,4			
METAS	-	4,1	4,3	4,7	5,0	5,2	5,5	5,7
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
ENSINO MÉDIO								
PARÁ	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

Elaborado a partir dos dados disponíveis nas bases do MEC/INEP.

META 9

Nos últimos anos, Medicilândia tem diminuído o índice de jovens e adultos analfabetos. No ano 2000, os dados do IBGE apontavam uma taxa de analfabetismo de 21,99% no município. Dez anos depois, em 2010, essa taxa estava em 18,76. A diminuição observada, entretanto, é insuficiente. É urgente que a Secretaria Municipal de Educação organize seus esforços para enfrentar esse problema e trabalhar de forma mais rápida e intensa para erradicar o analfabetismo no município.

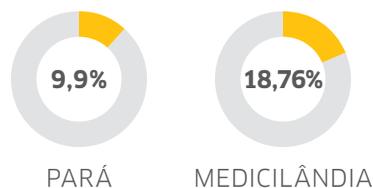
Nesse sentido, deve-se dar atenção especial à Educação de Jovens e Adultos. A EJA articula uma função reparadora, equalizadora e qualificadora e permite, ao mesmo tempo, assegurar um direito que foi negado no passado, promover oportunidades mais igualitárias a toda a população e qualificar as pessoas jovens e adultas para o pleno exercício da cidadania. No eixo central das políticas de EJA está a alfabetização inicial de jovens e adultos.

O primeiro passo é identificar e mapear essa população (sua localização geográfica, sua faixa etária, sua condição de trabalho, sua classificação étnico-racial), a fim de desenhar os melhores caminhos para atendê-la. Ao desenhar esses caminhos, o município deve articular seus esforços com as iniciativas do governo do estado do Pará e do governo federal e ter um olhar para as especificidades.

Populações mais idosas, por exemplo, ou que vivem em aldeamentos indígenas e em pequenas comunidades rurais necessitam, sem dúvida, de modelos específicos de oferta da alfabetização, muito diferentes daqueles que vivem em aglomerados maiores e próximos das áreas urbanizadas. Por outro lado, jovens entre 15 e 24 anos que tenham abandonado ou nunca tenham frequentado a escola precisam de modelos ajustados às suas características e vinculados fortemente ao mundo do trabalho, dimensão incontornável dos seus projetos de vida e autonomia. O Projovem é um exemplo de programa com alta capacidade de acolhimento dessa população.

Planejar programas focados nas diferentes populações e articular os esforços do município com os iniciativas do governo estadual e do governo federal é fundamental para a qualidade e sustentabilidade das ações de erradicação do analfabetismo.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010



PACAJÁ / PA



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA



Em posição estratégica, entre as rotas de Altamira, Tucuruí e Marabá, o município de Pacajá é um ponto rodoviário de referência na região.

DISTÂNCIA

601km

até Belém, por estrada

PACAJÁ

POPULAÇÃO 2010

39.979

PROJEÇÃO 2016

45.596

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051

PROJEÇÃO 2016

8.272.724

*dados do IBGE

PIB

R\$341.350,00

PIB

R\$120.949.000,00

PACAJÁ / PA /



IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



IDHM/E Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Dimensão Educação

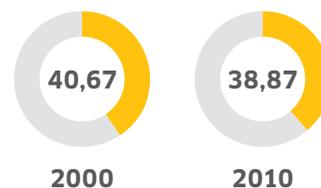


IDHM PARÁ

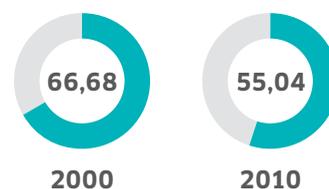


IDHM BRASIL

POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

2000	2010
R\$ 242,52	R\$ 231,91

ÍNDICE DE GINI

2000	2010
0,73	0,65

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

PARÁ

PACAJÁ

Os sistemas de ensino lidam com desafios cotidianos para garantir ofertas educativas de qualidade, tais como ampliar e cuidar da infraestrutura física dos prédios escolares, contratar e formar professores para o trabalho cotidiano das escolas, desenvolver e distribuir materiais didáticos e de apoio sintonizados com uma proposta curricular que considere as necessidades e especificidades locais, oferecer alimentação escolar e transporte conforme a demanda e alcançar aqueles que estão fora da escola e que precisam retornar a ela. Realizar esse trabalho de gestão exige foco e um conjunto de informações seguras sobre como estão os indicadores da rede de ensino.

PACAJÁ

Pacajá emancipou-se do município de Portel pela Lei Estadual nº 5.447, de 1988, e sua administração autônoma iniciou-se em 1º de janeiro de 1989, com população estimada em 45.496 habitantes para o ano de 2016. Apesar de ter avançado muito na última década, saltando de 0,340 para 0,515, o município tem IDHM considerado baixo, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Estão classificados como extremamente pobres 55,04% dos moradores do município, enquanto 38,87% estão classificados como pobres, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. A renda per capita do município é de R\$ 231,91 (2010).¹

Num contexto como esse, são imprescindíveis e urgentes a construção e a implementação de po-

líticas de atendimento educacional para a infância. Nesse sentido, são preocupantes os baixos índices de cobertura na primeira e na segunda etapas da Educação Infantil. Entre as crianças de 0 a 3 anos, a cobertura é de apenas 1,8% e, entre as crianças de 4 e 5 anos, a cobertura é de apenas 32,94%.

O Ensino Fundamental, beneficiado pelas políticas nacionais que concentraram o investimento e o financiamento, tem índices de cobertura bem maiores: o município alcança pouco mais de 93% de matrículas das crianças de 6 a 14 anos nas escolas (índice ainda inferior à média do estado e à média nacional). Entretanto, essa cobertura ainda convive com um índice alto de reprovação e evasão e também com uma alta taxa de distorção idade-série. Nos anos iniciais, a taxa de reprovação é de quase 8%, e a taxa de abandono alcança

¹ Dados retirados do site oficial do IBGE e da página da web do município.

5,6%. Nos anos finais, a reprovação alcançou, em 2014, 16%, e a taxa de abandono, 11,8%.

Pouco mais de 65% da população de Pacajá vive em domicílios rurais, e o maior número das escolas do município está localizada na zona rural. Entretanto, a concentração das matrículas é na área urbana do município. Com essa configuração, é importante que a Secretaria Municipal de Educação reconheça, valorize e trate adequadamente as diferenças e especificidades das diferentes comunidades. As escolas localizadas em áreas rurais podem sofrer com a dificuldade de alocar professores e também com problemas de infraestrutura. Em algumas regiões do país, têm sido realizados processos de nucleação, aglutinando escolas menores em unidades maiores, que permitem maior eficiência na distribuição dos recursos, dos materiais e dos professores da rede. Dependendo das características específicas de cada território, esse pode ser um caminho interessante para o município de Pacajá.

Outro campo importante da atenção da Secretaria Municipal de Educação é a atenção à educação inclusiva para as pessoas com deficiência. Em 2014, estavam matriculados na rede pública de ensino 174 estudantes que são considerados público-alvo da educação especial. Desse total, 131 estavam matriculados nos anos iniciais e apenas 36 nos anos finais. Recebiam Atendimento Educacional Especializado, no ano de 2014, apenas 43 estudantes (menos de 38% do total). Considerando o que prevê a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, é importantíssimo que o município aprofunde e amplie suas estratégias para acolher e apoiar a presença e o aprendizado dos estudantes desse segmento.

Na mesma perspectiva, tendo em vista a necessidade de garantir um sistema escolar que oportunize a correção de desigualdades educacionais acumuladas, é fundamental ampliar e qualificar programas de Educação de Jovens e Adultos, especialmente aqueles voltados à alfabetização da população com 15 anos ou mais. Apesar de uma queda significativa dos índices nas últimas duas décadas, Pacajá ainda apresenta uma taxa de analfabetismo entre jovens e adultos superior a 20%. Sem concentrar esforços numa agenda de identificação, mobilização e acolhimento dessa população em programas sistemáticos de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, não será possível superar essa desigualdade que tanto afeta as condições de pleno exercício da cidadania.

Por fim, a ampliação do tempo de permanência na escola e a diversificação da oferta de práticas educativas, culturais e esportivas para as crianças, adolescentes e jovens em programas de educação integral e de educação em tempo integral são iniciativas potentes de melhoria da qualidade da educação básica. O Programa Novo Mais Educação, lançado pelo Ministério da Educação no 2º semestre de 2016 e que reformula as ações de assistência técnica do MEC para o tempo integral é uma parceria potente nesse sentido, bem como a proposta da Secretaria Estadual de Educação do Pará. Para dar conta da ampliação de ações desse tipo, é importante reconhecer os espaços educativos para além da sala de aula e para além do prédio escolar e compreender que as experiências dos estudantes com a cultura, a ciência e com as múltiplas linguagens contribuem fortemente para seu desenvolvimento integral.

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS		
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	
EDUCAÇÃO INFANTIL					ENSINO FUNDAMENTAL		
URBANA/ RURAL	0/0	20/0	664/60	72/0	URBANA/ RURAL	2.606/2.181	103/0
INTEGRAL/ PARCIAL	0/0	0/20	0/724	0/72	INTEGRAL/ PARCIAL	848/3.939	0/103
REGULAR/ ESPECIAL	0/0	20/0	720/4	72/0	REGULAR/ ESPECIAL	4.650/137	103/0

INFRAESTRUTURA 2015

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
				
10	5	7	6	0
8 ÁREA URBANA	4 ÁREA URBANA	6 ÁREA URBANA	6 ÁREA URBANA	0 ÁREA URBANA
2 ÁREA RURAL	1 ÁREA RURAL	1 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte
Sinopse da Educação Básica 2015
divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos



TOTAL DE ESCOLAS



148

13 ÁREA URBANA

135 ÁREA RURAL

TOTAL DE ESCOLAS DETALHAMENTO



URBANAS

- 5** Educação Infantil Regular
- 12** Ensino Fundamental Regular
- 3** Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 1** Educação Infantil Regular
- 134** Ensino Fundamental Regular
- 3** Educação de Jovens e Adultos

METAS DO PNE

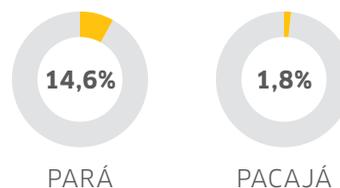
META 1

O PNE reafirmou o compromisso do país com a inclusão efetiva das crianças pequenas no sistema educacional. Apesar dos esforços empreendidos nas duas últimas décadas, ainda precisamos ampliar o número de vagas e assegurar padrões mínimos de qualidade para as instituições que atendem essa população. Esse panorama ganha contornos específicos em municípios com grandes parcelas da população em condição de vulnerabilidade ou risco social, como é o caso de Pacajá.

A ampliação da cobertura de atendimento da população de 0 a 5 anos depende de uma priorização dos recursos do município (insuficientes para os grandes desafios sob sua responsabilidade) e da busca de parcerias junto ao governo do estado do Pará e ao governo federal. Para alcançar mais êxito no que diz respeito à ampliação das vagas, o município pode criar convênios com organizações não governamentais e entidades assistenciais do município e também ofertar parte das vagas em turno parcial. É importante assinalar, entretanto, que o modelo de atendimento conveniado deve ser encarado como uma estratégia temporária para a expansão das vagas, pois, em geral, são as unidades diretamente vinculadas à rede municipal de educação que oferecem as melhores condições para o desenvolvimento das crianças. Para conhecer mais sobre as parcerias, é possível consultar o documento "Orientações sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas sem Fins Lucrativos" (MEC, 2009).

Também é importante que o município esteja atento à contratação e à formação continuada dos educadores responsáveis pelo trabalho pedagógico.

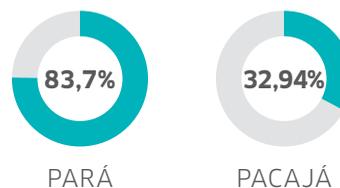
FREQUÊNCIA - CRECHES Crianças de 0 a 3 anos



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA Crianças de 4 e 5 anos



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

É fundamental criar estratégias capazes de ampliar as vagas para acolher a demanda por Educação Infantil. Da mesma forma, é preciso investir em mecanismos para consolidar padrões cada vez mais elevados de qualidade para esse atendimento.

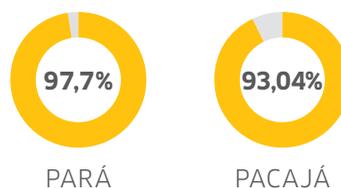
META 2

Os dados de cobertura do Ensino Fundamental no município de Pacajá revelam que cerca de 93% das crianças de 6 a 14 anos estão matriculadas na escola. Em 2014, eram 7.947 estudantes, dos quais 3.737 estudavam em escolas do campo. É importante considerar que ainda existem crianças de 6 a 14 anos fora do sistema escolar que, por isso, o município precisa articular esforços da Secretaria de Educação com outros órgãos e secretarias (o Conselho Tutelar, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria da Saúde, por exemplo), a fim de identificar, acompanhar e prestar o atendimento necessário às famílias que precisam de apoio para matricular e manter as crianças e adolescentes na escola.

Além disso, é preciso que o município construa e implemente políticas que enfrentem tanto os índices persistentes de reprovação quanto o abandono escolar: Reprovação e evasão tornam a trajetória das crianças na escola mais acidentada e mais longa do que o ideal. Em 2014, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 37,3% das crianças matriculadas na rede municipal de Pacajá estavam atrasadas em relação à série que deveriam estar frequentando. Nos anos finais do Ensino Fundamental, esse índice é muito maior, e o panorama, mais dramático: 62,3% das crianças matriculadas na rede municipal estavam em condição de defasagem em relação à série que deveriam estar frequentando. Para lidar com essa realidade, é imprescindível que o município eleja e desenvolva projetos de aceleração e correção de fluxo. Existem boas alternativas no Guia de Tecnologias do Ministério da Educação e o município pode implementá-las, inclusive contando com a assistência técnica e financeira do governo do estado e da União.

Ampliar a cobertura do Ensino Fundamental, universalizando o atendimento nessa etapa da educação básica é um compromisso fundamental do município. Essa ação deve estar articulada com programas que aumentem as condições de permanência e sucesso das crianças e adolescentes na escola, como os projetos de correção de fluxo e combate à distorção idade-série.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL Crianças de 6 a 14 anos



CENSO IBGE 2010

METAS DO PNE

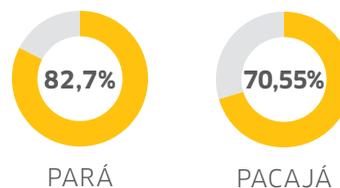
META 3

O Brasil estabeleceu como direito de todos e responsabilidade do Estado a oferta de educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade. Embora estejamos perto da universalização no Ensino Fundamental, o Ensino Médio (que deveria acolher os jovens de 15 a 17 anos) ainda está distante dessa conquista.

Os jovens paraenses de 15 a 17 anos não estão todos na escola. Pouco mais de 82% deles estão matriculados no sistema educacional. O restante (quase um quinto dessa população) está fora da escola. É preciso desenvolver, a partir da parceria do município com a rede estadual de ensino, estratégias de busca ativa desses jovens e um conjunto de ações de apoio para que eles retornem e permaneçam no sistema escolar.

Além disso, há um outro contingente de jovens de 15 a 17 anos que estão matriculados no sistema de ensino, mas que estão atrasados em sua trajetória escolar. Em vez de estarem matriculados no Ensino Médio, eles ainda estão frequentando o Ensino Fundamental (regular ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Como a distorção idade-série é um fator que contribui muito para o abandono e a evasão, há uma grande chance desses jovens abandonarem a escola. Por isso mesmo, os municípios devem ser capazes de identificar esses estudantes, matriculados nas suas redes de ensino e construir uma política de correção de fluxo, que preveja a aceleração da sua progressão na escola, com qualidade e aprendizado adequado.

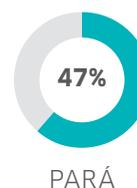
JOVENS NA ESCOLA De 15 a 17 anos



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO Jovens de 15 a 17 anos



PNAD 2014

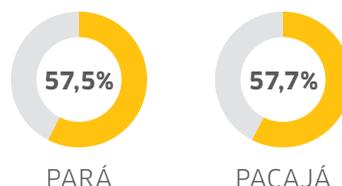
É preciso articular esforços entre município e estado para identificar os jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola e acolhê-los na sala de aula. Também criar e ampliar programas de correção de fluxo e apoio pedagógico aos jovens que estão em atraso na sua trajetória escolar.

META 5

A alfabetização e o domínio das competências fundamentais do raciocínio lógico matemático são um alicerce importante das trajetórias escolares dos estudantes. Quanto maior for a qualidade do processo de alfabetização e letramento inicial, mais chances os estudantes terão de progredir sem maiores dificuldades em toda educação básica. Por essa razão, o ciclo de alfabetização ganhou destaque no Plano Nacional de Educação, e o Brasil se comprometeu com uma meta e um conjunto de estratégias para aprofundar sua qualidade.

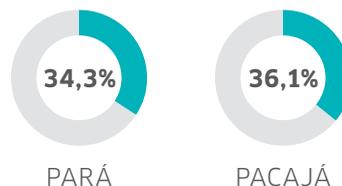
Pacajá registrou, na última edição da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, um índice de 57,7% de crianças com proficiência adequada em leitura e 36,1% de crianças com proficiência adequada na escrita ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. Isso significa que quase metade das crianças terminam o ciclo de alfabetização com níveis inadequados de aprendizagem da leitura e cerca de 2/3 delas apresentam níveis inadequados de aprendizagem do sistema de escrita. Esses dados colocam em evidência a necessidade de a Secretaria Municipal de Educação focalizar o investimento na formação de professores, na oferta de bons materiais didáticos e nas ações de apoio individualizado aos estudantes com dificuldade.

PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM LEITURA Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM ESCRITA Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

Diversificar e ampliar as ações de formação de professores alfabetizadores e oferecer projetos e ações que possam identificar precocemente e apoiar de forma individual as crianças que apresentam dificuldade em desenvolver as atividades de leitura e escrita é fundamental.

METAS DO PNE

META 7

Construir um diagnóstico claro das dificuldades e problemas enfrentados para atender com qualidade os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental requer uma atenção cuidadosa às condições de formação dos professores e também à existência e qualidade da proposta curricular para essa etapa.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o município de Pacajá alcançou as metas do IDEB propostas pelo Ministério da Educação nas últimas quatro edições. Desde 2007 até agora, a evolução do município permitiu que seu desempenho saísse de um patamar de 2,2 pontos na escola para os atuais 4,0 pontos. Mesmo com uma queda de dois décimos entre 2013 e 2015, é possível assinalar uma boa trajetória do índice. Entretanto, nos anos finais do Ensino Fundamental, essa realidade não se mantém.

Com exceção do ano de 2011, em todas as edições do IDEB o município esteve abaixo da média proposta pelo Ministério da Educação para os estudantes matriculados do 6º ao 9º ano. E, mais grave do que isso, a diferença do índice alcançado em 2013 para o índice alcançado em 2015 é negativa. O IDEB da rede nessa etapa é 0,6 décimos menor. Encontrar e enfrentar as causas desse descompasso precisa ser uma prioridade para a Secretaria Municipal de Educação. Identificar quais são os elementos que permitem ao município bom desempenho nos anos iniciais e encontrar caminhos semelhantes para a segunda etapa são parte desse esforço.

Um dos fatores que podem contribuir para responder à necessidade que a rede apresenta é o cuidado com a formação dos professores: apenas 14,8% dos docentes de Língua Portuguesa e 12,3% dos docentes de Matemática cursaram licenciatura nas áreas em que lecionam.

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS								
PACAJÁ	2,2	3,1	3,5	4,2	4,0			
METAS	2,6	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4,0	4,5			
ANOS FINAIS								
PACAJÁ	2,6	2,6	3,7	3,7	3,1			
METAS	3,2	3,3	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,2
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
ENSINO MÉDIO								
PARÁ	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

Elaborado a partir dos dados disponíveis nas bases do MEC/INEP.

META 9

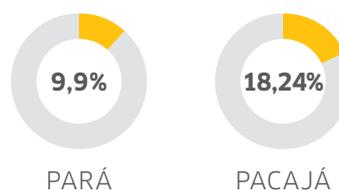
A Educação de Jovens e Adultos sempre ocupou um papel secundário nas políticas educacionais brasileiras. Entretanto, o investimento focado nessa modalidade da educação básica é um compromisso urgente das redes e sistemas de ensino do Brasil. Em um país que ainda enfrenta taxas de analfabetismo em torno de 10% da população com 15 anos ou mais, esse compromisso deve ocupar a prioridade da agenda dos educadores e gestores. Em Pacajá, a taxa de analfabetismo é de 18,24% da população com 15 anos ou mais. Para superar essa situação dramática, é preciso agir de forma assertiva e articulada.

O primeiro passo é identificar e mapear essa população (sua localização geográfica, sua faixa etária, sua condição de trabalho, sua classificação étnico-racial), a fim de desenhar os melhores caminhos para atendê-la. Ao desenhar esses caminhos, o município deve articular seus esforços com as iniciativas do governo do estado do Pará e do governo federal e ter um olhar para as especificidades.

Populações mais idosas, por exemplo, ou que vivem em aldeamentos indígenas e em pequenas comunidades rurais necessitam, sem dúvida, de modelos específicos de oferta da alfabetização, muito diferentes daqueles que vivem em aglomerados maiores e próximos das áreas urbanizadas. Por outro lado, jovens, entre 15 e 24 anos que tenham abandonado ou nunca tenham frequentado a escola precisam de modelos ajustados às suas características e vinculados fortemente ao mundo do trabalho, dimensão incontornável dos seus projetos de vida e autonomia.

Ofertar programas e projetos focados no acolhimento e atendimento da população jovem e adulta que foi excluída das oportunidades educacionais na idade adequada é compromisso central do Estado brasileiro. Priorizar a alfabetização dessa população é o início da reparação dessa dívida histórica.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010



PLACAS / PA



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA



O município de Placas ganhou autonomia desmembrando-se de Santarém. Como os demais municípios da mesorregião do Baixo Amazonas, sua colonização foi intensificada com a construção da Rodovia Transamazônica.

DISTÂNCIA

1.066km
até Belém, por estrada

PLACAS

POPULAÇÃO 2010

23.934

PROJEÇÃO 2016

29.336

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051

PROJEÇÃO 2016

8.272.724

*dados do IBGE

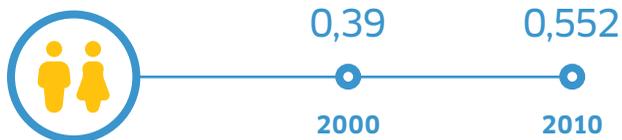
PIB

R\$160.167,00

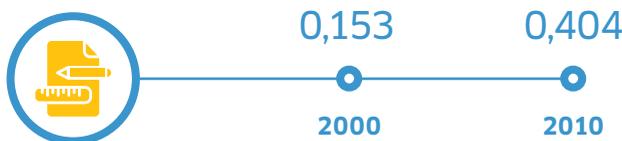
PIB

R\$120.949.000,00

PLACAS / PA /



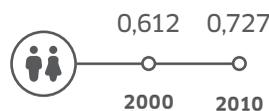
IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



IDHM/E Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Dimensão Educação

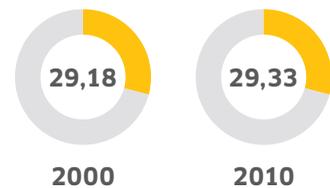


IDHM PARÁ

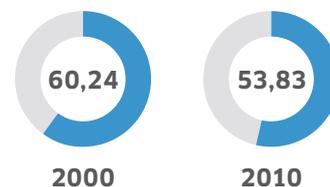


IDHM BRASIL

POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

2000	2010
R\$ 217,66	R\$ 231,94

ÍNDICE DE GINI

2000	2010
0,58	0,59

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

PLACAS

Em nosso pacto federativo, os municípios ocupam um lugar estratégico na oferta dos direitos sociais. No campo da educação, tanto no atendimento das crianças de 0 a 5 anos quanto no compartilhamento da cobertura do Ensino Fundamental com as redes estaduais, os municípios precisam construir e implementar bons programas e projetos, que sejam capazes de garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos que vivem no território. Para que isso seja possível, é imprescindível conhecer e interpretar os dados disponíveis e realizar um diagnóstico cuidadoso das limitações, potencialidades e oportunidades de melhoria das políticas educacionais.

Placas

Placas tornou-se município autônomo, desmembrando-se de Santarém, por força da Lei Estadual nº 5.783, de 20 de dezembro de 1993. A instalação da administração municipal aconteceu em 1º de janeiro de 1997. Com uma população estimada em 24 mil habitantes (estimativa IBGE 2016), o município apresentava, em 2010, renda per capita de R\$ 231,94 e cerca de 53 % da sua população estava classificada como extremamente pobre (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil). De acordo com as estatísticas do IBGE, sistematizadas no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, o município experimentou um avanço significativo no Índice de Desenvolvimento Humano na última década: em 2000, esse índice estava estacionado em 0,390. Em 2010, alcançou a marca de 0,552. Entretanto, esse ainda é um índice bem abaixo da média do

estado do Pará (0,646 para 2010) e do Brasil (0,727 para 2010).

Frente a essa realidade socioeconômica que revela uma profunda vulnerabilidade social, é bastante preocupante que as políticas educacionais implementadas no município ainda não tenham alcançado êxito em incluir massivamente no sistema educacional as crianças de zero a cinco anos. Quando considerada a população de 0 a 3 anos, apenas 2% das crianças estão matriculadas na escola. Na faixa etária de 4 e 5, esse percentual não alcança, ainda, 40%. É importante lembrar que, além de garantir melhores condições para o desenvolvimento integral das crianças e diminuir as vulnerabilidades que podem colocá-las em risco, o atendimento educacional na primeira infância está fortemente associado, nas

pesquisas nacionais e internacionais, a trajetórias escolares de maior sucesso.

Quase 80% da população de Placas vive em domicílios rurais. As matrículas e estabelecimentos municipais de educação também se concentram no campo. Em 2015, estavam matriculados em estabelecimentos da zona rural do município 3.139 estudantes, e 2.671 estudantes matriculados na zona urbana. Tal realidade exige que a Secretaria Municipal de Educação esteja frequentemente atenta às condições específicas e singulares das escolas rurais e considere os desafios que a educação do campo impõe do ponto de vista das condições de infraestrutura, do currículo e das propostas pedagógicas dos estabelecimentos de ensino.

Importa sublinhar que, em Placas, havia, em 2015, um total de 50 matrículas de pessoas com deficiência, distribuídas na Educação Infantil (7), nos anos iniciais do Ensino Fundamental (29), nos anos finais do Ensino Fundamental (11) e na Educação de Jovens e Adultos (3). Essa situação coloca em evidência a importância de oferecer condições de acessibilidade e também atendimento educacional especializado (AEE), a fim de garantir o pleno direito à educação para todos. Os dados disponíveis nas bases do Ministério da Educação apontam para a existência de uma sala de recursos multifuncionais, localizada na zona urbana.

Do universo da população de 6 a 14 anos residente no município, pouco mais de 92% estavam matriculados na escola em 2010. Esse percentual era menor do que a média do estado do Pará e também do que a média nacional, o que indica a necessidade de o município articular diferentes

órgãos e secretarias para, juntos, desenvolverem ações capazes de identificar quem são as crianças que ainda não foram incluídas no sistema escolar e garantirem acompanhamento e apoio às suas famílias e comunidades de forma a corrigir esse desvio. Da mesma forma, é urgente que o município desenvolva ações para continuar corrigindo a trajetória escolar das crianças que já estão matriculadas no Ensino Fundamental, mas que apresentam distorção entre sua idade cronológica e a série em que estão matriculadas. Apesar de os investimentos do município terem garantido uma queda significativa desse índice nos últimos anos, em 2014, ainda estavam nessa condição 29% das crianças matriculadas nos anos iniciais e 38% das crianças e adolescentes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental.

Vale a pena destacar os bons resultados alcançados na mensuração do IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Desde 2009, o município tem alcançado ou superado as metas propostas pelo Ministério da Educação, apesar de uma queda observada entre 2013 e 2015. Todavia, os anos finais do Ensino Fundamental permanecem como um desafio para a qualidade da oferta educativa no município. Tanto em termos de acesso e permanência quanto em rendimento (aprendizagem), essa etapa do Ensino Fundamental não tem alcançado as metas propostas pelo Ministério da Educação. Para que seja possível desenvolver bons programas focados nesses estudantes, é imprescindível que os gestores sejam capazes de identificar e diagnosticar as potencialidades e as dificuldades específicas e reconhecer a singularidade da condição dos adolescentes na escola.

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS	
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL					
URBANA/ RURAL	89/1	0/0	257/272	0/0	1.601/931	0/0
INTEGRAL/ PARCIAL	1/89	0/0	82/447	0/0	1.356/1.176	0/0
REGULAR/ ESPECIAL	87/2	0/0	524/5	0/0	2.503/29	0/0

INFRAESTRUTURA 2015

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
				
8	8	6	5	0
4 ÁREA URBANA	4 ÁREA URBANA	2 ÁREA URBANA	1 ÁREA URBANA	0 ÁREA URBANA
4 ÁREA RURAL	4 ÁREA RURAL	4 ÁREA RURAL	4 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte Sinopse da Educação Básica 2015 divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos

	ANOS FINAIS		EM		EJA ¹	
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
URBANA/ RURAL	602/737	0/0	581/0	0/68	211/160	0/0
INTEGRAL/ PARCIAL	680/659	0/0	0/581	0/68	0/371	0/0
REGULAR/ ESPECIAL	1.328/11	0/0	581/0	68/0	368/3	0/0

TOTAL DE ESCOLAS



71

6 ÁREA URBANA

65 ÁREA RURAL

TOTAL DE ESCOLAS DETALHAMENTO

URBANAS

- 3 Educação Infantil Regular
- 4 Ensino Fundamental Regular
- 2 Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 1 Educação Infantil Regular
- 65 Ensino Fundamental Regular
- 10 Educação de Jovens e Adultos

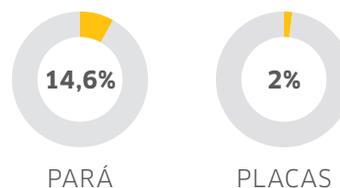
METAS DO PNE

META 1

O Plano Municipal de Educação definiu como meta para a Educação Infantil uma cobertura mínima de 50% da demanda de crianças de 0 a 3 anos até 2024 e a universalização do atendimento das crianças de 4 e 5 anos até o ano de 2016. Apesar das diferentes realidades e contextos sociais e econômicos do país, alguns municípios experimentam desafios significativos para cumprir esse compromisso. Em Placas, a universalização da pré-escola está muito distante: menos de 40% das crianças de 4 e 5 anos estavam matriculadas em 2010 e apenas 2% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam as creches do município.

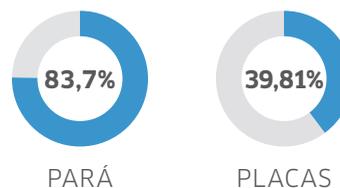
Para acolher mais crianças, com qualidade, o município pode recorrer aos programas de assistência financeira do Ministério da Educação/FNDE para construção de creches, como o ProInfância. Também pode estruturar um modelo de atendimento conveniado, contando com parcerias de entidades comunitárias presentes no território. Para conhecer um pouco mais esse tema, é possível consultar o documento "Orientações Sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Confessionais ou filantrópicas sem Fins Lucrativos para a Oferta da Educação Infantil" (MEC, 2009). Outra prática que tem surtido bons efeitos em alguns municípios do país é a oferta do atendimento de 0 a 3 anos em turno parcial. Esse modelo de atendimento nem sempre permite oferecer às crianças as melhores condições de desenvolvimento e, por isso, é importante considerar essa alternativa como temporária, no processo de expansão da rede de ensino.

FREQUÊNCIA - CRECHES Crianças de 0 a 3 anos



PNAD 2014 CENSO IBGE 2010

FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA Crianças de 4 e 5 anos



PNAD 2014 CENSO IBGE 2010

É importante aprofundar e acelerar o atendimento das crianças nas creches e pré-escolas. Diversas pesquisas apontam para a importância dessa etapa da educação básica no desenvolvimento integral das crianças e o impacto da frequência à Educação Infantil ao longo da vida.

META 2

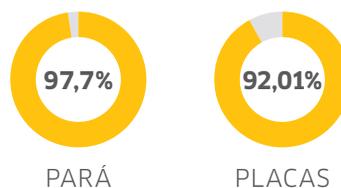
A universalização do Ensino Fundamental no Brasil avançou significativamente a partir dos anos 1990, com a ampliação do financiamento e com uma série de políticas públicas que articularam o esforço do governo federal com os estados e municípios. Assim, em todo o país, temos alcançado índices altos de acesso aos anos iniciais do Ensino Fundamental e percentuais relevantes de matrícula da população de 6 a 14 anos. Em Placas, essa realidade não é diferente. Em 2010, cerca de 92% das crianças e adolescentes nessa faixa etária frequentavam o Ensino Fundamental. Em 2015, eram 3.871 matrículas nessa etapa da Educação Básica.

Importa frisar que a parcela da população nessa faixa etária que está fora da escola significa um grupo de cidadãs e cidadãos excluídos de um direito social previsto na nossa legislação e que o poder público precisa priorizar. Nesse sentido, a busca ativa e a inclusão dos estudantes que estão fora da escola deve ser um eixo prioritário da ação do poder público, que precisa articular diferentes órgãos, como o Conselho Tutelar, a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Assistência Social, para localizar, acompanhar e apoiar as famílias e as crianças que mais necessitam. Também é preciso criar ações e programas para acompanhar e monitorar os meninos e meninas em distorção idade-série, para que possam corrigir seu fluxo escolar e alcançar sucesso na conclusão do Ensino Fundamental.

Por fim, também é preciso um olhar para os estudantes que, apesar de estarem matriculados no Ensino Fundamental e frequentando a escola, demonstram dificuldades de escolarização e estão em situação de distorção idade-série, seja porque foram reprovados em anos anteriores, matriculados após a idade adequada ou porque abandonaram a escola e depois retomaram. Em todas essas situações, é preciso desenvolver programas e ações de correção de fluxo, inclusive usando metodologias de aceleração já disponíveis no Guia de Tecnologias do MEC ou outras que o governo do estado do Pará possa, em parceria, oferecer ao município.

Realizar a busca ativa da parcela de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que estão fora do Ensino Fundamental deve ser uma prioridade na agenda de trabalho da Secretaria Municipal de Educação e exigirá esforços de integração e parcerias com outras instituições, como o Conselho Tutelar e o órgão que responde pela política de assistência social no município.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
Crianças de 6 a 14 anos



METAS DO PNE

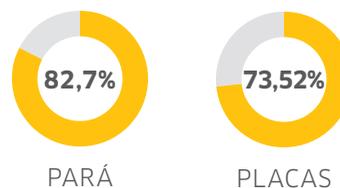
META 3

No Plano Nacional de Educação aprovado em 2014, a meta 3 do PNE estabelece que, até o final de 2016, todos os jovens de 15 a 17 anos estejam na escola. Também prevê que, até 2024, nós tenhamos avançado no combate à reprovação, ao abandono e à evasão escolar e que sejamos capazes de colocar ao menos 85% desses jovens na etapa escolar adequada, ou seja, o Ensino Médio.

Considerando a evolução do atendimento educacional no Brasil, essas metas precisam de um esforço sério do poder público. Nós ainda encontramos no país um percentual significativo dos nossos jovens fora do Ensino Médio. No estado do Pará, menos de 50% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados em escolas de Ensino Médio. O restante está matriculado no Ensino Fundamental, em condição de atraso e/ou distorção idade-série e, o que ainda é mais grave, quase 18% estão completamente fora da escola.

Os estados são os principais operadores do Ensino Médio, mas os municípios precisam colaborar para que os jovens de 15 a 17 anos que vivem no território estejam na escola e alcancem, na idade certa, o Ensino Médio. Para isso, devem criar ações para, por um lado, localizar, acompanhar e apoiar as famílias para que matriculem os adolescentes que estão fora da escola e, por outro lado, corrigir a trajetória e o fluxo escolar dos adolescentes que já estão matriculados, mas ainda frequentam o Ensino Fundamental. Combater a cultura da reprovação e da aceitação do abandono escolar, nesse sentido, é fundamental.

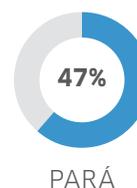
JOVENS NA ESCOLA De 15 a 17 anos



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO Jovens de 15 a 17 anos



PNAD 2014

É imprescindível criar políticas para incluir os jovens que estão fora da escola e para apoiar o desenvolvimento e a aprendizagem daqueles que estão na escola, mas em condição de distorção idade-série.

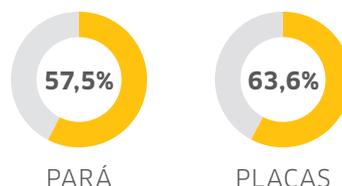
META 5

Construir e ofertar um período de alfabetização inicial com qualidade em todas as escolas públicas brasileiras e garantir que todas as crianças até 8 anos de idade tenham desenvolvido a compreensão profunda do funcionamento do sistema de escrita e desenvolvido as habilidades fundamentais de leitura e de raciocínio lógico matemático são compromissos que o Estado brasileiro assumiu com a meta 5 do Plano Nacional de Educação.

Considerando os dados da edição de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, identificamos que, em Placas, 63,6% das crianças do 3º ano do Ensino Fundamental apresentavam nível adequado de proficiência em leitura e que 40,3% dessas crianças demonstravam nível adequado de proficiência em escrita. Esses índices são superiores à média do estado do Pará, o que deve estar relacionado ao investimento feito nos últimos anos pelo município. Entretanto, 1/3 das crianças conclui o ciclo de alfabetização com desempenho inadequado em leitura e 6 em cada 10 crianças concluem essa etapa sem o adequado domínio das competências básicas de escrita.

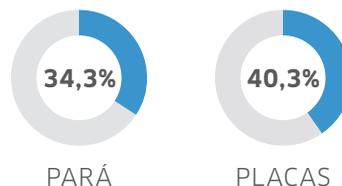
Essa situação demanda a construção de uma política municipal de alfabetização e letramento para todo o sistema (desde a Educação Infantil), envolvendo o aprofundamento de investimentos a formação dos professores alfabetizadores, a distribuição adequada dos materiais pedagógicos e didáticos voltados à alfabetização, bem como o acompanhamento precoce e cuidadoso, desde o primeiro ano do Ensino Fundamental, das crianças que apresentam dificuldade, ofertando programas estruturados de atividades complementares que lhes permitam avançar e superar os obstáculos.

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM LEITURA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM ESCRITA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

Considerando a importância do ciclo de alfabetização na vida e na trajetória dos estudantes, é imprescindível ampliar e aprofundar os investimentos já realizados no município para que 100% das crianças até os 8 anos de idade alcancem níveis adequados de aprendizagem em leitura e em escrita.

METAS DO PNE

META 7

Atentar para as condições de ensino e aprendizagem – como a existência de uma proposta curricular para a rede de ensino e a qualidade da formação dos professores – e para as questões relativas ao fluxo escolar – combate à reprovação e ao abandono – deve ser prioridade para melhorar o IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental.

Placas alcançou, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, uma evolução sustentável na última década. Em 2007, o IDEB observado era de 2,2. Em 2013, esse índice alcançou 4,2 e, em 2015, 4,0. No que diz respeito aos anos finais do Ensino Fundamental, entretanto, é preciso que o município se comprometa em compreender as causas para um desempenho abaixo do esperado.

Para superar essa dificuldade, é importante investir na construção ou na reorganização da proposta curricular para a rede de ensino que explicita o que precisa ser ensinado em cada série/ano. Além disso, é preciso atentar para a formação dos professores que ministram aula nas turmas de 6º ao 9º ano. Os dados disponíveis evidenciam que, em 2014, apenas 39,5% dos professores de Língua Portuguesa possuíam alguma licenciatura e que apenas 27,9% deles possuíam licenciatura em Letras. Na disciplina de Matemática, a situação era ainda mais grave: apenas 19,8% dos professores dessa área possuíam a licenciatura correspondente para ensinar.

Além da atenção à aprendizagem dos estudantes, tendo em vista que o IDEB também avalia o fluxo escolar, é preciso focar no combate à reprovação escolar e ao abandono, a fim de que os meninos e meninas tenham trajetórias escolares adequadas e que não acumulem distorções entre a idade cronológica que possuem e a série que frequentam.

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS								
PLACAS	2,2	3,1	3,5	4,2	4,0			
METAS	2,6	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4,0	4,5			
ANOS FINAIS								
PLACAS	2,6	2,6	3,7	3,7	3,1			
METAS	3,2	3,3	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,2
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
ENSINO MÉDIO								
PARÁ	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

Elaborado a partir dos dados disponíveis nas bases do MEC/INEP.

META 9

Apropriar-se do funcionamento do sistema de escrita e participar da comunidade de leitores e escritores são direitos fundamentais para o exercício pleno da vida cidadã. Além disso, em todos os países que alcançaram níveis satisfatórios de desenvolvimento social e econômico, a superação do analfabetismo foi um fator estruturante que impactou outros direitos sociais relevantes, como a saúde e o bem-estar social e o acesso ao patrimônio cultural acumulado pela comunidade.

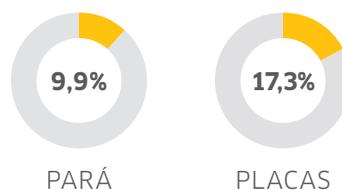
Por essa razão, a erradicação do analfabetismo é um dos objetivos fundamentais da nossa República e um compromisso fundamental que ainda assinalamos no nosso Plano Nacional de Educação. A meta definida no primeiro PNE não foi alcançada. Ainda temos um número considerável de brasileiras e brasileiros que não sabem ler e escrever. Em Placas, eles compõem 17,3% da população com 15 anos ou mais.

É importante que a Secretaria Municipal de Educação reúna esforços para identificar quem são esses jovens e adultos e quais foram os fatores que impediram sua alfabetização no tempo certo, a fim de que possa construir estratégias e ações para enfrentar essa desigualdade, com programas de alfabetização nas suas políticas de Educação de Jovens e Adultos. Ao identificar esses cidadãos e cidadãs, o município terá condições de escolher quais são os caminhos mais adequados para cada grupo: os jovens, por exemplo, precisarão de um tipo de programa diferente daquele voltado para os mais velhos e para os idosos. Da mesma forma, a população que vive no campo, por exemplo, precisará de condições diferentes daquela que vive na cidade.

Vale ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos é, ao mesmo tempo, uma política pública reparadora (porque corrige a negação de um direito social básico), equalizadora (porque ajuda a combater as desigualdades presentes no tecido social) e qualificadora (porque permite a jovens e adultos ampliar sua formação humana e qualificar sua participação cidadã).

Ao desenhar seus programas de alfabetização dentro das políticas de Educação de Jovens e Adultos, o município precisa estar atento às características e modos de vida das diferentes populações que serão atendidas.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais



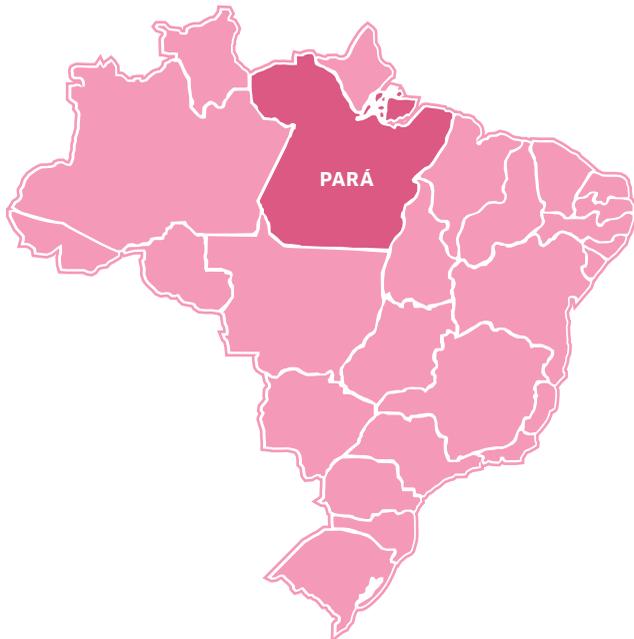
PNAD 2014

CENSO IBGE 2010



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

PORTO DE MOZ / PA



Foi em 1758 que instalou-se a Vila do Porto Moz, assim chamada pelos índios Monturús. Adquiriu categoria de cidade após a Proclamação da República, em 1890.

DISTÂNCIA

958km

até Belém, por estrada

PORTO DE MOZ

POPULAÇÃO 2010

33.956 

PROJEÇÃO 2016

39.246 

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051 

PROJEÇÃO 2016

8.272.724 

*dados do IBGE

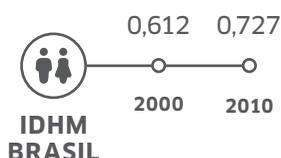
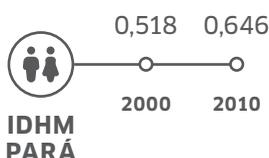
PIB

R\$225.602,00

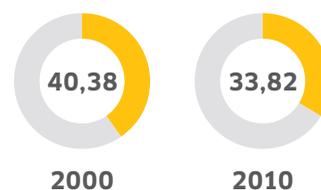
PIB

R\$120.949.000,00

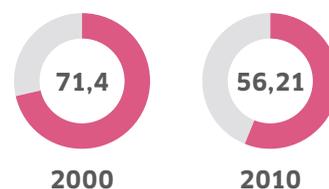
PORTO DE MOZ / PA /



POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

2000	2010
R\$ 168,31	R\$ 193,52

ÍNDICE DE GINI

2000	2010
0,61	0,59

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

PORTO DE MOZ

O caminho que o Brasil precisa continuar trilhando rumo ao desenvolvimento social e econômico sustentável exige que os compromissos e metas assumidos no Plano Nacional de Educação sejam compartilhados por toda a sociedade e que os poderes públicos municipais, estaduais e federal articulem esforços e políticas públicas para efetivá-los. Nesse sentido, é imprescindível que os gestores municipais de educação sejam capazes de identificar, compreender e interpretar sua realidade local a fim de formular e implementar ações, projetos e programas que atendam às necessidades da comunidade e promovam a melhoria da qualidade da oferta educativa, em consonância com o próprio Plano Municipal de Educação.

PORTO DE MOZ

A criação de Porto de Moz remete ao período colonial. Ainda no século XVII, o distrito com o nome atual da cidade foi criado, com a chegada dos portugueses à região habitada pelos índios Montunús. Em 1758, o distrito foi elevado à condição de Vila e, logo após a Proclamação da República, pelo decreto estadual nº 218, de 19 de novembro de 1890, alcançou a categoria de cidade. Durante o primeiro governo Vargas, entre 1930 e 1937, o município perdeu sua autonomia e foi anexado a Gurupá (até 1935) e, posteriormente, ao município de Xingu (até 1937, quando reconquistou sua autonomia).¹

Com uma população estimada de pouco mais de 39 mil habitantes (IBGE, 2016), Porto de Moz apresentava, em 2010, uma renda per capita de R\$ 193,52 e concentrava cerca de 56% da

população num patamar classificado como extremamente pobre pelos critérios do IBGE. As estatísticas do IBGE sistematizadas no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil assinalam que, apesar de ter avançado muito ao longo da primeira década do século XXI, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, calculado em 0,503 ainda é considerado baixo em comparação à média do estado (0,646) e à média nacional (0,727). Esses fatores sinalizam um contexto de bastante vulnerabilidade e risco social.

As características do município impõem um desafio para o poder público: ampliar o atendimento das crianças de 0 a 5 anos na Educação Infantil. Todas as pesquisas nacionais e internacionais sinalizam que, além de garantir condições mais poten-

¹ Dados retirados do site oficial do IBGE e da página da web do município.

tes para o desenvolvimento integral das crianças pequenas, as ações e os programas de atendimento educacional da primeira infância diminuem a vulnerabilidade e o risco social e aumentam as chances de mobilidade socioeconômica das famílias. Porto de Moz alcançava apenas 10% de cobertura da população em creches no ano de 2010 e, embora os números relativos à matrícula nas pré-escolas fossem mais animadores (68,63%, no ano de 2010), ainda estavam distantes da meta de universalização proposta para o ano de 2016.

Outro campo desafiador para o município é o acesso e a universalização do Ensino Fundamental. Considerando o universo da população de 6 a 14 anos do município, menos de 90% estavam matriculados no Ensino Fundamental – percentual mais baixo do que o dos municípios vizinhos e muito abaixo da média do estado e do país. Considerando os investimentos feitos na ampliação das redes de Ensino Fundamental desde a década de 1990, é mais do que urgente que o município identifique quais são as razões dessa lacuna e promova ações emergenciais para garantir esse direito essencial à cidadania para o conjunto dessa população.

Outro aspecto importante a considerar é o acesso e a permanência de crianças, adolescentes, jovens e adultos na escola. Em 2015, estavam matriculados nas escolas públicas da cidade 160 estudantes com alguma deficiência. Desses, apenas uma parcela recebia algum tipo de atendimento educacional especializado numa das quatro salas de recursos multifuncionais existentes no município (todas na área urbana). É importante e urgente garantir a inclusão de todos os estudantes

de forma plena, oferecendo a eles os recursos de superação das barreiras educacionais que o atendimento educacional especializado possibilita.

Com cerca de 57% da população vivendo em áreas rurais, o município concentra no campo a maior parte de suas unidades escolares e de suas matrículas. Em 2015, a rede atendia em escolas urbanas cerca de 5.400 alunos. Nas escolas rurais, atendia quase o dobro: 10.278 estudantes. Frente a essa realidade, é imprescindível que a Secretaria Municipal de Educação esteja atenta e organize suas políticas, programas e ações para aprofundar e ampliar a qualidade das condições de infraestrutura, alocação de professores e funcionamento cotidiano dessas escolas e que haja um cuidado especial com a construção de uma proposta curricular da rede de ensino que permita às unidades educacionais do campo reconhecer as singularidades e especificidades de suas comunidades no momento de construção do seu projeto político-pedagógico.

Acumulando 2.429 matrículas na Educação de Jovens e Adultos, das quais 1.805 localizadas nas áreas rurais do município, Porto de Moz revela que tem realizado investimentos importantes nessa modalidade da educação básica. Acompanhar se esses investimentos têm alcançado o êxito necessário, identificando as taxas de conclusão da EJA no Ensino Fundamental e as taxas de continuidade para o Ensino Médio, é uma indicação importante para aprofundar as condições de cidadania das populações jovem e adulta. Essa indicação é ainda mais relevante quando consideramos que, do total de 2.429 matrículas da EJA em 2015, apenas 29 estavam concentradas no Ensino Médio.

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS	
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
	EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL			
URBANA/RURAL	126/6	0/0	627/776	0/0	2.583/4.452	0/0
INTEGRAL/PARCIAL	0/132	0/0	0/1.403	0/0	992/6.043	0/0
REGULAR/ESPECIAL	131/1	0/0	1.392/11	0/0	6.947/88	0/0

INFRAESTRUTURA 2015

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
				
20	5	3	6	0
6 ÁREA URBANA	5 ÁREA URBANA	2 ÁREA URBANA	6 ÁREA URBANA	0 ÁREA URBANA
14 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL	1 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte
Sinopse da Educação Básica 2015
divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos

	ANOS FINAIS		EM		EJA ¹	
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
URBANA/ RURAL	1.466/3.239	0/0	1.478/0	0/0	624/1.805	- / -
INTEGRAL/ PARCIAL	422/4.283	0/0	0/1.478	0/0	0/2.429	- / -
REGULAR/ ESPECIAL	4.664/41	0/0	1.478/0	0/0	2.418/19	- / -

TOTAL DE ESCOLAS



135

9 ÁREA URBANA

126 ÁREA RURAL

TOTAL DE ESCOLAS
DETALHAMENTO

URBANAS

- 7 Educação Infantil Regular
- 8 Ensino Fundamental Regular
- 6 Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 115 Educação Infantil Regular
- 126 Ensino Fundamental Regular
- 73 Educação de Jovens e Adultos

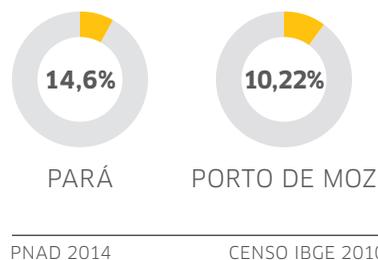
METAS DO PNE

META 1

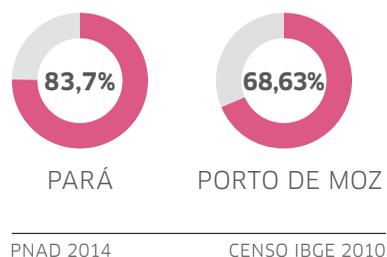
Ao longo do século XX, a Educação Infantil foi se configurando como um direito social de todas as crianças brasileiras. Até os anos 1980, eram as crianças de 3 a 6 anos (matriculadas nas chamadas pré-escolas) o principal público-alvo dos programas e ações da Educação Infantil, enquanto as crianças de 0 a 3 anos eram atendidas em programas de caráter assistencial. Entretanto, sobretudo após a aprovação da nossa LDB de 1996, esse modelo dual foi sendo superado, e o Plano Nacional de Educação de 2001 já indicava o compromisso de incluir no sistema educacional todas as crianças brasileiras de 0 a 5 anos. Nosso país ainda persegue essa meta. O PNE 2014-2024 prevê que, até o final do ano de 2016, todas as crianças de 4 e 5 anos já estejam matriculadas nas pré-escolas do país. Também prevê que até 2024, pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos estejam matriculadas nas creches. Em Porto de Moz, esses compromissos ainda exigem investimento e prioridade por parte da Secretaria Municipal de Educação. Três de cada dez crianças de 4 a 5 anos ainda não estavam matriculadas na rede em 2010 e apenas uma em cada dez crianças de 0 a 3 anos estava frequentando uma creche do município.

Para avançar nessas duas frentes, o município pode contar com a assistência técnica e financeira do governo federal e estadual para a construção de equipamentos. Também pode celebrar convênios com entidades da sociedade civil e oferecer modelos de atendimento em tempo parcial. Essas duas estratégias, entretanto, devem ser consideradas temporárias, no esforço de ampliar a cobertura de matrículas.

FREQUÊNCIA - CRECHES Crianças de 0 a 3 anos



FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA Crianças de 4 e 5 anos



Ampliar as vagas da Educação Infantil e garantir que as crianças tenham acesso a espaços educativos com qualidade e a boas experiências de aprendizagem é fundamental para seu desenvolvimento integral, bem como para a diminuição do risco e da vulnerabilidade social.

META 2

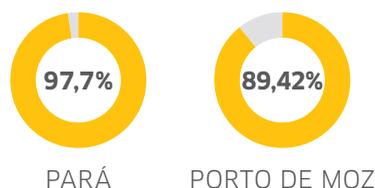
Em 1996, com a edição da Emenda Constitucional nº 14, o governo federal criou o FUNDEF. Com o objetivo de ampliar o financiamento e garantir a melhoria contínua da qualidade do Ensino Fundamental, o fundo permitiu que o Brasil avançasse com bastante velocidade e consistência na garantia do acesso, da permanência e da formação e valorização dos professores (especialmente daqueles que atuavam nos anos iniciais). Com a ampliação do modelo para toda a educação básica e a criação do FUNDEB, as outras etapas e modalidades da educação básica puderam contar com investimento semelhante. Mesmo com quase vinte anos desse modelo de investimento, alguns municípios (como é o caso de Porto de Moz) ainda não lograram êxito de universalizar o Ensino Fundamental. Uma em cada dez crianças de 6 a 14 anos do município estava fora da escola, de acordo com o Censo de 2010.

Criar e aprofundar políticas e programas que permitam identificar quem são essas crianças e apoiar e acompanhar suas famílias para que elas possam garantir a matrícula e a permanência dos estudantes são eixos prioritários de todos os esforços da Secretaria Municipal de Educação.

Garantir o acesso ao Ensino Fundamental, entretanto, não é suficiente. Porto de Moz conta com uma taxa muito elevada de distorção idade-série no Ensino Fundamental. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 46,7% das crianças encontravam-se atrasadas em relação à série que deveriam estar cursando em 2014. No caso dos anos finais do Ensino Fundamental, o índice é ainda mais preocupante: 74,3% dos estudantes estavam atrasados em relação à série que deveriam estar cursando (ou seja, apenas uma em cada quatro crianças matriculadas não apresentava essa defasagem).

Investir em programas de correção de fluxo e aceleração é um compromisso fundamental do município de Porto de Moz para permitir às crianças e adolescentes uma trajetória escolar adequada e para aprofundar a qualidade da oferta educativa que está disponível no território.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
Crianças de 6 a 14 anos



CENSO IBGE 2010

METAS DO PNE

META 3

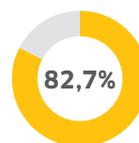
Durante muito tempo na história do nosso país, o Ensino Médio foi considerado um privilégio e não um direito. A partir da nossa LDB de 1996, o Brasil deu passos largos para modificar essa realidade. Em especial, após a criação do FUNDEB, com a ampliação da destinação dos recursos para além do Ensino Fundamental, foram criadas mais escolas e mais vagas para os jovens de 15 a 17 anos.

A meta 3 do PNE prevê que, até o final de 2016, estejam matriculados no sistema escolar todos os jovens de 15 a 17 anos. Considerando as situações de defasagem idade-série e a prevalência da cultura da reprovação em parte das redes de Ensino Fundamental, a mesma meta prevê que, até 2024, no mínimo 85% desses jovens estejam matriculados no Ensino Médio (tolerando que os outros 15%, em condição de atraso, ainda estejam no Ensino Fundamental).

No estado do Pará, cerca de 18% dos jovens de 15 a 17 anos ainda não estão matriculados em nenhuma escola (nem no Ensino Fundamental nem no Ensino Médio). Isso significa que esses jovens abandonaram a educação básica antes de concluí-la ou, na pior das hipóteses, uma parte deles nem chegou a frequentá-la. Nesse sentido, é preciso um esforço articulado entre município e estado, para alcançar esses jovens e trazê-los de volta ao sistema de ensino. Além disso, apenas 47% desses jovens estão matriculados no Ensino Médio, o que significa que uma parcela considerável ainda está em condição de atraso ou distorção idade-série, matriculada no Ensino Fundamental.

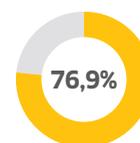
JOVENS NA ESCOLA

De 15 a 17 anos



PARÁ

PNAD 2014

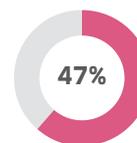


PORTO DE MOZ

CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO

Jovens de 15 a 17 anos



PARÁ

PNAD 2014

Embora o Ensino Médio seja ofertado pelas redes estaduais, há um grande contingente de jovens ainda no Ensino Fundamental e outros que sequer estão na escola. Os municípios precisam atuar em parceria com as redes estaduais para enfrentar esse desafio.

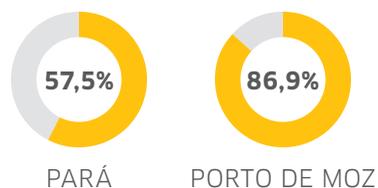
META 5

O compromisso de garantir uma alfabetização inicial que ocorra na idade certa e com qualidade, permitindo às crianças, o quanto antes, a apropriação do sistema de escrita e níveis adequados de proficiência nas competências leitora e escritora é um dos pontos mais importantes do nosso Plano Nacional de Educação.

Os dados da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, de 2014, indicam que em Porto de Moz, enquanto 86,9% das crianças, aos 8 anos, apresentavam nível de aprendizagem adequado em leitura, apenas 19,1% alcançavam esse patamar na escrita. Esses dados revelam uma distorção que precisa ser corrigida.

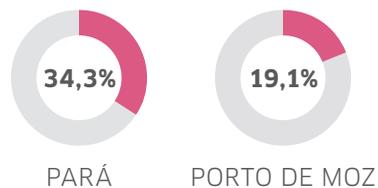
Um caminho importante nesse sentido é investir na construção de uma Política Municipal de Alfabetização e Letramento, que articule o aprofundamento da formação continuada dos professores alfabetizadores, a criação de mecanismos de monitoramento e acompanhamento das crianças que apresentam dificuldades em avançar desde o primeiro ano e o desenho de estratégias de atendimento complementar individualizado e apoio pedagógico para elas, também desde o primeiro ano. Por fim, é importante que a Secretaria Municipal de Educação esteja atenta, também, a respeito da disponibilidade e de qualidade dos materiais didáticos (livros, jogos e outros recursos) nas diferentes classes de alfabetização do município.

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM LEITURA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM ESCRITA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

O investimento na formação de professores alfabetizadores, na criação e ampliação das estratégias de atendimento complementar e apoio pedagógico às crianças que apresentam dificuldades e na aquisição e distribuição de bons materiais didáticos de alfabetização é fundamental para garantir o cumprimento da meta 5 do PNE.

METAS DO PNE

META 7

Um olhar sobre a evolução histórica do desempenho da rede de Porto de Moz nas edições do IDEB revela uma situação que a diferencia dos municípios vizinhos. Enquanto, na maior parte dos municípios do entorno, os anos iniciais do Ensino Fundamental são a etapa mais estável de melhoria de desempenho, em Porto de Moz, não é possível constatar uma continuidade de melhoria na última década. Entre recuos e avanços, o IDEB dos anos iniciais avançou de 2,4 (2005) para 2,7 (2007), chegando a 3,3 (2011), mas recuou para 2,8 (2013), até avançar novamente para 3,6 (2015).

Nos anos finais, a realidade não é diferente: apesar do avanço alcançado entre 2005, quando o IDEB observado foi de 2,8, para 2007 (IDEB 3,6), o índice estacionou nos anos de 2009 e 2011 (3,5) e, em 2013, caiu para o mesmo patamar que o município apresentava em 2005: 2,8. Em 2015, nova queda de 0,1 décimo, atingindo o menor nível da década: 2,7.

Para que o município supere essas dificuldades, é importante consolidar uma proposta curricular que seja de conhecimento dos educadores e investir na melhoria das condições de funcionamento das unidades escolares e na formação inicial e continuada dos professores (apenas 7,9% dos professores de Língua Portuguesa e 6,1% dos professores de Matemática da rede municipal possuíam, em 2014, licenciatura em sua área de atuação e mais de 65% dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental sequer possuíam ensino superior completo).

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	ANOS INICIAIS							
P. DE MOZ	2,7	3,1	3,3	2,8	3,6			
METAS	2,5	2,8	3,2	3,4	3,7	4,0	4,3	4,7
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4,0	4,5			
	ANOS FINAIS							
P. DE MOZ	3,6	3,5	3,5	2,8	2,7			
METAS	2,8	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,8
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
	ENSINO MÉDIO							
PARÁ	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

Elaborado a partir dos dados disponíveis nas bases do MEC/INEP.

META 9

Porto de Moz vem avançando na redução dos índices de analfabetismo entre as populações jovem e adulta. No ano 2000, o percentual de pessoas não alfabetizadas com 15 anos ou mais era de 30,49; dez anos depois, em 2010, o IBGE estimou em 18,85% esse índice. A melhoria alcançada, entretanto, não foi suficiente para aproximar o município da média do estado do Pará.

Alfabetizar jovens e adultos produz impactos relevantes em diferentes aspectos da vida social de uma comunidade. As pesquisas internacionais e nacionais comprovam que as crianças cujos pais (e, principalmente, a mãe) são alfabetizados ou mais escolarizados alcançam graus de escolarização mais avançados e estão mais protegidas de diferentes situações de vulnerabilidade e risco social. Também há uma relação direta entre o percentual de pessoas alfabetizadas numa dada comunidade e a melhoria dos indicadores econômicos e sociais de diferentes áreas. Dessa forma, o município de Porto de Moz deve continuar aprofundando e ampliando as políticas de Educação de Jovens e Adultos e, especialmente, os programas de alfabetização que fazem parte dessas políticas.

É importante identificar e mapear a população ainda não atendida por esses programas (sua localização geográfica, sua faixa etária, sua condição de trabalho, sua classificação étnico-racial) a fim de desenhar os melhores caminhos para atendê-la. Ao desenhar esses caminhos, o município deve articular seus esforços com iniciativas do governo do estado do Pará e do governo federal e ter um olhar para as especificidades.

Populações mais idosas, por exemplo, ou que vivem em aldeamentos indígenas e em pequenas comunidades rurais necessitam, sem dúvida, de modelos específicos de oferta da alfabetização, muito diferentes daqueles que vivem em aglomerados maiores e próximos das áreas urbanizadas. Por outro lado, jovens entre 15 e 24 anos que tenham abandonado ou nunca tenham frequentado a escola precisam de modelos ajustados às suas características e vinculados fortemente ao mundo do trabalho, dimensão incontornável dos seus projetos de vida e autonomia.

Apesar do avanço alcançado na última década, Porto de Moz ainda convive com taxas altas de analfabetismo entre jovens e adultos. Manter e aprofundar os programas de alfabetização, identificando quais são os grupos e sujeitos que ainda não foram incluídos e quais são suas necessidades específicas e características é imprescindível para continuar avançando rumo ao cumprimento da meta 9 do PNE.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais

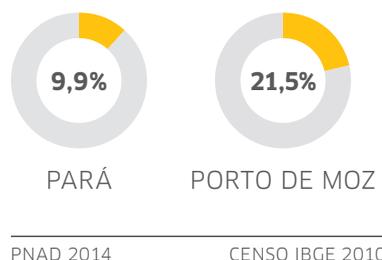




IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

S. FELIX DO XINGU / PA



Habitado originalmente por povos indígenas de diferentes etnias, São Félix do Xingu sofreu um processo de ocupação intensiva do homem branco a partir do final do século XIX.

DISTÂNCIA

1.165km
até Belém, por estrada

S. FÉLIX DO XINGU

POPULAÇÃO 2010

91.340

PROJEÇÃO 2016

120.580

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051

PROJEÇÃO 2016

8.272.724

*dados do IBGE

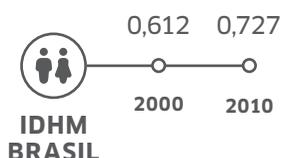
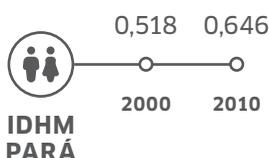
PIB

R\$826.003,00

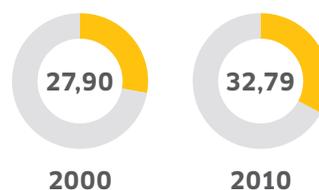
PIB

R\$120.949.000,00

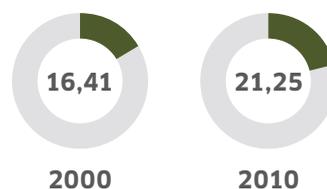
S.FÉLIX DO XINGU/PA/



POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

2000	2010
R\$ 410,59	R\$ 353,67

ÍNDICE DE GINI

2000	2010
0,71	0,62

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

S. FÉLIX DO XINGU

Construir uma sociedade inclusiva, democrática e mais justa exige um compromisso político do poder público com a garantia universal do direito à educação de qualidade. Não é possível transformar a realidade de desigualdades socioeconômicas ainda presentes no Brasil sem que esse direito social fundamental seja garantido a todos. Todas as esferas do poder público, desde a União até os municípios, precisam articular e acumular esforços para que alcancemos esse objetivo. Além disso, as políticas públicas e programas devem partir de uma cuidadosa identificação e interpretação dos dados disponíveis e de um mapeamento dos desafios, lacunas e potencialidades presentes em cada território.

SÃO FÉLIX DO XINGU

A população estimada de São Félix do Xingu para o ano de 2016 era de 120.580 habitantes. O município destaca-se como um dos maiores rebanhos bovinos do país, e seu PIB é bem superior à média dos municípios do entorno (à exceção de Altamira). Apesar disso, o município ainda enfrenta desafios no campo do desenvolvimento social e da inclusão socioeconômica das pessoas. O IDHM do município, apesar de ter experimentado uma alta significativa nos dez últimos anos, saltando de 0,435 em 2000 para 0,594, em 2010, ainda é considerado baixo, segundo os padrões internacionais de análise. Além disso, cerca de 21,25% da população eram considerados extremamente pobres em 2010, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. O último decênio foi marcado por uma diminuição do valor da renda per capita no município (de R\$ 410,59 em 2000 para R\$ 353,67 em 2010).

A população do município está distribuída de forma quase idêntica nas áreas rurais e urbanas: 51% da população vivem no campo, contra 49% que residem em domicílios urbanos. Na educação básica, as matrículas em escolas localizadas na zona rural são superiores: em 2015, elas somavam, ao todo, 9.065 estudantes, dos quais 8.062 estavam em escolas municipais, enquanto as matrículas registradas nas escolas da área urbana alcançavam, no total, 8.737 estudantes, dos quais, 6.526 em escolas municipais. Com essa distribuição, é bastante relevante que a Secretaria Municipal de Educação esteja atenta às características, especificidades e condições de funcionamento singulares das escolas rurais.

Os dados referentes ao atendimento em creches e pré-escolas em São Félix do Xingu assinalam que a sua cobertura de matrículas para a faixa etária de

0 a 3 anos é superior à média do estado do Pará: o município atendia 14,06%. Na faixa etária de 4 e 5 anos, entretanto, essa realidade é diferente: estavam matriculados nas pré-escolas apenas 50,43%.

Em São Félix do Xingu, no último Censo realizado pelo IBGE em 2010, apenas 77,96% da população entre 6 e 14 anos estavam matriculados na escola. Esse percentual revela um desafio bastante significativo para o município, uma vez que a meta 2 do Plano Nacional de Educação estabelece a universalização do Ensino Fundamental no Brasil como um compromisso prioritário. É importante ressaltar que o município apresentava, em 2010, índices muito inferiores à média do estado e também à média nacional, ambos acima dos 95% de crianças e adolescentes dessa faixa etária matriculados na escola. Além do desafio de incluir essa população no sistema educacional, vale ressaltar a importância de possibilitar que os estudantes tenham uma trajetória escolar sem atrasos ou defasagens entre a idade cronológica e a série que frequentam. O PNE propõe o compromisso de garantir que, no mínimo, 95% das crianças e adolescentes concluam o Ensino Fundamental na idade adequada. Os dados mais recentes do município (2014), revelam que, apesar da diminuição observada nos últimos anos, cerca de 35% das crianças matriculadas nos anos iniciais e 49% das crianças matriculadas nos anos finais do Ensino Fundamental apresentavam algum atraso na trajetória escolar e se encontravam em condição de distorção idade-série.

As escolas localizadas no município atendiam, em 2015, um total de 317 crianças e adolescentes

com deficiência. 25 deles estavam matriculados na Educação Infantil, e 280, no Ensino Fundamental regular, e outros 12, na Educação de Jovens e Adultos. Para atender todo esse contingente, segundo dados do Ministério da Educação, o município dispunha de apenas uma sala de recursos multifuncionais em funcionamento na rede. Se considerarmos o que preconiza a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, esse dado representa um atendimento muito restrito ao direito dos estudantes com deficiência.

A evolução histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do município de São Félix do Xingu revela uma trajetória de recuos e avanços. Nos anos iniciais, depois de alcançar o patamar de 4,1 em 2011 (praticamente 1,0 ponto acima da média proposta pelo Ministério da Educação), o município recuou, em 2013, para o mesmo patamar alcançado em 2009 (3,2 pontos) e, em 2015, avançou novamente, alcançando a meta de 3,8 pontos, estabelecida pelo Ministério da Educação. Nos anos finais do Ensino Fundamental, os valores oscilaram ainda mais: em 2007, o índice alcançou 3,3 pontos (um décimo acima da meta proposta pelo MEC) e, em 2009, recuou para 3,1 pontos, avançando para 3,7 pontos em 2011, atingindo a meta proposta pelo Ministério. Em 2013 e 2015, foram dois recuos sucessivos (3,3 e, depois, 3,0 pontos). A trajetória é preocupante porque revela dificuldades do município em sustentar o desempenho da rede em termos de fluxo escolar e de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.

S. FÉLIX DO XINGU

PARÁ

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

CRECHE			PRÉ-ESCOLA			ANOS INICIAIS		
EDUCAÇÃO INFANTIL						ENSINO FUNDAMENTAL		
	PÚBLICA	PRIVADA		PÚBLICA	PRIVADA		PÚBLICA	PRIVADA
URBANA/ RURAL	776/169	0/0	URBANA/ RURAL	871/797	82/0	URBANA/ RURAL	2.555/4.714	266/0
INTEGRAL/ PARCIAL	277/668	0/0	INTEGRAL/ PARCIAL	0/1.668	0/82	INTEGRAL/ PARCIAL	1.958/5.311	0/266
REGULAR/ ESPECIAL	942/3	0/0	REGULAR/ ESPECIAL	1.646/22	82/0	REGULAR/ ESPECIAL	7.076/193	266/0

INFRAESTRUTURA 2015

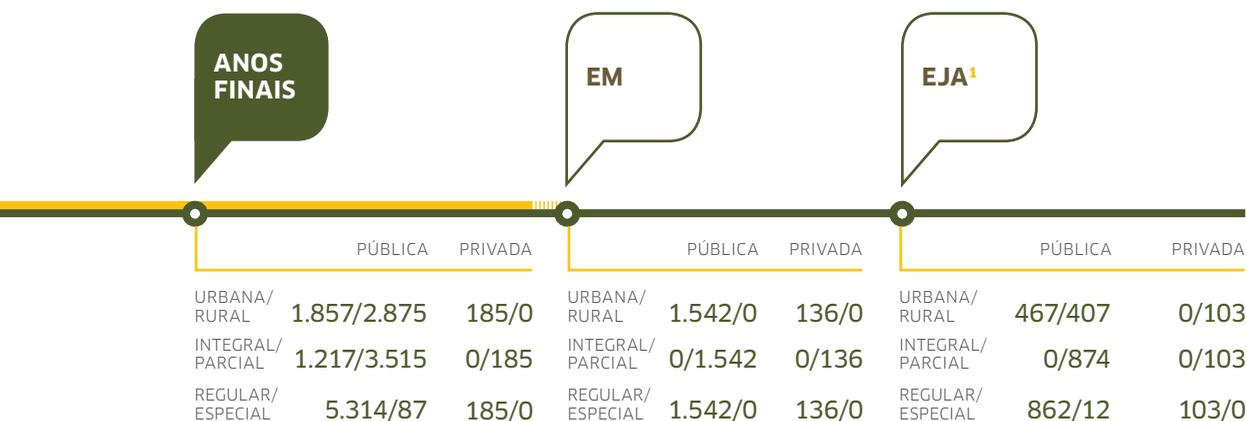
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
				
15	7	13	6	0
8 ÁREA URBANA	4 ÁREA URBANA	8 ÁREA URBANA	3 ÁREA URBANA	0 ÁREA URBANA
7 ÁREA RURAL	3 ÁREA RURAL	5 ÁREA RURAL	3 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte Sinopse da Educação Básica 2015 divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos



TOTAL DE ESCOLAS



112

18 ÁREA URBANA

94 ÁREA RURAL

TOTAL DE ESCOLAS DETALHAMENTO



URBANAS

- 9** Educação Infantil Regular
- 11** Ensino Fundamental Regular
- 4** Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 13** Escolas indígenas
- 21** Educação Infantil Regular
- 93** Ensino Fundamental Regular
- 7** Educação de Jovens e Adultos

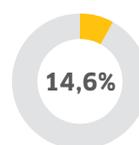
METAS DO PNE

META 1

Apesar dos significativos avanços identificados na última década, praticamente todas as redes municipais do país têm encontrado dificuldades em incluir maiores contingentes de crianças de 0 a 3 anos na Educação Infantil. Da mesma forma, o atendimento às crianças de 4 e 5 anos, que já deveria estar universalizado para o ano de 2017, ainda se configura como uma promessa na agenda das políticas educacionais brasileiras. São Félix do Xingu não escapa desse panorama e precisa encontrar caminhos para avançar. Em 2010, estavam matriculadas na Educação Infantil apenas 14,06% das crianças de 0 a 3 anos e apenas 50,43% das crianças de 4 e 5 anos.

Articular os esforços locais com o apoio e a assistência técnica e financeira da União e do estado do Pará é imprescindível. Nos últimos anos, os programas de transferência de recursos do FNDE, como o ProInfância, têm possibilitado que muitos municípios ampliem sua rede física de creches. Programas semelhantes têm sido desenvolvidos por estados para apoiar seus municípios, numa proposta de colaboração e cooperação federativa prevista na nossa própria Constituição e na nossa LDB. A celebração de convênios, nos quais o poder público se compromete com o repasse de recursos para que sejam criadas vagas em unidades geridas por entidades comunitárias e assistenciais filantrópicas tem sido um caminho bastante utilizado pelos municípios. Para saber mais, consulte o documento "Orientações sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas sem Fins Lucrativos para a Oferta de Educação Infantil" (MEC, 2009)

FREQUÊNCIA - CRECHES Crianças de 0 a 3 anos



PARÁ

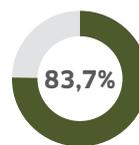
PNAD 2014



S. FÉLIX DO XINGU

CENSO IBGE 2010

FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA Crianças de 4 e 5 anos



PARÁ

PNAD 2014



S. FÉLIX DO XINGU

CENSO IBGE 2010

A importância do atendimento educacional adequado na primeira infância coloca o compromisso de expansão das matrículas das crianças de 0 a 5 anos como prioridade na agenda dos municípios. Criar os caminhos para essa expansão exige planejamento, criatividade e articulação com outras instâncias e instituições.

META 2

O Ensino Fundamental tem sido a etapa da educação básica na qual o Brasil mais investiu recursos públicos. Parte da explicação para essa condição especial está no fato de, durante muito tempo, ter sido o Ensino Fundamental a única etapa de oferta e matrícula obrigatórias para a população brasileira.

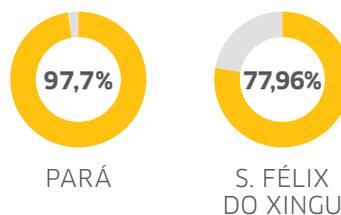
Entretanto, apesar dessa trajetória de priorização e da melhoria, o Ensino Fundamental ainda não logrou êxito em incluir todas as crianças de 6 a 14 anos e em oferecer a elas a garantia da conclusão do Ensino Fundamental na idade certa e com a aprendizagem adequada. Em São Félix do Xingu, há importantes correções a serem feitas, como forma de promover as condições necessárias para que esse compromisso seja cumprido.

É imprescindível que o município organize um esforço integrado e intenso para identificar quem são as crianças entre 6 e 14 anos que não estão frequentando a escola e quais são os fatores que têm impedido que elas possam usufruir desse direito. Em muitos casos, são as situações de vulnerabilidade e risco social que estão na raiz deste problema e, nesse sentido, será necessário que o município articule os esforços da Secretaria Municipal de Educação com as demais secretarias e órgãos da proteção social do município para acompanhar e apoiar as famílias e as crianças e garantir que elas possam ingressar e permanecer no sistema escolar.

Outra prioridade do município é criar políticas e programas de monitoramento da frequência e da aprendizagem das crianças, que possam identificar, precocemente, aqueles que correm maior risco de abandonar a escola ou de não aprenderem o que precisam para continuar nela. A identificação dessas crianças permitirá ao município criar estratégias para prevenir tanto o abandono quanto a reprovação escolar.

Articular esforços para identificar, acompanhar e apoiar as famílias e as crianças em condição de risco e vulnerabilidade social é um importante caminho para que o direito social à educação seja, de fato, vivenciado por todas as crianças de 6 a 14 anos.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
Crianças de 6 a 14 anos



CENSO IBGE 2010

S. FÉLIX DO XINGU

PARÁ

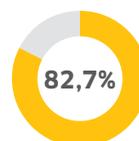
METAS DO PNE

META 3

São as escolas do sistema estadual de educação aquelas que devem acolher e oferecer as condições de ensino e aprendizagem mais adequadas aos jovens de 15 a 17 anos. A meta 3 do PNE, que estabelece um compromisso com a universalização imediata do atendimento desses jovens, não será cumprida se os municípios não desempenharem um papel ativo na colaboração com os estados. Os municípios paraenses precisam cooperar com o sistema estadual de ensino a fim de identificar os jovens que vivem em seu território e que estão fora da escola e articular esforços para que eles sejam incluídos de forma plena. Os dados da última PNAD revelam que cerca de 18% desses jovens, no estado do Pará, estavam excluídos do sistema educacional.

Além disso, a meta 3 estabelece um segundo compromisso: garantir que, no mínimo, 85% desses jovens estejam matriculados no Ensino Médio. Por força de situações de vulnerabilidade e risco social e em razão de episódios de reprovação e abandono temporário da escola, muitos jovens entre 15 e 17 anos que estão matriculados nas escolas ainda estão no Ensino Fundamental. Os dados mais recentes revelam que, no Pará, menos de 50% deles estão matriculados onde deveriam estar; isto é, nas três séries do Ensino Médio. Dessa maneira, são as escolas municipais que atendem uma parte significativa dessa população, no Ensino Fundamental. Tal realidade coloca uma outra responsabilidade na agenda do município: criar programas, ainda no Ensino Fundamental, para corrigir a trajetória de atraso escolar desses jovens e auxiliá-los a alcançar o Ensino Médio com as aprendizagens necessárias para que tenham sucesso.

JOVENS NA ESCOLA De 15 a 17 anos



PARÁ

PNAD 2014



S. FÉLIX
DO XINGU

CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO Jovens de 15 a 17 anos



PARÁ

PNAD 2014

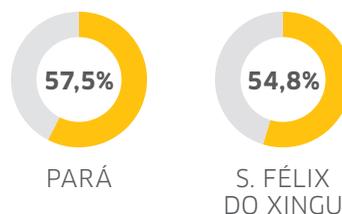
Incluir os jovens de 15 a 17 anos no sistema escolar e garantir que alcancem, no tempo certo, as aprendizagens necessárias, deve ser uma responsabilidade compartilhada entre o município e o sistema estadual de ensino.

META 5

Alfabetizar-se no tempo certo é condição fundamental tanto para que a continuidade da trajetória escolar seja bem-sucedida quanto para garantir a participação numa sociedade cada vez mais marcada pelas práticas de leitura e escrita. O Brasil criou a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, a fim de monitorar a qualidade da oferta educativa do ciclo de alfabetização (composto pelos três primeiros anos do Ensino Fundamental) e, assim, permitir que o poder público localize quais são os investimentos ainda necessários para alcançarmos esse objetivo. Em São Félix do Xingu, a edição de 2014 da ANA revelou que 54,8% das crianças ao final do 3º ano do Ensino Fundamental demonstravam desempenho adequado em leitura, enquanto apenas 31% dessas crianças demonstravam desempenho adequado na escrita. Isso significa que, após três anos de escolarização, sete em cada dez crianças ainda não haviam alcançado as aprendizagens indispensáveis no processo de alfabetização.

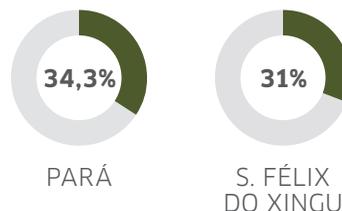
Para reverter esse quadro, é urgente que o município invista na formação dos professores alfabetizadores, para que possam desenvolver situações de aprendizagem mais potentes. Também é imprescindível que sejam disponibilizados às escolas materiais didáticos adequados para dar sustentação ao trabalho pedagógico dos professores. Outra medida importante é a criação de mecanismos de monitoramento e acompanhamento das aprendizagens das crianças desde o primeiro ano, que permitam identificar, de forma precoce, quais são as crianças que estão apresentando dificuldades em avançar e para que sejam criadas, de forma rápida, ações de apoio e recuperação paralela.

PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM LEITURA Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM ESCRITA Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

Para reverter os indicadores de baixo desempenho no processo de alfabetização, é imprescindível fortalecer e ampliar as ações de formação de professores alfabetizadores, garantir bons materiais didáticos e a criação de estratégias de identificação e apoio às crianças com dificuldades para avançar.

S. FÉLIX DO XINGU

PARÁ

METAS DO PNE

META 7

A melhoria dos indicadores de aprendizagem e fluxo no Ensino Fundamental, que compõem o IDEB, exige que o município esteja atento a fatores diversificados, como a formação dos professores, a existência de uma proposta curricular de conhecimento da rede e que sustente bons processos de avaliação e aprendizagem e as condições de infraestrutura dos equipamentos escolares, dentre outros.

Embora o município tenha alcançado desempenho satisfatório em algumas edições do IDEB, o período entre 2005 e 2015 é marcado por recuos e avanços e, em especial, nos anos finais do Ensino Fundamental, o patamar de qualidade identificado em 2015 é menor do que o índice alcançado em todas as edições anteriores. Ampliar a potência das aprendizagens e corrigir os problemas de fluxo escolar são o caminho para uma melhoria sustentável nesse campo.

Assim, é urgente que o município atente para ações que enfrentem essa situação, tais como a) a construção e/ou atualização de uma proposta curricular; que permita que todas as escolas e professores da rede compreendam o que devem ensinar para todos os estudantes; b) o investimento na formação dos professores, já que apenas 10% dos professores de Língua Portuguesa e 15% dos professores de Matemática possuíam, em 2014, licenciatura na área em que ensinavam; c) um controle e acompanhamento sistemático do abandono escolar e da reprovação; e d) um olhar cuidadoso para as condições de infraestrutura física e pedagógica dos espaços escolares. Esses fatores, muitas vezes, impedem que sejam cumpridos o número de dias letivos e o mínimo de horas dedicadas ao trabalho pedagógico ou, ainda, impedem que os professores desenvolvam, de forma adequada, as atividades de ensino indispensáveis para a garantia da aprendizagem.

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS								
S. F. DO XINGU	2,7	3,2	4,1	3,2	3,8			
METAS	2,5	2,8	3,2	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4,0	4,5			
ANOS FINAIS								
S. F. DO XINGU	3,3	3,1	3,7	3,3	3,0			
METAS	3,2	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
ENSINO MÉDIO								
PARÁ	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

Elaborado a partir dos dados disponíveis nas bases do MEC/INEP.

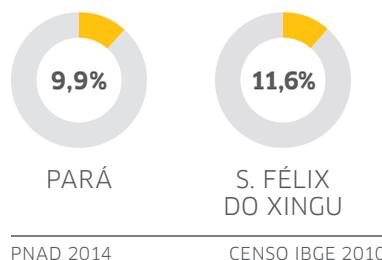
META 9

A sociedade brasileira, ao longo da sua história, tem convivido com um grave quadro de desigualdades sociais e econômicas. Embora tenhamos avançado bastante nos últimos anos, a lógica e o funcionamento da nossa sociedade ainda permitem que uma série de direitos sociais, econômicos e culturais sejam negados a uma parcela significativa da população. Uma das faces mais duras dessa realidade são os nossos índices persistentes de analfabetismo. Desde a nossa Constituição de 1988, estabelecemos o compromisso de erradicar o analfabetismo. Quase trinta anos depois, ainda não alcançamos esse objetivo, uma vez que temos quase 10% dos brasileiros e brasileiras ainda analfabetos no país.

No município de São Félix do Xingu, o índice de analfabetismo estimado no Censo de 2000 era de 23,85%. Dez anos depois, o IBGE estimou as populações jovem e adulta não alfabetizadas do município em 13,11%. Os esforços empreendidos para que esse avanço fosse possível revelam que há um caminho a ser trilhado e que parte dele já é de conhecimento do município. Ações importantes para ampliar o impacto desses esforços são a identificação da população que ainda não foi atendida por esse direito e o mapeamento cuidadoso das suas características e especificidades: dependendo do território em que vivem, da idade, da configuração familiar e comunitária, serão necessários programas e políticas de alfabetização muito diferenciados entre si. Os programas e ações do município devem dialogar com as metodologias e com a assistência técnica e financeira do governo estadual e da União. O Guia de Tecnologias Educacionais do Ministério da Educação oferece um conjunto de metodologias que podem ajudar o município a avançar nessa oferta.

Continuar avançando no combate ao analfabetismo e encontrar metodologias e programas que acolham as características e singularidades de cada grupo da população são desafios importantes para São Félix do Xingu. A articulação e o diálogo entre o poder público municipal e outras instâncias da administração pública são importantíssimos para garantir o bom funcionamento da assistência técnica e financeira do governo do estado e da União.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais

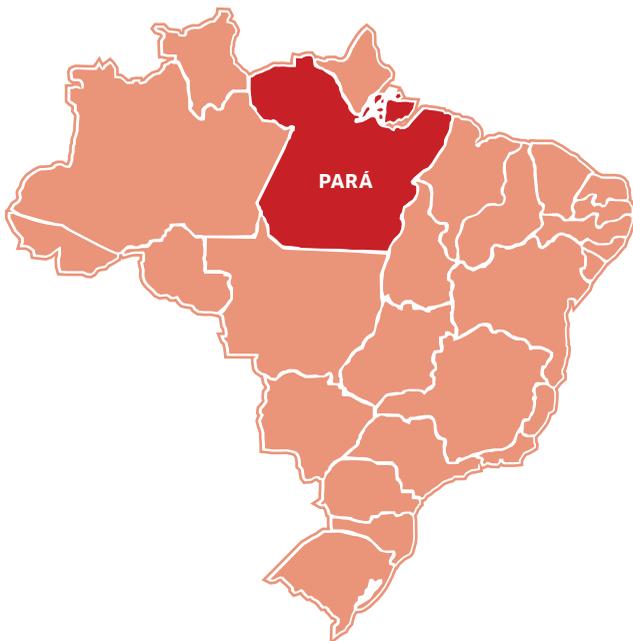




SEN. JOSÉ PORFÍRIO / PA



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA



Senador José Porfírio é um dos três municípios brasileiros que possuem enclaves. Um trecho de seu território está separado do restante pelos municípios de Anapu e Vitória do Xingu.

DISTÂNCIA

829km

até Belém, por estrada

SEN. JOSÉ PORFÍRIO

POPULAÇÃO 2010

13.045 

PROJEÇÃO 2016

11.587 

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051 

PROJEÇÃO 2016

8.272.724 

*dados do IBGE

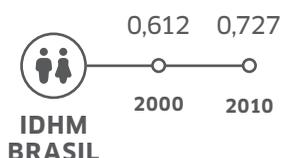
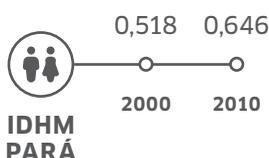
PIB

R\$93.655,00

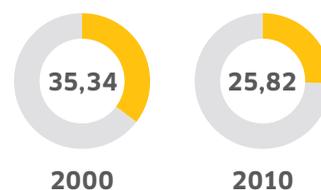
PIB

R\$120.949.000,00

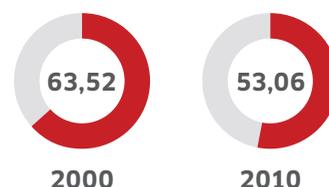
SEN. JOSÉ PORFÍRIO / PA /



POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

Ano	RENDA PER CAPITA (R\$)
2000	R\$ 168,31
2010	R\$ 193,52

ÍNDICE DE GINI

Ano	ÍNDICE DE GINI
2000	0,59
2010	0,54

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

A nossa Constituição Federal de 1988 e a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 consagraram a educação como um direito social universal, público e subjetivo. Também estabeleceram o compromisso que os poderes públicos devem assumir com a garantia desse direito, articulando governos municipais, estaduais e a União. Os municípios, responsáveis diretos pela Educação Infantil e cada vez mais protagonistas na oferta do Ensino Fundamental, precisam construir e implementar políticas públicas para atender às diferentes necessidades do público de 0 a 14 anos, além de participar ativamente da Educação de Jovens e Adultos. Para lidar com esse enorme desafio, é preciso conhecer e interpretar as informações disponíveis, a fim de construir um adequado diagnóstico das potencialidades e das limitações de cada território.

SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

Com uma população em declínio, estimada em 11.587 habitantes para o ano de 2016 (IBGE), o município apresentou uma melhora em seu Índice de Desenvolvimento Humano na última década, que saltou de 0,361 em 2000 para 0,514 em 2010. Entretanto, ainda assim, no ano de 2010, cerca de 53% da população eram classificados como extremamente pobres, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, e a renda per capita do município não alcançava R\$ 220,00. Tais indicadores sinalizam um grau de vulnerabilidade social elevado.

A Educação Infantil, campo importante da atuação do poder público municipal e uma das políticas que mais impactam a vulnerabilidade e o risco

social, ainda tem cobertura restrita no município. Conforme o Censo Demográfico do IBGE (2010), apenas 7,28% das crianças de 0 a 3 anos do município estavam matriculadas em creches e pouco mais de 62,5% das crianças de 4 e 5 anos estavam matriculadas nas pré-escolas. Tais índices estão abaixo da média do estado do Pará e distantes, ainda, das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, que já previa, em 2016, a universalização do atendimento das crianças de 4 e 5 anos.

A população do município está distribuída de forma praticamente igual entre as áreas rurais e a área urbana do município. As matrículas na educação básica também estão divididas de forma equilibrada. No ano de 2015, conforme dados da Sinopse Es-

tatística da Educação Básica, estudavam em escolas urbanas 2.758 alunos (dos quais, 2.290 em unidades municipais). Nas escolas rurais, estavam matriculados 2.456 estudantes, todos em escolas municipais. Do total de matrículas, 73 eram de estudantes com algum tipo de deficiência. Todas essas matrículas eram em classes comuns. Tais dados sobre a educação especial inclusiva colocam em evidência a importância de o município aprofundar e ampliar o investimento no atendimento educacional especializado (AEE). Em 2013, os dados disponíveis nos arquivos do INEP indicavam a existência de duas salas de recursos multifuncionais no município, com apenas uma em funcionamento, na zona urbana.

O Censo de 2010 indicava que 92,4% da população de 6 a 14 anos que viviam em Senador José Porfírio estavam frequentando uma escola. Apesar de uma evolução significativa na última década, esse índice ainda era inferior à média do Pará e à média nacional. O esforço para a universalização do Ensino Fundamental ainda precisa continuar e alcançar as populações que, por diferentes razões, estão excluídas da escola. Na mesma perspectiva, é importante que a Secretaria Municipal de Educação esteja atenta às questões relativas ao fluxo escolar. Apesar de o percentual estar em queda desde o final dos anos 1990, o município ainda apresenta 34,8% de crianças em atraso escolar (distorção idade-série) nos anos iniciais e cerca de 53,4% de crianças em atraso escolar nos anos finais do Ensino Fundamental.

O desempenho do município nas edições do IDEB entre 2005 e 2015 tem sido instável. Nos anos iniciais, o município alcançou ou superou a meta proposta pelo Ministério da Educação nos anos de 2007, 2009 e 2011. Entretanto, no ano de

2013, o IDEB dos anos iniciais recuou 0,6 décimos em relação a 2011, atingindo um nível inferior a 2009. Apesar da recuperação alcançada em 2015, quando o município recuperou o patamar de 2011, a meta proposta pelo MEC não foi atingida. Nos anos finais, a situação é semelhante. Após ter alcançado a meta proposta para 2007 e superado a meta proposta para 2009, quando alcançou o índice de 4,1, nas edições de 2011 e 2013, o desempenho do município caiu sucessivamente para 3,6 e 3,4. Apesar de ter alcançado seu melhor desempenho em 2015 (4,1), a meta proposta pelo MEC não foi atingida. Parecem permanecer, assim, tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais do Ensino Fundamental o desafio para a qualidade da oferta educativa no município.

A Educação de Jovens e Adultos também merece destaque dentre as preocupações da Secretaria Municipal de Educação. No ano de 2015, estavam matriculados na EJA 352 estudantes, dos quais 210 frequentavam classes e escolas na área urbana do município e 142 nas áreas rurais. Esses dados precisam ser analisados à luz dos indicadores de analfabetismo da população com 15 anos ou mais.

Por fim, é preciso lembrar que as ações de educação integral e a implantação de escolas de tempo integral são estruturantes para melhorar a qualidade da oferta educativa e para combater o abandono, a evasão e as condições de vulnerabilidade associadas ao fracasso escolar. Por isso, programas federais e estaduais têm auxiliado os municípios a implementar unidades de tempo integral e programas de educação integral em todo o país. É importante que a Secretaria Municipal mantenha seus esforços para ofertar opções desse tipo aos estudantes.

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS		
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	
EDUCAÇÃO INFANTIL					ENSINO FUNDAMENTAL		
URBANA/ RURAL	53/0	0/0	277/625	0/0	URBANA/ RURAL	1.134/1.222	0/0
INTEGRAL/ PARCIAL	0/53	0/0	0/902	0/0	INTEGRAL/ PARCIAL	298/2.058	0/0
REGULAR/ ESPECIAL	53/0	0/0	902/0	0/0	REGULAR/ ESPECIAL	2.312/44	0/0

INFRAESTRUTURA 2015

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
				
10	5	2	2	0
4 ÁREA URBANA	3 ÁREA URBANA	2 ÁREA URBANA	2 ÁREA URBANA	0 ÁREA URBANA
6 ÁREA RURAL	2 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte Sinopse da Educação Básica 2015 divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos



TOTAL DE ESCOLAS



28

5 ÁREA URBANA

23 ÁREA RURAL

TOTAL DE ESCOLAS DETALHAMENTO

URBANAS

- 1 Educação Infantil Regular
- 5 Ensino Fundamental Regular
- 1 Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 22 Educação Infantil Regular
- 23 Ensino Fundamental Regular
- 4 Educação de Jovens e Adultos

SEN. JOSÉ PORFÍRIO

PARÁ

METAS DO PNE

META 1

O desafio de incluir as crianças pequenas no sistema educacional é comum a todos os municípios brasileiros. Nos últimos anos, temos avançado de forma sustentável e contínua nesse campo, mas ainda estamos distantes da cobertura considerada ideal. Alguns municípios, mais vulneráveis e com menos recursos disponíveis para investir nessa expansão, apresentam situações mais delicadas, como é o caso de Senador José Porfírio.

O Ministério da Educação, através do FNDE, nos últimos oito anos, intensificou a assistência técnica e financeira aos municípios para a construção de creches, através do programa ProInfância. Programas semelhantes têm sido propostos pelos governos dos estados. Articular junto a essas instâncias a busca de recursos é um passo essencial para que o município avance. Também têm sido comuns experiências de parceria com associações comunitárias e filantrópicas para celebração de convênios nos quais o poder público pactua o atendimento indireto das crianças. Em 2009, o Ministério da Educação publicou o documento "Orientações sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas sem Fins Lucrativos para a Oferta de Educação Infantil". Tanto uma alternativa quanto outra podem funcionar como soluções temporárias para o processo de expansão das matrículas, ainda que seja salutar ampliar e fortalecer o atendimento em unidades da rede direta.

FREQUÊNCIA - CRECHES
Crianças de 0 a 3 anos



PARÁ

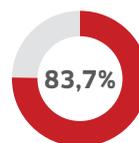
PNAD 2014



SEN. JOSÉ
PORFÍRIO

CENSO IBGE 2010

FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA
Crianças de 4 e 5 anos



PARÁ

PNAD 2014



SEN. JOSÉ
PORFÍRIO

CENSO IBGE 2010

Buscar apoio junto ao governo do estado, ao governo federal e à sociedade civil, estabelecendo, a depender das condições específicas do território, parcerias para a ampliação das vagas da Educação Infantil é uma prioridade para que o município possa avançar rumo ao cumprimento da meta 1 do Plano Nacional de Educação.

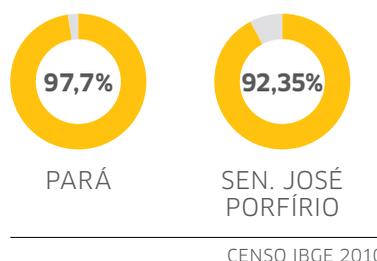
META 2

O Plano Nacional de Educação prevê que o Brasil consolide a universalização do Ensino Fundamental, incluindo 100% das crianças de 6 a 14 anos na escola e garantindo que 95% delas concluam essa etapa na idade certa. Com os investimentos empenhados nas duas últimas décadas, a primeira parte dessa meta parece estar próxima de ser alcançada. Entretanto, ainda há um esforço a ser feito pelo município de Senador José Porfírio para avançar da taxa atual de 92,35%, identificando e localizando as crianças que não estão ainda nas escolas do município e criar mecanismos de acompanhamento capazes de dar o suporte necessário para que elas ingressem, permaneçam e tenham sucesso em sua trajetória educacional.

Quanto à segunda dimensão da meta 2 do PNE, os investimentos precisarão ser consideravelmente maiores. Para superar taxas ainda elevadas de distorção idade-série que impedem que as crianças concluam o Ensino Fundamental na idade correta, o município precisará estar atento às causas dessa defasagem. Em geral, uma parte das crianças acumula atraso na trajetória escolar devido ao ingresso tardio, mas a maior parte delas está em distorção idade-série por força de episódios de reprovação e/ou evasão escolar seguida de retorno. Assim, a Secretaria Municipal de Educação precisa aprofundar ações e programas que possam prevenir a reprovação (como as estratégias de recuperação paralela e os grupos de apoio pedagógico dentro ou fora do turno escolar), bem como os projetos de recuperação de ciclo e correção de fluxo ou aceleração. Para esse segundo campo de atuação, é possível contar com metodologias já disponíveis no Guia de Tecnologias do Ministério da Educação. Também é possível estabelecer projetos desse tipo em parceria com a rede estadual de ensino.

A Secretaria Municipal de Educação desempenha um importante papel na inclusão das crianças de 6 a 14 anos que estão fora da escola e também na orientação e no acompanhamento sistemático das escolas para que elas possam organizar o trabalho pedagógico capaz de prevenir a reprovação e a evasão/abandono escolar.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
Crianças de 6 a 14 anos



METAS DO PNE

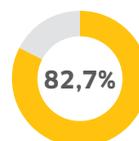
META 3

A nossa legislação preconiza que os estados são os principais responsáveis e operadores da educação pública de nível médio, implementando as políticas que garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem dos jovens de 15 a 17 anos nessa etapa da educação básica.

Entretanto, em todo o país, a situação que temos exige um compartilhamento da responsabilidade por essa importante meta do Plano Nacional de Educação. Isso porque existe ainda um percentual grande de jovens entre 15 e 17 anos que sequer estão na escola. A esmagadora maioria desses excluídos do sistema educacional não concluiu o Ensino Fundamental e, em alguns casos, sequer estiveram algum momento matriculados na escola. No caso do Pará, são quase 18% de jovens que precisam retornar à escola, uma vez que apenas pouco mais de 82% dessa população estão matriculados no sistema oficial de ensino. Além disso, é preciso que estado e município, juntos, enfrentem outro desafio: parte significativa dos 82% dos jovens que estão matriculados na escola ainda frequenta o Ensino Fundamental: no Pará, apenas 47% da população de 15 a 17 anos estão no Ensino Médio.

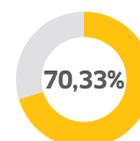
A Secretaria Municipal de Educação pode colaborar com o cumprimento da meta 3 do PNE combatendo a cultura de reprovação e os fatores que provocam o atraso na escolarização dos jovens, investindo em programas de correção de fluxo e formação de professores. Em parceria com o Sistema Estadual de Ensino, o município também pode atuar na localização e na chamada pública dos jovens nessa faixa etária que estão fora da escola e consolidar uma rede de apoio e proteção social para fazê-los ingressar e permanecer no sistema escolar.

JOVENS NA ESCOLA De 15 a 17 anos



PARÁ

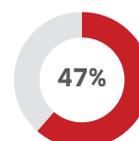
PNAD 2014



SEN. JOSÉ
PORFÍRIO

CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO Jovens de 15 a 17 anos



PARÁ

PNAD 2014

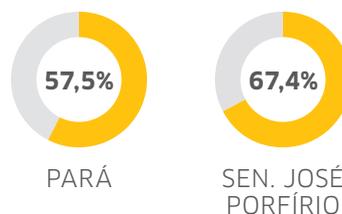
Para garantir o direito à educação para todos os jovens de 15 a 17 anos, é importante articular esforços do município e do governo do estado para identificar, incluir, acompanhar e apoiar aqueles que estão fora da escola e aqueles que se encontram em defasagem idade-série no Ensino Fundamental.

META 5

Além de ter valor em si, a alfabetização sustenta uma série de processos de inclusão cidadã e, por isso, alcançou lugar privilegiado nas políticas educacionais brasileiras ao longo do século XX. A consolidação da ideia de um ciclo de alfabetização, composto pelos três primeiros anos do Ensino Fundamental, e a inclusão de uma meta explícita de universalização da alfabetização até os oito anos de idade são conquistas importantes para o país e, nesse sentido, todos os municípios devem estar comprometidos em garantir que as crianças alcancem níveis adequados de aprendizagem e proficiência especialmente nessa fase.

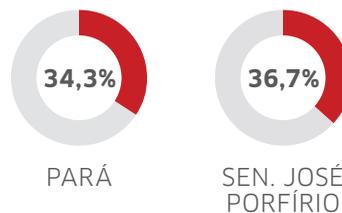
Os dados da edição de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA revelam que apenas 64,7% das crianças matriculadas no 3º ano do Ensino Fundamental na rede pública da cidade alcançaram o nível adequado de proficiência em leitura e somente 38,7% delas alcançaram o nível adequado de proficiência na escrita. São dados preocupantes, que apontam para a necessidade de um investimento focado na construção de uma política municipal de alfabetização e letramento para todo o sistema (desde a Educação Infantil), envolvendo formação de professores alfabetizadores, oferta de materiais didáticos especificamente voltados para apoiar o processo de ensino e aprendizagem do sistema de escrita e identificação e acompanhamento precoce das crianças que apresentam dificuldades desde o primeiro ano, em atividades e projetos que identifiquem as dificuldades de cada estudante e construam situações de atendimento complementar para ajudá-los a avançar.

PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM LEITURA Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM ESCRITA Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

É preciso investir em uma Política Municipal de Alfabetização e Letramento que acolha ações de formação de professores alfabetizadores, oferta de bons materiais didáticos focados no processo de ensino e aprendizagem do sistema de escrita, na criação de propostas de apoio e intervenção precoce para crianças que apresentem dificuldades.

METAS DO PNE

META 7

Atentar para o fluxo escolar, identificando e intervindo de forma rápida nas distorções encontradas nos índices de aprovação, reprovação e abandono e aprofundar o foco na formação de professores e no alinhamento da proposta curricular da rede de ensino são importantes caminhos para uma melhora sustentável da aprendizagem e, portanto, do IDEB na rede de Senador José Porfírio.

Embora tenha alcançado e superado as metas propostas pelo MEC para os anos iniciais do Ensino Fundamental nas edições de 2007, 2009 e 2011, atingindo o patamar de 4,0, o município apresentou uma queda acentuada de desempenho em 2013, atingindo níveis inferiores a 2009. Mesmo retomando o patamar de 4,0 em 2015, esse índice esteve abaixo da meta prevista (4,2).

Nos anos finais do Ensino Fundamental, o quadro é um pouco mais complicado. Em 2007 e em 2009, o município atingiu a meta proposta pelo MEC, alcançando, respectivamente, os índices de 3,2 e 4,1 no IDEB. Entretanto, nos anos de 2011 e 2013, apresentou quedas sucessivas (3,6 e 3,4), retomando uma trajetória ascendente somente em 2015, quando atingiu o patamar de 4,2, ainda abaixo da meta prevista pelo MEC (4,4). Para sustentar o caminho retomado em 2015, é imprescindível que o município amplie o foco na formação de professores e que verifique a existência e qualidade de uma proposta curricular para a rede de ensino na qual estejam claros quais são os conteúdos de ensino que deverão ser ministrados, a fim de que os estudantes desenvolvam as competências e habilidades desejadas para cada ano e etapa do Ensino Fundamental. Também é importante analisar como está o fluxo (as taxas de reprovação, abandono e evasão escolar), já que este é um componente estruturante do IDEB.

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS								
S. J. PORFÍRIO	2,7	3,9	4,0	3,4	4,0			
METAS	2,2	2,9	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4,0	4,5			
ANOS FINAIS								
S. J. PORFÍRIO	3,2	4,1	3,6	3,4	4,2			
METAS	3,2	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
ENSINO MÉDIO								
PARÁ	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

META 9

Jovens e adultos que não dominam o sistema de escrita estão excluídos de importantes dimensões da vida contemporânea. Na vida cotidiana, as práticas de leitura e escrita autorizam (ou desautorizam) o pleno gozo de direitos fundamentais.

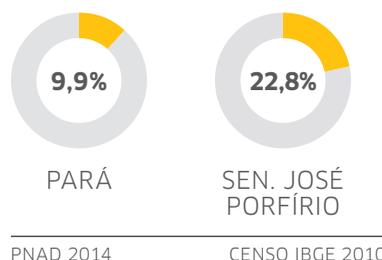
Dessa forma, a superação do analfabetismo é um compromisso fundamental do poder público e deve envolver esforços de todas as esferas governamentais no sentido de acolher a população jovem e adulta que ainda não domina o sistema de escrita e também no sentido de organizar um modelo de educação e alfabetização de jovens e adultos capaz de garantir que essa população permaneça no sistema escolar e conclua a educação básica com sucesso.

É importante que a Secretaria Municipal de Educação reúna esforços para identificar quem são esses jovens e adultos e quais foram os fatores que impediram sua alfabetização no tempo certo, a fim de que possa construir estratégias e ações para enfrentar essa desigualdade, com programas de alfabetização nas suas políticas de Educação de Jovens e Adultos. Ao identificar esses cidadãos e cidadãs, o município terá condições de escolher quais são os caminhos mais adequados para cada grupo: os jovens, por exemplo, precisarão de um tipo de programa diferente daquele voltado para os mais velhos e para os idosos. Da mesma forma, a população que vive no campo, por exemplo, precisará de condições diferentes daquela que vive na cidade.

Em Senador José Porfírio, a taxa de analfabetismo entre jovens e adultos com 15 anos ou mais era uma das mais altas da região: quase 25% no último Censo IBGE. Em outras palavras, uma em cada quatro pessoas acima de 15 anos não sabia ler ou escrever. Sem priorizar esse desafio, será bastante difícil cumprir a meta 9 do Plano Nacional de Educação.

Priorizar programas e ações de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos é um compromisso fundamental para o município, que ainda possui taxas altas de analfabetismo entre os jovens e adultos com 15 anos ou mais. Ações que evitem esse resultado, como a melhora dos índices do EF, também são imprescindíveis para que situações como essas sejam extintas ao longo do tempo.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais





URUARÁ / PA

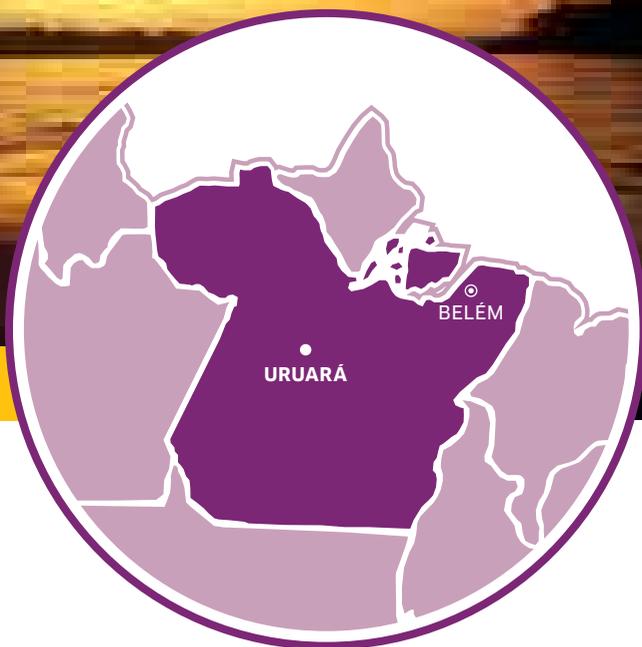


IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA



Uruará, Trairão e Tutuí são os três rios que, com seus afluentes, compõem o cenário hidrográfico deste município.

DISTÂNCIA

992km

até Belém, por estrada

URUARÁ

POPULAÇÃO 2010

44.789 

PROJEÇÃO 2016

44.370 

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051 

PROJEÇÃO 2016

8.272.724 

*dados do IBGE

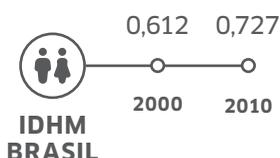
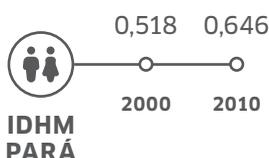
PIB

R\$361.234,00

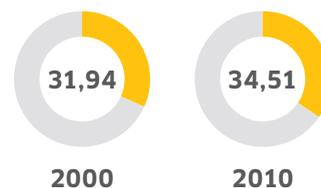
PIB

R\$120.949.000,00

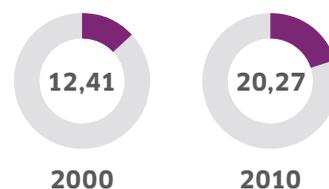
URUARÁ / PA /



POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

2000	2010
R\$ 410,59	R\$ 353,67

ÍNDICE DE GINI

2000	2010
0,59	0,57

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

PARÁ

URUARÁ

Em nosso pacto federativo, a responsabilidade pela formulação e implementação das políticas educacionais é compartilhada pela União, pelos estados e pelos municípios. Embora o Brasil ainda não possua um Sistema Nacional de Educação, os três níveis da administração pública devem colaborar entre si técnica e financeiramente, de forma a garantir que cada criança, adolescente, jovem ou adulto tenha direito ao acesso, permanência e sucesso em sua trajetória escolar. Os municípios são operadores bastante importantes da educação básica, já que as matrículas da Educação Infantil e boa parte das matrículas do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos estão sob sua responsabilidade. Nessa perspectiva, é imprescindível que os gestores municipais conheçam e interpretem os dados relativos à situação educacional do território.

URUARÁ

Assim como outras cidades da região, a história de Uruará está intimamente ligada ao chamado Plano de Integração Nacional - PIN, proposto pelo presidente Médici a partir do Decreto-Lei nº 1.106, de junho de 1970. O PIN previa a construção de 15 mil quilômetros de rodovias na Região Amazônica, dentre os quais, cerca de 3.300 pertenceriam à BR-230 (Transamazônica). O povoado surge como uma das chamadas agrópolis (núcleos de até 600 casas, para abrigar famílias de colonos, com a oferta pública de serviços básicos para ocupação do território). A previsão era que fossem construídas agrópolis a cada 20 km de rodovia. No início dos anos 80, o povoado foi elevado à condição de distrito do município de Prainha. Pouco tempo depois, o distrito foi elevado à condição de muni-

cípio, alcançando sua autonomia pela Lei Estadual nº 5.435, de 1988. A instalação da administração municipal ocorreu no ano seguinte.¹

A população estimada de Uruará para 2016, segundo dados do IBGE, é de 44.730 habitantes, um pouco menor do que a população registrada no Censo de 2010 (44.796 habitantes). Entre 2000 e 2010, a renda per capita no município diminuiu: calculada em R\$ 410,59 no Censo da virada do século, alcançou o patamar de R\$ 353,67 em 2010. Apesar disso, o IDHM avançou de 0,518 para 0,646; com destaque para o indicador de educação (IDHM-E), que saltou de 0,197 para 0,420. A diminuição na renda per capita ajuda a explicar o empobrecimento da população. O percentual dos municí-

¹ Dados retirados do site oficial do IBGE e da página da web do município.

considerados extremamente pobres aumentou de 12,41% em 2000 para 20,27% em 2010.

Os indicadores socioeconômicos apontam para a importância das políticas sociais como mecanismos para garantir os direitos de cidadania para todos os uruarenses. No campo da primeira infância, em que todos os estudos e pesquisas apontam para o impacto dos programas de Educação Infantil de 0 a 5 anos no combate à vulnerabilidade, o município apresentava, no Censo de 2010, índices baixos de cobertura: 7,41% no atendimento em creches e 51,16% no atendimento de 4 e 5 anos. Ambos, em patamar abaixo da média do estado do Pará. Quando analisados os dados de matrícula das crianças de 6 a 14 anos (faixa etária do Ensino Fundamental), o município também apresenta média inferior de cobertura em relação ao estado do Pará (92,06%).

A população do município está distribuída praticamente em parcelas iguais nas áreas rurais e urbanas (cerca de 54% das pessoas vivem na área rural, contra 46% das pessoas que vivem em núcleos urbanos). Apesar disso, a grande concentração das matrículas da educação básica está na área urbana. Em 2015, dos 11.869 estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio, cerca de 8.367 estavam em escolas (1.706 em escolas estaduais, 6.297 em escolas municipais e 364 em escolas privadas). Do universo de estudantes matriculados na educação básica, 115 apresentam alguma deficiência, sendo que a grande maioria (109) estava matriculada no Ensino Fundamental. Vale sublinhar que apenas uma escola da rede apresentava sala de recursos multifuncionais para acolher essa demanda.

Os jovens de 15 a 17 anos também apresentam um desafio para as políticas educacionais no município, ainda que a etapa do Ensino Médio seja responsabilidade do estado. Apenas 67,81% da população nessa faixa etária estava matriculada na escola em 2010. Esse percentual é bastante inferior à média do estado do Pará (82,7%). Da mesma maneira, os dados sobre a população com 15 anos ou mais sinalizam uma outra dimensão desse desafio: são 15,1% de jovens e adultos que, em 2010, não haviam, ainda, conquistado o domínio do sistema de escrita.

Os indicadores de acesso à escola precisam ser considerados de forma articulada com os dados sobre permanência, conclusão e aprendizagem. Esses indicadores, combinados, estruturam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Desde que o Ministério da Educação propôs o índice e iniciou sua mensuração, Uruará demonstrou avanço significativo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, saltando de 2,7 pontos para 4,4 pontos no período de 2005 a 2015. Em todas as mensurações, o município superou as metas propostas pelo MEC. Nos anos finais, o desempenho entre 2005 e 2013 também alcançou ou superou as metas propostas pelo ministério, mas, em 2015, essa meta não foi alcançada.

O município tem articulado esforços para, em parceria com a União, oferecer oportunidades de educação integral e de educação em tempo integral na rede municipal. Em 2015, estavam matriculadas em regime de tempo integral, 433 crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental e outros 390 estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental.

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS		
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	
EDUCAÇÃO INFANTIL					ENSINO FUNDAMENTAL		
URBANA/ RURAL	168/18	40/0	632/272	55/0	URBANA/ RURAL	2.553/2.244	85/31
INTEGRAL/ PARCIAL	0/226	0/40	0/904	0/55	INTEGRAL/ PARCIAL	433/4.364	0/116
REGULAR/ ESPECIAL	226/0	40/0	903/1	55/0	REGULAR/ ESPECIAL	4.713/84	116/0

INFRAESTRUTURA 2015

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
				
5	9	7	2	0
5 ÁREA URBANA	7 ÁREA URBANA	5 ÁREA URBANA	1 ÁREA URBANA	0 ÁREA URBANA
0 ÁREA RURAL	2 ÁREA RURAL	2 ÁREA RURAL	1 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte Sinopse da Educação Básica 2015 divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos



TOTAL DE ESCOLAS



82

9 ÁREA URBANA

73 ÁREA RURAL

TOTAL DE ESCOLAS DETALHAMENTO

URBANAS

- 3 Educação Infantil Regular
- 6 Ensino Fundamental Regular
- 2 Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 14 Educação Infantil Regular
- 69 Ensino Fundamental Regular
- 1 Educação de Jovens e Adultos

METAS DO PNE

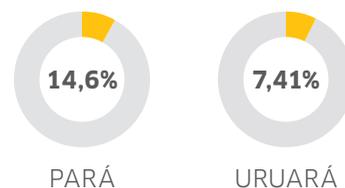
META 1

Em Uruará, o desafio de incluir as crianças de 0 a 3 anos e de universalizar o atendimento de 4 e 5 anos ainda é grande: no ano de 2014, os dados disponíveis no MEC indicavam a existência de três creches municipais e uma privada. Também assinalavam 17 pré-escolas municipais e outras duas privadas. O Censo de 2010 indicava que o município atendia pouco mais de 7% das crianças de 0 a 3 e pouco mais de 51% das crianças de 4 e 5 na Educação Infantil.

O Ministério da Educação, através do FNDE, nos últimos oito anos, aumentou a assistência técnica e financeira aos municípios para a construção de creches, através do programa ProInfância. Programas semelhantes têm sido propostos por governos estaduais. Articular junto a essas instâncias a busca de recursos é um passo essencial para que o município avance.

Parceria com associações comunitárias e filantrópicas para celebração de convênios para o atendimento indireto das crianças pode ser um caminho temporário. Mas é importante destacar que o modelo conveniado de atendimento deve ser considerado como uma alternativa temporária da ampliação do atendimento, já que, na maior parte das vezes, as melhores condições para essa oferta estão nas unidades diretas. Para saber mais, consulte o documento "Orientações sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Profissionais ou Filantrópicas sem Fins Lucrativos para a Oferta de Educação Infantil" (MEC, 2009).

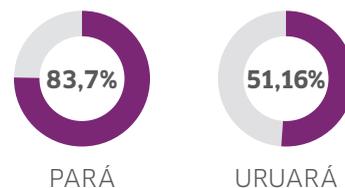
FREQUÊNCIA - CRECHES Crianças de 0 a 3 anos



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA Crianças de 4 e 5 anos



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

Ampliar a rede física de Educação Infantil para atender à demanda requer do município a articulação com outros agentes públicos e com a sociedade civil. Modelos alternativos, como o atendimento em tempo parcial nas creches, podem ser uma alternativa a depender das características de cada comunidade.

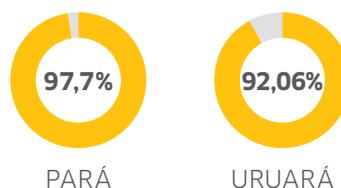
META 2

Universalizar o atendimento de 6 a 14 anos no Ensino Fundamental e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa da educação básica na idade certa foi o compromisso que assumimos com a meta 2 do PNE. Os últimos vinte anos trouxeram avanços significativos, tanto no que diz respeito à garantia do acesso quanto ao combate à cultura da reprovação e ao abandono escolar. Entretanto, há, ainda, um caminho longo a trilhar. Em Uruará, o Censo de 2010 indicava que 92,1% das crianças desta faixa etária estavam matriculadas na escola, num total de 8.263 matrículas. Os dados de 2015, divulgados pelo Ministério da Educação indicam um total de 8.002 matrículas (4.913 nos anos iniciais e 3.089 nos anos finais do Ensino Fundamental). A comparação de dados absolutos, num contexto em que a população total do município se manteve estável indica que o desafio de garantir o acesso de todas as crianças na escola ainda permanece grande. É fundamental, assim, promover um esforço para identificar quem são essas crianças e verificar quais são as causas que têm impedido sua matrícula e frequência à escola, desenvolvendo ações e programas que possam corrigir esse desvio. Para tanto, o município deve articular esforços da Secretaria Municipal de Educação com lideranças comunitárias e com outros órgãos, como o Conselho Tutelar e o órgão responsável pela Assistência Social no município.

Quanto à garantia de conclusão do Ensino Fundamental na idade certa, é preciso atentar para o fato de o município de Uruará ainda apresentar índices expressivos de crianças em condição de atraso no fluxo escolar ou distorção idade-série. Embora esses índices estejam em queda contínua há mais de duas décadas, uma em cada quatro crianças dos anos iniciais e duas em cada cinco crianças nos anos finais estão nessa condição. Assim, é importante que o município identifique as causas dessa situação (que podem estar ligadas a fatores como a qualidade dos espaços escolares e dos materiais disponíveis, a formação dos professores, como as condições socioeconômicas das famílias e ainda as características específicas dos territórios em que as escolas estão inseridas) e construa ações para prevenir que elas se repitam.

Identificar as crianças de 6 a 14 anos que ainda estão fora da escola e acolher suas famílias de forma a garantir que elas possam frequentar o Ensino Fundamental são focos primordiais da ação do município. Da mesma forma, é imprescindível atentar para a prevenção da distorção idade-série e adotar medidas para a correção de fluxo.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
Crianças de 6 a 14 anos



CENSO IBGE 2010

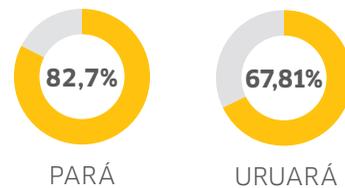
METAS DO PNE

META 3

É recente o reconhecimento da importância de universalizarmos o Ensino Médio. Durante muito tempo, o Brasil sustentou uma legislação que não incluía essa etapa como obrigatória, embora indicasse a relevância de sua expansão. O resultado dessa escolha foi chegarmos ao século XXI com parte dos jovens de 15 a 17 anos ainda excluída do sistema escolar. São cerca de 16% de todos os jovens do Brasil desta faixa etária que não estão matriculados em nenhuma escola. No estado do Pará, esse percentual é um pouco maior: cerca de 18%. Além disso, ainda temos uma população de 15 a 17 anos que, embora esteja frequentando a escola, não alcançou ainda o Ensino Médio. São jovens que, por diferentes fatores, tiveram trajetórias escolares acidentadas e estão matriculados no Ensino Fundamental.

A meta 3 do PNE estabeleceu o compromisso de garantirmos, já em 2017, a universalização da matrícula dos jovens de 15 a 17 anos no sistema escolar e projetou que, até o ano de 2024, 85% deles estejam matriculados na etapa correta (ou seja, no Ensino Médio). Esse duplo objetivo obriga estados e municípios a colaborarem para localizar os jovens que estão fora da escola, construir ações e programas capazes de trazê-los de volta e que possam ajudá-los a avançar na sua escolarização, corrigindo as situações de desvio e distorção.

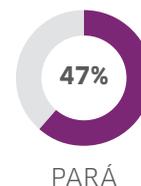
JOVENS NA ESCOLA De 15 a 17 anos



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO Jovens de 15 a 17 anos



PNAD 2014

A Secretaria Municipal de Educação, em colaboração com o governo do estado, precisa identificar e trazer para a escola a população entre 15 e 17 anos que está excluída do sistema educacional e acompanhar os jovens que estão matriculados no Ensino Fundamental.

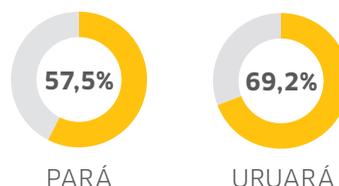
META 5

O Plano Nacional de Educação estabeleceu como meta que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, quando terminam o ciclo da alfabetização.

Os dados já sistematizados da edição de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA indicaram que 69,2% das crianças matriculadas no 3º ano do Ensino Fundamental em Uruará alcançaram níveis adequados de proficiência em leitura e que 36,7% alcançaram níveis adequados de proficiência na escrita. São indicadores preocupantes. Significa que uma em cada três crianças concluiu o ciclo de alfabetização com níveis insuficientes de competência leitora e que seis em cada dez crianças terminaram essa etapa com níveis insuficientes de competência na escrita.

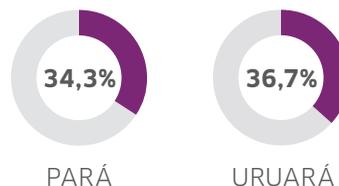
Para lidar com o desafio de alfabetizar plenamente todas elas, o município precisa investir em programas e ações de formação de professores alfabetizadores. No Guia de Tecnologias do Ministério da Educação, é possível identificar alternativas para essa medida. Também é importante avaliar se os materiais didáticos que potencializam e favorecem o processo de alfabetização estão disponíveis em todas as escolas do município e se a frequência escolar das crianças e o número de dias letivos exigidos na legislação estão sendo efetivamente cumpridos, entre outras ações de supervisão e acompanhamento sistemático.

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM LEITURA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

PROFICIÊNCIA ADEQUADA
EM ESCRITA
Crianças (3º ano)



INEP/ANA 2014

A oferta de materiais didáticos adequados, que favoreçam e potencializem a atuação dos professores na direção dos processos de ensino e aprendizagem no ciclo da alfabetização é imprescindível, bem como o trabalho sistemático e contínuo de formação dos docentes responsáveis por essa etapa.

METAS DO PNE

META 7

Articular uma proposta curricular que permita aos professores compreender quais são as competências e habilidades desejadas e quais conteúdos favorecem que elas sejam desenvolvidas e desenvolver bons programas de formação de professores são ações prioritárias para a melhoria do IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental.

Em Uruará, analisando a série histórica de 2005 a 2015, é possível identificar, entre recuos e avanços, um crescimento do IDEB tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental. A evolução dos anos iniciais parece mais sustentável e, nos anos finais do Ensino Fundamental, o movimento é menos regular:

Há algumas ações importantes para retomar e corrigir a defasagem nos anos finais. Destacamos, entre outras: a) a elaboração ou revisão da proposta curricular da rede de ensino que permita o conhecimento detalhado dos conteúdos que precisam ser ensinados em sala de aula, a fim de que os alunos desenvolvam as competências e habilidades desejadas; b) a ampliação das situações e dos programas de formação de professores. Considerando que uma porcentagem grande dos docentes dos anos finais do Ensino Fundamental do município não possui formação na área em que ensinam, esses programas devem ser ainda mais prioritários; c) a atenção à correção do fluxo escolar também é um fator importante, uma vez que o IDEB atribui peso significativo ao controle dos índices de reprovação e abandono escolar; e d) a melhoria das condições de infraestrutura dos prédios escolares que, muitas vezes, impedem a realização do trabalho pedagógico e mesmo o cumprimento dos dias letivos e das horas destinadas à aprendizagem.

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS								
URUARÁ	2,7	3,9	4,5	4,1	4,4			
METAS	2,3	2,8	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4,0	4,5			
ANOS FINAIS								
URUARÁ	2,7	3,7	4,1	3,6	3,5			
METAS	2,4	2,6	2,9	3,3	3,7	4,0	4,2	4,5
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
ENSINO MÉDIO								
PARÁ	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

Elaborado a partir dos dados disponíveis nas bases do MEC/INEP.

META 9

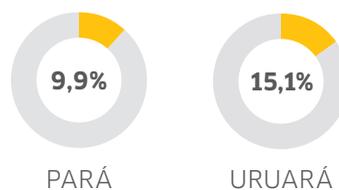
No ano 2000, o Censo do IBGE estimou que, em Uruará, 22,66% da população com 15 anos ou mais não estavam, ainda, alfabetizados. Dez anos depois, no Censo de 2010, esse percentual foi estimado em 14,05%. Apesar da melhoria do indicador, é preciso assinalar que esses indicadores estiveram, sempre, em patamares inferiores à média nacional e à média do estado do Pará.

Tendo em vista que a alfabetização é parte estruturante da garantia dos direitos de pleno exercício da cidadania, é bastante forte a relação entre a condição de analfabetismo e a maior vulnerabilidade e risco social. As pesquisas nacionais e internacionais assinalam que diferentes processos de marginalização estão fortemente associados ao fato de jovens e adultos estarem excluídos da comunidade de leitores e escritores. Dessa maneira, o município de Uruará precisa articular esforços e criar parcerias que potencializem as suas políticas e programas de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

Programas federais e programas estaduais podem trazer assistência técnica e financeira para que seja possível identificar os jovens e os adultos ainda não alfabetizados e criar formas específicas para atendê-los. É importante levar em conta as singularidades e diversidades que essa população apresenta. Jovens que não frequentaram a escola ou que foram excluídos dela e que vivem na área urbana precisam de programas de alfabetização diferentes daqueles dos idosos que vivem no campo. Jovens e adultos indígenas ou quilombolas precisam de práticas educativas e programas que considerem e reconheçam sua identidade étnico-racial. No Guia de Tecnologias do Ministério da Educação, o município poderá encontrar algumas alternativas para colocar em prática essas políticas.

Formular e implementar programas de alfabetização de jovens e adultos que levem em conta e reconheçam suas identidades, singularidades e diversidades são ações fundamentais para enfrentar o desafio de incluir a todos nas práticas sociais de leitura e escrita.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010



IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

VITÓRIA DO XINGU / PA



Criado no início da década de 1990, separando-se de Altamira, Vitória do Xingu destaca-se pela agricultura de cacau, café e banana e pela atividade de pesca.

DISTÂNCIA

952km

até Belém, por estrada

VITÓRIA DO XINGU

POPULAÇÃO 2010

13.431 

PROJEÇÃO 2016

14.566 

*dados do IBGE

PARÁ

POPULAÇÃO 2010

7.581.051 

PROJEÇÃO 2016

8.272.724 

*dados do IBGE

PIB

R\$315.776,00

PIB

R\$120.949.000,00

VITÓRIA DO XINGU/PA/



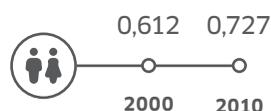
IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



IDHM/E Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Dimensão Educação

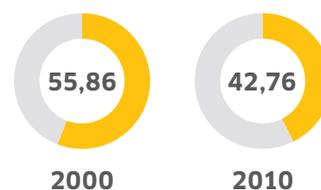


IDHM PARÁ

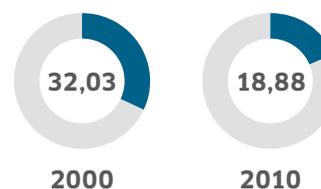


IDHM BRASIL

POBRES (%)



EXTREMAMENTE POBRES (%)



RENDA PER CAPITA (R\$)

Ano	RENDA PER CAPITA (R\$)
2000	R\$ 261,41
2010	R\$ 323,18

ÍNDICE DE GINI

Ano	ÍNDICE DE GINI
2000	0,66
2010	0,60

VITÓRIA DO XINGU

Os desafios da vida contemporânea colocam a educação escolar como condição fundamental para o exercício pleno da cidadania. Não ter acesso ao sistema escolar ou ter acesso a um sistema escolar sem qualidade impede que crianças, jovens e adultos compreendam e vivenciem de forma integral sua participação nas comunidades em que vivem e os exclui do gozo de seus direitos e da responsabilidade autônoma por seus deveres. Por isso, os poderes públicos devem assumir com total prioridade a tarefa de construir sistemas educacionais de qualidade, com foco nos resultados de aprendizagem. Para que haja êxito nessa tarefa, é preciso conhecer e interpretar os dados disponíveis sobre cada território, a fim de planejar programas e políticas ajustados às necessidades, às potencialidades e aos limites de cada comunidade.

VITÓRIA DO XINGU

Em 1965, a Lei Estadual nº 1.139 criou o distrito de Vitória e o anexou a Altamira. No final do ano de 1992, o distrito tornou-se autônomo, desmembrando-se de Altamira e emancipando-se com o nome de Vitória do Xingu, por força da Lei Estadual nº 5.701. A instalação definitiva do município se deu em 1º de janeiro de 1993.¹

Vitória do Xingu possui uma população estimada em 14.566 habitantes para o ano de 2016 (IBGE). A análise das estatísticas do IBGE, consolidadas no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, assinalam que, ao longo da última década, seus indicadores sociais melhoraram: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal saltou de 0,422

para 0,596, a renda per capita dos habitantes avançou de R\$ 261,41 para R\$ 323,18 e o percentual da população considerada extremamente pobre diminuiu de 32,03% para 18,88%.

Em termos de indicadores educacionais, o município assemelha-se aos seus vizinhos da região do Rio Xingu. No Censo de 2010, estavam matriculadas nas creches do município 8,86% das crianças de 0 a 3 anos. Quanto à população de 4 e 5 anos, o município atendia, em 2010, 73,26% das crianças dessa faixa etária. Em 2015, os dados disponíveis na sinopse estatística publicada pelo Ministério da Educação indicavam que eram 1.185 crianças de 0 a 5 anos distribuídas na rede municipal de ensino.

¹ Dados retirados do site oficial do IBGE e da página da web do município.

Cerca de 60% da população de Vitória do Xingu vivem em áreas rurais. Mas, apesar dessa distribuição, a maior parte das matrículas na educação básica está concentrada na área urbana do município. Em 2015, na área urbana estavam matriculados 4.177 estudantes (2.354 deles, na rede municipal; 1.198 na rede privada de ensino e 625 na rede estadual). Na área rural estavam matriculados 2.030 estudantes, todos em escolas municipais. Do total de matrículas na rede municipal, 79 eram de crianças, jovens ou adultos com deficiência (61 na área urbana e 18 na área rural). Outras 14 matrículas nessa modalidade estavam concentradas na rede privada urbana do município. Na rede pública, essa população contava com apenas uma sala de recursos multifuncionais e um docente para realizar o Atendimento Educacional Especializado.

Ainda de acordo com os dados do Censo IBGE de 2010, 94,19% das crianças e dos adolescentes entre 6 e 14 anos de idade que viviam em Vitória do Xingu estavam matriculadas na escola. Esse percentual era inferior à média do estado do Pará, que atingia, à época, 97,7%. Do total das matrículas no Ensino Fundamental, 20,1% dos estudantes dos anos iniciais e 44,5% dos estudantes dos anos finais apresentavam atraso em relação à série ideal que deveriam estar frequentando, ou seja, estavam em condição de distorção idade-série. O município atendia, em 2014, 63 matrículas na modalidade de educação indígena, distribuídas em três escolas desse tipo.

Observando a série histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, é possível constatar uma evolução consistente e contínua, saltando de 2,0 (em 2005) para 4,8 (2015), superando, em todas as edições, as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação. Quanto aos anos finais do Ensino Fundamental, entretanto, essa evolução não se manteve. Entre avanços e recuos, o município alcançou, nos anos de 2009 e 2013, os maiores índices para essa etapa (4,1). Entretanto, em 2011, o desempenho recuou para 3,8 e, em 2015, estacionou em 4,0. Vale ressaltar que, tanto para os anos iniciais do Ensino Fundamental quanto para os anos finais, o município obteve, em todas as edições, desempenho superior aos índices do estado do Pará.

No ano de 2014, a Educação de Jovens e Adultos atendia, em Vitória do Xingu, 422 alunos, todos na rede municipal. Desse total, 179 estavam matriculados em escolas urbanas, e 243, na área rural do município. É importante analisar esses dados à luz das taxas de analfabetismo que o município apresenta. Em 2010, o Censo do IBGE estimou que 17,73% das pessoas com 15 anos ou mais que viviam em Vitória do Xingu estavam nessa condição. Em termos absolutos, esse índice representava pouco mais de 3.000 pessoas.

VITÓRIA DO XINGU

PARÁ

RAIO X

MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO 2015

	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS	
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
URBANA/RURAL	206/62	141/0	328/277	171/0	1.004/930	409/0
INTEGRAL/PARCIAL	0/268	0/141	0/605	0/171	325/1.609	0/409
REGULAR/ESPECIAL	267/1	141/0	596/9	171/0	1.881/53	409/0

INFRAESTRUTURA 2015

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	QUADRA DE ESPORTES	BIBLIOTECA	SALA DE LEITURA	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS
8	11	1	8	0
3 ÁREA URBANA	4 ÁREA URBANA	1 ÁREA URBANA	3 ÁREA URBANA	0 ÁREA URBANA
5 ÁREA RURAL	7 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL	5 ÁREA RURAL	0 ÁREA RURAL

FONTE

Todos os dados são da fonte
Sinopse da Educação Básica 2015
divulgado pelo MEC em 2016

LEGENDA

EJA
Educação de Jovens e Adultos

	ANOS FINAIS		EM		EJA ¹	
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
URBANA/ RURAL	639/518	302/0	625/0	173/0	179/243	0/0
INTEGRAL/ PARCIAL	13/1.144	0/302	0/625	0/173	0/422	0/0
REGULAR/ ESPECIAL	1.130/27	302/0	624/1	173/0	420/2	0/0

TOTAL DE ESCOLAS



22

5 ÁREA URBANA

17 ÁREA RURAL

TOTAL DE ESCOLAS
DETALHAMENTO

URBANAS

- 2 Educação Infantil Regular
- 3 Ensino Fundamental Regular
- 2 Educação de Jovens e Adultos

RURAIS

- 2 Escolas indígenas
- 17 Educação Infantil Regular
- 17 Ensino Fundamental Regular
- 10 Educação de Jovens e Adultos

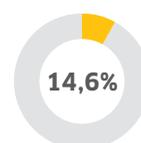
METAS DO PNE

META 1

Em Vitória do Xingu, para que seja possível avançar rumo à universalização da Educação Infantil de 4 e 5 anos e para que, ao final do PNE, estejam atendidas nas creches ao menos metade das crianças de 0 a 3, será imprescindível contar com parcerias junto ao Ministério da Educação e ao governo do Estado do Pará. O Ministério da Educação, através do FNDE, nos últimos oito anos, intensificou a assistência técnica e financeira aos municípios para a construção de creches, através do programa ProInfância. Programas semelhantes têm sido propostos pelos governos dos estados.

Outra estratégia importante nesse sentido é a celebração de convênios nos quais o poder público pactua o atendimento indireto das crianças com entidades sociais e comunitárias. Em 2009, o Ministério da Educação publicou o documento "Orientações sobre Convênios entre Secretarias Municipais de Educação e Instituições Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas sem Fins Lucrativos para a Oferta de Educação Infantil". Nele, a Secretaria Municipal de Educação pode encontrar o caminho mais eficaz para esse tipo de atendimento. Outra forma de ampliar a cobertura é a oferta de creches em tempo parcial, dependendo sempre das características da população e das especificidades e necessidades identificadas no território. O modelo de atendimento conveniado nem sempre garante as mesmas condições da oferta direta, por isso é importante considerá-lo como uma alternativa temporária, no processo indispensável de expansão das matrículas.

FREQUÊNCIA - CRECHES Crianças de 0 a 3 anos



PARÁ

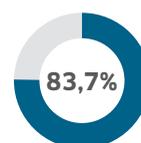
PNAD 2014



VITÓRIA
DO XINGU

CENSO IBGE 2010

FREQUÊNCIA - PRÉ-ESCOLA Crianças de 4 e 5 anos



PARÁ

PNAD 2014



VITÓRIA
DO XINGU

CENSO IBGE 2010

Priorizar a expansão, com qualidade, do atendimento educacional das crianças pequenas é fundamental para garantir o seu pleno desenvolvimento.

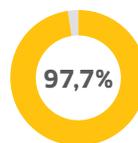
META 2

A Meta 2 do PNE preconiza o compromisso da sociedade brasileira em universalizar o acesso ao Ensino Fundamental (para crianças de 6 a 14 anos) e a garantia de que, no mínimo, 95% delas conclua essa etapa da educação básica na idade certa.

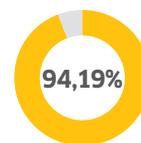
O município de Vitória do Xingu deve articular os esforços de política educacional para o Ensino Fundamental nesses dois sentidos. Para incluir os meninos e as meninas que ainda estão fora da escola, é preciso criar mecanismos capazes de identificar quem são essas crianças, onde vivem e quais são as condições de apoio e acompanhamento que elas e suas famílias necessitam para que permaneçam na escola. Devem colaborar com a Secretaria de Educação, nesse esforço, o Conselho Tutelar e outros órgãos da administração municipal, como a Secretaria da Saúde e a área da Assistência Social. Para garantir que todos os estudantes conclua o Ensino Fundamental na idade certa, é preciso criar e sustentar processos de formação continuada de professores, estabelecer projetos e programas capazes de identificar precocemente os meninos e as meninas que apresentam dificuldades para desenvolver as atividades propostas e, sobretudo, investir em programas de correção de fluxo/aceleração. O Guia de Tecnologias Educacionais do Ministério da Educação apresenta uma série de sugestões de programas desse tipo e o município pode contar com assistência técnica e financeira do FNDE para implementá-los.

Intervir nas situações que têm excluído da escola as crianças de 6 a 14 anos é um compromisso fundamental da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com demais órgãos do poder público e com a sociedade civil. Cuidar para que elas aprendam o que precisam na idade certa e conclua o Ensino Fundamental com êxito, também.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
Crianças de 6 a 14 anos



PARÁ



VITÓRIA DO XINGU

CENSO IBGE 2010

VITÓRIA DO XINGU

PARÁ

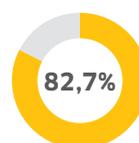
METAS DO PNE

META 3

O Ensino Médio é a fase final da Educação Básica no Brasil. Voltada para o atendimento dos jovens que concluíram o Ensino Fundamental, essa etapa enfrenta dois desafios importantes: o primeiro deles diz respeito ao aumento da cobertura (ou seja: a criação de vagas suficientes para que todo e qualquer jovem possa frequentar uma escola de Ensino Médio). O segundo desafio é o da qualidade. O Ensino Médio tem apresentado sucessivas evidências de que os estudantes aprendem pouco, abandonam a escola e não encontram no currículo e na estrutura dessa etapa da educação básica aquilo de que precisam para o exercício pleno da cidadania e para a construção de projetos de vida autônomos.

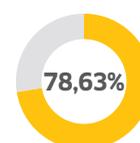
No estado do Pará, quase 18% dos jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar matriculados no Ensino Médio sequer estão na escola. Entre aqueles que estão na escola – 82% da população nessa faixa etária – menos de 50% estão matriculados no Ensino Médio. Ou seja: mais da metade dos jovens de 15 a 17 anos ainda está frequentando classes e escolas de Ensino Fundamental, em situação de atraso e distorção idade-série. Por essa razão, é imprescindível que os municípios colaborem e se corresponsabilizem por incluir os jovens que estão fora da escola no sistema escolar e por construir políticas e programas, no Ensino Fundamental, que permitam aos jovens corrigir o fluxo e a trajetória escolar; a fim de que alcancem o Ensino Médio o quanto antes. Esse compromisso é ainda mais relevante quando as evidências de pesquisa demonstram que cada ano de atraso na escolarização aumenta em cerca de 20% o risco de um estudante abandonar a escola.

JOVENS NA ESCOLA De 15 a 17 anos



PARÁ

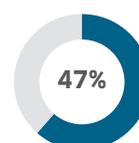
PNAD 2014



VITÓRIA DO XINGU

CENSO IBGE 2010

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO Jovens de 15 a 17 anos



PARÁ

PNAD 2014

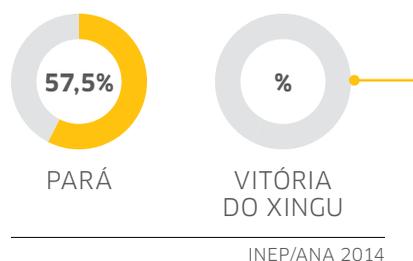
Municípios e estados devem se corresponsabilizar pela garantia do acesso, permanência e aprendizagem dos jovens de 15 a 17 anos na escola. Boa parte dos jovens paraenses ainda frequenta escolas municipais de Ensino Fundamental e alguns adolescentes sequer estão na escola.

META 5

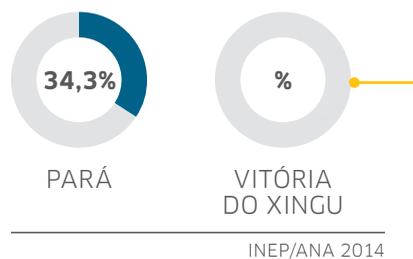
A alfabetização e o letramento são conquistas importantes para o pleno exercício da cidadania. Um conjunto amplo dos direitos sociais, econômicos e culturais está intimamente ligado ao desenvolvimento da competência leitora e escritora. Nesse sentido, a meta 5 do Plano Nacional de Educação é extremamente relevante, pois estabelece o compromisso do país com a alfabetização plena de toda e qualquer criança até os 8 anos de idade, ou seja, ao final dos três anos iniciais do Ensino Fundamental que compõem o ciclo da alfabetização.

A Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA monitora e avalia como está a proficiência das crianças ao final do terceiro ano e indica qual o nível das aprendizagens acumuladas por elas. Trata-se de um importante instrumento para o planejamento e (re)definição das políticas educacionais. O município de Vitória do Xingu não alcançou os critérios definidos pelo INEP para a mensuração da proficiência em leitura e escrita na edição da ANA de 2014. Para que haja mensuração e divulgação dos dados da ANA, é preciso que as escolas do município obedeçam a critérios estatísticos específicos. Um deles é a participação mínima de 80% dos estudantes. Na edição de 2013, os dados disponíveis na base do Ministério da Educação indicam que 48,5% das crianças do 3º ano do Ensino Fundamental alcançaram o nível 2 de proficiência, 32,3 alcançaram o nível 3 e 1,8% das crianças alcançou o nível 4 (o mais avançado).

PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM LEITURA Crianças (3º ano)



PROFICIÊNCIA ADEQUADA EM ESCRITA Crianças (3º ano)



Dados indisponíveis na base INEP/MEC.

Organizar a formação de professores alfabetizadores, a oferta de materiais didático-pedagógicos de qualidade e o apoio pedagógico precoce às crianças com maior dificuldade são eixos estruturantes para o cumprimento da meta 5 do PNE.

METAS DO PNE

META 7

Lidar com o desafio de aumentar a qualidade dos anos finais do Ensino Fundamental requer um olhar atento do município para as especificidades dessa etapa e para o desenvolvimento de ações e programas que respondam aos limites que estão colocados em termos de infraestrutura física, recursos didático-pedagógicos, proposta curricular e formação de professores.

O município de Vitória do Xingu tem alcançado ou superado as metas propostas pelo MEC nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos anos finais, a situação é um pouco diferente: nas quatro primeiras edições do IDEB, o município alcançou as metas, mas apresentou um desempenho instável, com avanços e recuos. Nos anos de 2013 e 2015 (duas últimas edições do IDEB), o município não conseguiu alcançar as metas propostas pelo Ministério da Educação.

É importante, assim, um diagnóstico sobre as causas da diferença de desempenho entre a primeira etapa e a segunda etapa do Ensino Fundamental. Destaca-se, entre outras: a) a existência ou não de uma proposta curricular capaz de explicitar, para todos os professores dos anos finais, quais são os conteúdos que devem ser ensinados para que os estudantes desenvolvam as competências desejadas; b) as condições de formação inicial dos professores da rede (importa frisar que, em 2014, apenas 44,9% dos professores de Língua Portuguesa e 41,6% dos professores de Matemática possuíam licenciatura na área em que ensinam); c) a existência ou não de programas de formação de professores, que possam auxiliar os educadores a planejar o trabalho de ensino e aprendizagem de forma adequada; e d) as condições de infraestrutura e disponibilidade de materiais didáticos para as aulas do segundo ciclo do Ensino Fundamental.

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS								
V. DO XINGU	4,0	4,3	4,3	4,6	4,8			
METAS	2,2	2,7	3,2	3,5	3,7	4,0	4,4	4,7
PARÁ	3,1	3,6	4,2	4,0	4,5			
ANOS FINAIS								
V. DO XINGU	3,5	4,1	3,8	4,1	4,0			
METAS	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,4
PARÁ	3,3	3,4	3,7	3,6	3,8			
ENSINO MÉDIO								
PARÁ	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0			
METAS	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

META 9

A Constituição de 1988 estabeleceu como um dos objetivos da República Federativa do Brasil a erradicação do analfabetismo. Desde então, nosso país tem proposto e implementado diferentes programas com foco na alfabetização das pessoas jovens e adultas que tiveram esse direito negado na infância. Nossa dimensão continental e as diversidades e desigualdades que se distribuem no território aumentam muito a complexidade desse desafio e exigem que o poder público atue de forma articulada e focada.

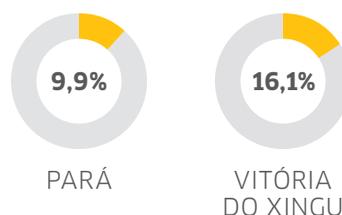
O Plano Nacional de Educação estabeleceu como meta para o ano de 2024 a eliminação completa do analfabetismo – ou seja, o compromisso de que 100% da população brasileira com 15 anos ou mais domine, efetivamente, o sistema de escrita e participe das práticas sociais fundamentais de leitura e escrita. Também estabeleceu o compromisso de diminuir as taxas de analfabetismo funcional de 27% (índice atual) para 13,5%. Os municípios ocupam um lugar estratégico para que esse compromisso seja cumprido. São as Secretarias Municipais de Educação as principais operadoras dos projetos e programas de alfabetização de jovens e adultos e de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental.

Em Vitória do Xingu, a taxa de analfabetismo em 2000, mensurada pelo IBGE, era de 26,4% da população, contra uma média nacional de 12,84%. Em 2010, a taxa de analfabetismo no município caiu para 17,73%, enquanto a média nacional caiu de 12,84 para 9,37%. É importante que o município continue investindo na busca ativa, na identificação e na chamada pública de jovens e adultos que ainda não se alfabetizaram, criando ações e projetos que possam incluí-los na escola.

Alfabetizar jovens em contextos urbanos é muito diferente de alfabetizar jovens ou adultos indígenas e também diferente de alfabetizar idosos que vivem no campo. Para cada grupo e população, serão necessários modelos pedagógicos e formas de oferta escolar diferenciados. Por isso, será importante que o município esteja atento às características específicas dessas populações para que possa propor modelos de alfabetização que estejam adequados às suas necessidades e condições de vida.

Alfabetizar jovens em contextos urbanos é muito diferente de alfabetizar jovens ou adultos indígenas e também diferente de alfabetizar idosos que vivem no campo. Para cada grupo e população, serão necessários modelos pedagógicos e formas de oferta escolar diferenciados.

TAXA DE ANALFABETISMO
15 anos ou mais



PNAD 2014

CENSO IBGE 2010

GLOSSÁRIO

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta por indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>

IDHM/E

É a dimensão da Educação do IDHM. É medido a partir da composição de dois indicadores: um indicador fornece informação sobre a situação educacional da população adulta e o outro se refere à população em idade escolar - jovens.

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/

ÍNDICE DE GINI

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e os dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns documentos apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade (ou seja, todos teriam a mesma renda).

Fonte: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano etc.). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto

- A produção deste livro foi desenvolvida ao longo do ano de 2016 e sua edição final foi concluída em janeiro de 2017, contando, portanto com as estatísticas consolidadas do Censo Escolar de 2015. Em 16/02/2017, o Ministério da Educação divulgou os dados do Censo 2016.
- Para os dados referentes ao estado do Pará, adotamos como referência os resultados consolidados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - 2014. Para os dados referentes a cada um dos municípios, adotamos como referência os resultados do último Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010.

RAE/ REDE DE APOIO À EDUCAÇÃO



/ A RAE tem como objetivo integrar municípios e atores da educação por meio de ações colaborativas

